

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

ELAINE DE ALMEIDA WANTIL TEIXEIRA

**A CATEGORIA TRABALHO NA PRODUÇÃO
TEÓRICA DE MARILDA IAMAMOTO**

**VITÓRIA
2014**

ELAINE DE ALMEIDA WANTIL TEIXEIRA

**A CATEGORIA TRABALHO NA PRODUÇÃO
TEÓRICA DE MARILDA IAMAMOTO**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-graduação em Política Social da
Universidade Federal do Espírito Santo,
como requisito para a obtenção do título
de Mestre em Política Social.
Orientadora: Prof^a Dr^a Sílvia Neves
Salazar

**VITÓRIA
2014**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

T266c Teixeira, Elaine de Almeida Wantil, 1982-
 A categoria trabalho na obra de Marilda Iamamoto / Elaine de
 Almeida Wantil Teixeira. – 2014.
 139 f. : il.

 Orientador: Silvia Neves Salazar.
 Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

 1. Iamamoto, Marilda Villela, 1949-. 2. Trabalho - História. 3.
Serviço social. I. Salazar, Silvia Neves. II. Universidade Federal
do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.
III. Título.

CDU: 32

ELAINE DE ALMEIDA WANTIL TEIXEIRA

A CATEGORIA TRABALHO NA PRODUÇÃO TEÓRICA DE MARILDA IAMAMOTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Política Social.

Aprovada em 05 de agosto de 2014

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Drª Silvia Neves Salazar
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Profª Drª Maria Carmelita Yasbeck
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profª Drª Livia de Cássia Godoi Moraes
Universidade Federal do Espírito Santo

À Sofia Wantil, presente de Deus,
minha fonte de força e estímulo.

À Maria de Lourdes, que sempre
me encoraja.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, minha fortaleza, a ele devo todas as minhas conquistas, porque Ele me guia e orienta. Agradeço à minha querida Sofia que com sua graciosidade me inspira e me faz uma pessoa melhor, porque com ela cresço à cada dia. Agradeço à minha mãe, Maria de Lourdes, que sempre me apoiou no que era mais fundamental. Agradeço a meus queridos padrinhos, Paulo e Marlene, que me acolheram quando precisei e sempre acreditaram no meu potencial, assim como os demais familiares, tias, tios, primas e primos. Agradeço ao Rafael, que compartilha comigo a sua vida. À Terezinha, pessoa maravilhosa que Deus colocou na minha vida, sempre disposta a me ouvir e me apoiar. Ao meu sogro e cunhados, por serem pessoas presentes. Aos meus colegas do programa de pós-graduação, que compartilharam comigo muitos debates que nos fizeram amadurecer teoricamente, em especial à amiga Claudilene, com quem compartilhei anseios e perspectivas. Aos meus amigos que compartilharam comigo meu percurso profissional, em especial Martha e Glória, queridas companheiras de equipe e de profissão. Aos amigos do Serviço Social. Aos professores do Mestrado que cumpriram um importante papel de contribuir de maneira crítica para minha continuada formação, em especial ao Professor Reinaldo Carcanholo (in memoriam) que foi fundamental para meu amadurecimento teórico, com seus valores radicalmente humanistas. E de maneira muito especial agradeço à minha orientadora, Silvia Salazar, que sempre muito acolhedora e disposta a orientar meus anseios de pesquisa acompanhou de perto este percurso, e mais do que isso se tornou uma pessoa pela qual tenho muito apreço.

Quando os trabalhadores perderem a paciência

As pessoas comerão três vezes ao dia
E passearão de mãos dadas ao entardecer
A vida será livre e não a concorrência
Quando os trabalhadores perderem a paciência

Certas pessoas perderão seus cargos e empregos
O trabalho deixará de ser um meio de vida
As pessoas poderão fazer coisas de maior pertinência
Quando os trabalhadores perderem a paciência

O mundo não terá fronteiras
Nem estados, nem militares para proteger estados
Nem estados para proteger militares prepotências
Quando os trabalhadores perderem a paciência

A pele será carícia e o corpo delícia
E os namorados farão amor não mercantil
Enquanto é a fome que vai virar indecência
Quando os trabalhadores perderem a paciência

Quando os trabalhadores perderem a paciência
Não terá governo nem direito sem justiça
Nem juizes, nem doutores em sapiência
Nem padres, nem excelências

Uma fruta será fruta, sem valor e sem troca
Sem que o humano se oculte na aparência
A necessidade e o desejo serão o termo de equivalência
Quando os trabalhadores perderem a paciência

Quando os trabalhadores perderem a paciência
Depois de dez anos sem uso, por pura obscelescência
A filósofa-faxineira passando pelo palácio dirá:
“declaro vaga a presidência”!

Mauro Iasi

Resumo

A presente pesquisa trata da apreensão da categoria trabalho na obra de Marilda lamamoto, bem como sua formulação a respeito do trabalho profissional de Serviço Social, com base na fundamentação teórica desta categoria. Utiliza-se como fonte de pesquisa as obras publicadas pela autora e como apoio fundamental a clássica literatura de Karl Marx, além de outros autores de tradição marxista, visando dissertar sobre o fundamento filosófico e forma social da categoria estudada. Busca-se contemplar as formulações de grande envergadura teórica sobre o tema, a fim de articular com a formulação da autora alvo da análise. Contempla-se as determinações do trabalho do Serviço Social, tais como seu objeto de intervenção, seu âmbito de atuação, seu contexto de emergência e sua fundamentação teórica. E em torno do objeto apreende-se as categorias teóricas abordadas por Marilda lamamoto que guardam relação com a categoria trabalho. Conclui-se que a autora se apoia nos textos filosóficos de Marx e na crítica da economia política para compreender a categoria trabalho. Nesta direção, lamamoto considera o trabalho como fundamento do desenvolvimento humano, mas privilegia a análise da sua forma social e histórica na sociedade burguesa.

Palavras-chave: Trabalho - fundamento e história. Serviço Social - trabalho profissional.

Abstract

This research deals with seizure category, site work Marilda lamamoto as well as its formulation regarding the professional work of Social Work, based on theoretical reasoning in this category. Used as a source of research works published by the author as a fundamental support to classical literature of Karl Marx, and other authors of the Marxist tradition, aiming to elaborate on the philosophical foundation of social order and the category studied. Seeks to contemplate the great theoretical formulations wingspan on the subject in order to coordinate with the formulation of the target author of the analysis. This concerns the determination of the work of social work, such as his object of intervention, its scope of action, its context of emergence and its theoretical foundation. And around the object seizes up the theoretical categories addressed by Marilda lamamoto that are related to the work category. We conclude that the author relies on the philosophical texts of Marx and the critique of political economy to understand the work category. In this direction, lamamoto considers work as the foundation of human development, but focuses on the analysis of its social and historical form in bourgeois society.

Keywords: Labor - foundation and history. Social Work - professional work.

Lista de Siglas

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

ONG – Organização Não Governamental

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

MEC – Ministério da Educação

SESu – Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação

CONESS – Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

SUMÁRIO

1 Introdução.....	12
2 Trabalho: o fundamento e a forma histórica.....	22
2.1 A dimensão ontológica do trabalho.....	24
2.2 O trabalho na sociedade burguesa.....	29
2.3 Trabalho: categoria em crise?	35
3 As determinações que conformam o trabalho do Serviço Social.....	40
3.1 Questão social: o fundamento da intervenção profissional.....	41
3.2 Intervenção do Estado: a via de atuação profissional.....	45
3.3 O contexto de emergência da questão social no Brasil.....	53
3.4 Serviço Social e tradicionalismo no Brasil.....	61
3.5 Ruptura com o tradicionalismo.....	64
3.6 Marxismo e Serviço Social: as primeiras aproximações da categoria trabalho nos anos 1980.....	67
4 A categoria trabalho na produção teórica de Marilda Iamamoto.....	72
4.1 O trabalho no processo de produção e reprodução do capital: uma análise a partir da primeira obra “ <i>Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: um esboço de uma interpretação histórico-metodológico</i> ”.....	74
4.2 A divisão social do trabalho no modo de produção capitalista: uma leitura a partir da obra “ <i>Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos</i> ”.....	89
4.3 O significado social do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais – em “ <i>Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica</i> ”.....	95
4.3.1 A categoria trabalho produtivo e o Serviço Social.....	98
4.4 O Serviço Social inserido em processos de trabalho – em “ <i>Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional</i> ”.....	104
4.5 A sociabilidade pelo trabalho na órbita do capital – em “ <i>Trabalho e Indivíduo Social</i> ”	110
4.6 Trabalho assalariado e Projeto Ético Político: as dimensões abstrata e concreta do trabalho do Serviço Social - a partir de “ <i>Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social</i> ”.....	117
5 Considerações finais.....	127
6 Referências.....	136

1 INTRODUÇÃO

O trabalho como categoria teórica é o tema sobre o qual vamos nos debruçar nesta pesquisa. Pretendemos realizar uma análise que seja capaz de apreender as mediações que contribuem para desvelar o fundamento e a forma social daquela categoria, com base na apreensão de Marilda lamamoto. É ainda central nesta pesquisa a relação entre a apreensão da categoria trabalho e o trabalho profissional de Serviço Social, na ótica da autora em tela.

O significado do trabalho profissional na produção teórica de Marilda lamamoto a partir de sua apreensão da categoria trabalho, com base nos clássicos da literatura crítica, será a principal mediação que buscaremos realizar, para ampliar o debate sobre o tema. Para tanto, buscaremos uma aproximação de dois importantes níveis de análise no debate a respeito da referida categoria teórica, quais sejam, a teoria do valor-trabalho e o fundamento ontológico do trabalho. Tal percurso visa, portanto, **a apreensão da categoria trabalho na produção teórica de Marilda lamamoto, e a partir desta, a compreensão a respeito do trabalho profissional.**

Ao sermos formados sob uma corrente de valores éticos e políticos, reunidos em um projeto profissional que nos proporciona um horizonte transformador e uma perspectiva de classe, entendemos como fundamental a compreensão do trabalho que realizamos, numa perspectiva de totalidade. De modo que, nesta direção ética e política o significado do trabalho profissional é um importante elemento que move os profissionais em seu exercício, tão relevante socialmente quanto marcado por contradições.

Aprofundar a compreensão teórica do trabalho profissional em Serviço Social é de grande interesse desde nossa primeira inserção profissional. A primeira aproximação ao campo sócio-ocupacional do Serviço Social se deu na Política de Assistência Social do município de Marataízes, no interior do estado do Espírito Santo. Desde então, buscamos nos amparar nas legislações que orientam a referida intervenção profissional, bem como na literatura crítica produzida no campo do Serviço Social.

A partir de uma formação com base na teoria social crítica de matriz marxiana, surgia o constante questionamento a respeito das respostas institucionais que eram possíveis de serem dadas aos usuários dos serviços prestados, uma vez que tais serviços não eram suficientes para alterar substancialmente a condição de vida dos sujeitos. Tratava-se do reconhecimento de uma contradição presente, que é própria da realidade social na qual incide a intervenção profissional do Serviço Social, quando fundamentado em uma matriz teórica crítica.

A referida contradição advém das demandas impostas ao trabalho do Serviço Social no contexto das relações sociais do modo de produção capitalista, bem como das demandas dos usuários do Serviço Social com quem a profissão, sob sua perspectiva hegemônica, assume o compromisso ético-político no desenvolvimento de ações em sintonia com os interesses da classe trabalhadora. Logo, não podemos desconsiderar que se trata de um trabalho permeado por contradições e marcado por interesses antagônicos, uma vez que ao atuar nas manifestações da questão social, o assistente social atende aos interesses do capital, sob o ponto de vista de que os direitos sociais cumprem a função de atenuar os conflitos entre o capital e o trabalho. Mas, por outro lado, atende as demandas da classe trabalhadora na garantia de seus direitos, em grande medida alcançado por intermédio da luta de classes.

Esta contradição é bem sinalizada por Iamamoto (1998) que ao ter como propósito o entendimento a respeito do significado social da profissão, buscou apreender a essência da sua intervenção. Neste sentido afirma que, assim como a reprodução do capital recria o antagonismo dos interesses das classes sociais, a profissão também é polarizada por esses interesses das classes que convivem em tensão. Segundo a autora problematiza tal profissão em virtude das condições objetivas que perpassam sua profissionalização, diga-se o atendimento às expressões da “questão social” com fim de manutenção da ordem social vigente, bem como das respostas que é capaz de dar às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora, atende pela mesma atividade as demandas do capital e do trabalho.

A partir da experiência profissional como assistente social e com a finalidade de uma atuação comprometida com os interesses da classe trabalhadora, buscamos suporte na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), o que só fez aumentar nossas questões a respeito da referida política, na qual se dava nossa inserção. Tal inquietação vinha acompanhada da vontade de ampliarmos a compreensão teórica a respeito, não apenas dos limites e possibilidades da Política de Assistência Social, mas do trabalho em Serviço Social de forma mais ampla.

No documento que se refere à PNAS (2004) identificamos em sua base conceitual, como um de seus eixos estruturantes a matricialidade sociofamiliar, uma orientação para as estratégias de sobrevivência das famílias, na perspectiva de superar a individualização do atendimento. Contudo, o deslocamento do sujeito individual para a família não altera a perspectiva pouco crítica de “inserção social”, por meio dos “mínimos sociais”. O que sob nosso ponto de vista, não proporciona uma alteração na condição de aliados do sistema de produção social desses indivíduos ou famílias atendidos pela política de assistência social.

Tal Política orienta uma atuação centrada na família, sem alusão à questão estrutural desta sociedade, onde é parte da estratégia do capital que um contingente dos indivíduos não tenha acesso a condições dignas de vida e trabalho. Encontra-se, em elementos como estes, nossa motivação por um aprofundamento teórico sobre o trabalho profissional.

Não podemos desconsiderar, contudo, os avanços alcançados pela Política de Assistência Social, principalmente no que se refere à ampliação de seu alcance territorial e numérico, e aos avanços referentes à regulação do Sistema Único de Assistência Social como política de Estado, visto que historicamente a assistência social foi tratada como política do favor, como reduto de clientelismo, e cujos recursos sempre foram escassos. (BEHRING, 2008)

No entanto, nossa interpretação não estava equivocada, uma vez que como afirma Behring (2008), há contradições no arcabouço conceitual da política em

tela, tal como a centralidade na família e nas pessoas, que leva a uma interpretação distante da dimensão de classes sociais. Assim como a ausência de fundamentação na questão social, que permite uma compreensão de deslocamento do trabalho como elemento fundante das relações sociais; bem como o corte de renda dissociado da renda do trabalho em geral e vinculado ao território, entre outras questões, nos inquietavam no cotidiano do trabalho profissional.

As questões a respeito desta atuação tenderam a aumentar na medida em que se ampliava nossa experiência profissional, ao nos confrontarmos com demandas e respostas nos espaços sócio-ocupacionais nos questionávamos com frequência a respeito dos limites, possibilidades e significado da atuação profissional do Serviço Social. Para além de uma política setorial, nossa motivação é a busca por um aprofundamento teórico que possibilite maior reflexão crítica a respeito do trabalho em Serviço Social, e sua relação com a totalidade mais ampla do sistema de produção e reprodução social.

O objeto sobre o qual incide o trabalho do assistente social, a questão social em suas múltiplas refrações, com o advento da crise estrutural do capitalismo torna-se cada vez mais acirrada, na mesma medida em que as possibilidades de atuação do assistente social na perspectiva do acesso e ampliação dos direitos tornam-se mais reduzidas. Particularmente, frente aos direitos sociais que sofrem constantes retrações e as políticas sociais são redimensionadas para o atendimento de demandas sociais cada vez mais focalizadas nos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora.

Portanto, acreditar em uma intervenção profissional com base em políticas sociais universais e seguridade social estruturada para atendimento de direitos vinculados ao trabalho, bem como dos direitos de assistência às necessidades básicas dos sujeitos expulsos do mercado de trabalho, parece até uma compreensão carregada de romantismo, dadas as condições objetivas das políticas sociais hoje.

O contexto atual se contrapõe ao período em que o reconhecimento dos direitos sociais encontrava-se amplamente aceito, com o advento da socialdemocracia, uma vez que o bem-estar dos membros da sociedade, em décadas anteriores ao período em que escrevemos este trabalho, foi compreendido como responsabilidade da própria sociedade, pela mediação do Estado, em oposição à ideia de dimensão individual do bem-estar.

Dado o acirramento da questão social, em virtude da crise estrutural do modo de produção capitalista, que perpassa a coisificação das relações sociais, e tamanha ampliação do fetichismo da mercadoria que as relações predominantes amparam-se no “capital especulativo parasitário”¹, e, dada a retração dos direitos sociais, cabe-nos superar a compreensão superficial do trabalho profissional do Serviço Social na sociedade burguesa.

No campo da Política Social o trabalho do assistente social é de extrema significância, uma vez que sua atividade está intimamente relacionada à execução e gestão de políticas e programas sociais. Neste sentido, promover o debate acerca desta atividade profissional em sua relação com a categoria teórica trabalho, nos leva necessariamente a transitar no debate da Política Social, uma vez que o profissional em tela realiza seu exercício fundamentalmente nesta esfera. O assistente social legitima-se enquanto profissional *“a partir do desempenho de papéis e funções a ele atribuídos pelo Estado, onde as políticas sociais são criadas e implementadas”*, (Pastorini apud Montañó, 2009, p. 70).

Nesta perspectiva, compreender os fundamentos do trabalho do assistente social é constituir parte do conhecimento da totalidade das relações sociais que perpassam o mundo do trabalho na sociedade moderna, em que prevalecem as leis de reprodução, concentração e centralização do capital. A discussão do tema proposto promoverá a reflexão em torno da categoria trabalho, e sua relação

¹ Termo cunhado por Reinaldo Carcanholo e Paulo Nakatani. Ver O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. Ensaio FEE, v. 20, nº 1, p. 264-304. Porto Alegre, junho de 1999.

com o trabalho dos assistentes sociais, que se encontram num espaço contraditório entre as demandas das classes fundamentais na sociedade.

Ao buscar aprofundamento no tema interessa-se por apreender os fundamentos e as mediações presentes no trabalho do Serviço Social, uma vez que a apreensão de alguns determinantes só se realiza a partir da reconstrução do movimento do objeto no nível do pensamento, como um conjunto de múltiplas determinações, por meio de certo grau de abstração. (BEHRING e BOSCHETTI, 2006)

A relevância desta pesquisa se dá na medida em que buscamos capturar uma categoria teórica específica na obra de uma autora de grande relevância para a formação profissional do Serviço Social. Ocorre que a compreensão da categoria trabalho por Iamamoto fundamenta sua compreensão a respeito do trabalho profissional do Serviço Social, e o debate em torno deste é fundamental no âmbito da formação profissional.

A partir da revisão bibliográfica que viemos realizando previamente, podemos identificar na produção teórica de Marilda Iamamoto, desde seu primeiro trabalho, em conjunto com Raul de Carvalho (1982), uma busca pela compreensão do significado social da profissão. A autora realiza desde aquele momento o debate acerca da inserção do Serviço Social no âmbito da produção e reprodução do capital, fundamentado na tradição marxista.

Segundo Iamamoto e Carvalho (1998) “a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social” (idem, p. 72). Ao passo que se reproduz o capital, reproduz-se também os interesses antagônicos entre as distintas classes sociais, bem como a contradição entre igualdade jurídica e desigualdade econômica, que perpassa a apropriação privada da produção coletiva.

Do mesmo modo, o Serviço Social não escapa a esta lógica, ao ser historicamente determinado de acordo com a concretização das relações sociais vigentes. Assim, reproduz pela mesma atividade interesses do capital e do

trabalho, uma vez que participa na reprodução ampliada do capital e nas demandas da classe trabalhadora. (IAMAMOTO e CARAVALHO, 1998)

A autora, ora citada, é enfática ao reconhecer o amadurecimento da profissão após o movimento que rompeu com o tradicionalismo que acompanhou a profissão por um longo período de sua história. Amadurecimento este que vai além de suas matrizes teóricas, e que tem como elemento principal o reconhecimento da categoria dos assistentes sociais como parte da classe trabalhadora, inserida na divisão sociotécnica do trabalho (IAMAMOTO, 2004).

Levando em consideração a proposição de análise deste estudo, duas perguntas o nortearão. São elas: Quais são os fundamentos que perpassam a análise da categoria trabalho na obra de lamamoto? A partir da compreensão da autora a respeito da categoria trabalho, como se apropria da mesma para reflexão a respeito do trabalho profissional do Serviço Social?

Portanto, o objetivo geral de nossa análise é apreender a categoria trabalho na obra de Marilda lamamoto para compreender como a referida autora dá significado ao trabalho profissional do Serviço Social.

Quanto aos elementos e categorias que trazemos como eixos de análise para este trabalho, estes estão contidos na teoria social crítica, formulada a partir das análises do filósofo alemão Karl Marx. Essa consiste a matriz teórica sobre a qual embasaremos nossa análise.

O supracitado autor formulou grandiosamente sua teoria social, cujo objetivo era a análise da sociedade de seu tempo, a sociedade burguesa. Tal formulação permanece de grande relevância para as análises dos processos sociais contemporâneos, e continuará como importante embasamento teórico enquanto prevalecer o modo de produção capitalista. Marx fundamenta sua produção teórica a partir de categorias que perpassam toda a história humana, dentre as quais a categoria trabalho.

A partir dos fundamentos da teoria social crítica, demais autores² trouxeram outras importantes contribuições para a tradição marxista, bem como para o tratamento e análise da categoria trabalho. Tais formulações devem ser consideradas, uma vez que a perspectiva crítico dialética envolve um constante movimento de negação e superação da realidade como é próprio deste método.

A teoria social crítica elaborada por Karl Marx a partir de meados do século XIX, teve grande ressonância política a partir de 1889 com a criação da internacional socialista, e na primeira metade do século XX passou a circular no âmbito acadêmico, de modo que, tal elaboração resultou em uma importante tradição teórica, metodológica e política. Marx transitou da crítica à filosofia alemã de seu tempo até a crítica da economia política para alcançar o materialismo histórico dialético, a partir da apropriação do movimento da realidade concreta pela razão. Entre as categorias fundamentais presentes na realidade, uma é tomada pelo autor como central para o desenvolvimento do ser social e para a compreensão dos processos sociais e históricos – o trabalho.

A presente pesquisa norteia-se, portanto, pelo materialismo histórico e dialético, uma vez que a teoria e o método contidos nesta forma de análise nos fornecem os elementos para capturar o movimento do objeto, em uma perspectiva de totalidade. Assim como possibilita a compreensão de que os fenômenos sociais não são estáticos, mas ao contrário transformam-se de acordo com o desenvolvimento da história, e se relacionam a outras múltiplas determinações.

Para Marx o real determina a consciência, e este é o elemento crucial de sua crítica à dialética hegeliana. Visto que para Hegel o movimento mostrava-se inverso, ou seja, a consciência determinava a realidade. Na concepção marxiana, tal inversão resulta em que o ideal configura-se pelo material transposto para a consciência, sendo que a existência do objeto independe da vontade do sujeito que pesquisa, e o conhecimento teórico pauta-se na reprodução do movimento do real ao nível do pensamento, o concreto pensado, a fim de apreender a estrutura e dinâmica do objeto.

² Georg Lukács, Ricardo Antunes, Helena Hirata etc.

Quanto ao aspecto dialético do método, exige-se do pesquisador que realize sucessivas aproximações por meio de procedimentos analíticos, de modo que ao negar os aspectos mais imediatos, oriundos da aparência do objeto, alcance sua essência – estrutura e dinâmica – operando em seguida uma síntese. Sem desconsiderar, contudo, que pela própria dinamicidade do objeto, uma síntese não significa a conclusão de uma investigação, bem como a formulação de conceitos acabados, em virtude da historicidade e das múltiplas determinações que o envolvem. (NETTO, 2011)

Os dados utilizados neste trabalho serão baseados em pesquisa bibliográfica, que consiste na apreensão de registros disponíveis em pesquisas anteriores. Trata-se de dados e categoriais teóricas já trabalhadas por outros autores, mas que podem ser analisados pelo intercruzamento com outros dados, visando uma produção que pode capturar mediações diferenciadas. Portanto, textos devidamente registrados serão as fontes para a abordagem da temática que será tratada. (SEVERINO, 2007)

Para realizarmos o percurso da análise, abrangeremos no primeiro capítulo a compreensão da categoria trabalho, com base em Marx e outros autores de tradição marxista, para que possamos ter elementos que nos auxiliem na apreensão da categoria trabalho na obra de Marilda Iamamoto. Portanto, traremos elementos a respeito do caráter ontológico do trabalho, de sua forma social e histórica, própria da sociedade burguesa, e algumas contribuições a respeito do debate atual sobre a centralidade ou crise da categoria trabalho.

No segundo capítulo abordaremos alguns determinantes que são fundamentais para a conformação do trabalho em Serviço Social. Serão abordados a questão social, o Estado e a Política Social, bem como o contexto de emergência do Serviço Social no Brasil e sua aproximação com a categoria trabalho, em virtude da aproximação com a vertente teórica marxista. Trataremos estes elementos a fim de permitir ao leitor maior compreensão do lugar em que a profissão ocupa na sociedade onde emergiu, bem como na atualidade. Tais elementos ao serem determinantes fundamentais na conformação do Serviço Social importam para a

compreensão do trabalho em Serviço Social, em qualquer tempo na sociedade burguesa.

No terceiro capítulo realizaremos uma análise a partir das obras publicadas de Marilda Iamamoto quais sejam: *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* (IAMAMOTO, CARVALHO 1998); *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos* (IAMAMOTO, 2007) *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional* (IAMAMOTO, 2004); *Trabalho e Indivíduo Social* (IAMAMOTO, 2006) e *Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social* (IAMAMOTO, 2008). A partir destes tentaremos compreender como se concretiza a apreensão feita pela autora no que tange à categoria trabalho e a relação com as formulações sobre o trabalho profissional do Serviço Social.

2 TRABALHO: O FUNDAMENTO E A FORMA HISTÓRICA

Quando se busca fazer uma leitura de realidade, a partir de uma orientação teórica crítica não há como deixar de perceber o trabalho como elemento fundamental nos diversos tipos de sociedade. Na perspectiva marxiana o trabalho possui primeiramente uma dimensão essencial que se relaciona com as respostas aos carecimentos humanos, as quais são dadas através da ação humana, e pela mediação com a natureza. Mas na sociedade burguesa, que foi profundamente analisada por Marx, o trabalho possui uma forma social específica em conformidade com as relações sociais instauradas, que garante o modo de produção baseado na sociabilidade do capital.

Neste primeiro momento trataremos da compreensão da categoria trabalho por Marx e alguns outros autores de tradição marxista que abordam o tema. Ocorre que é relevante elucidar a respeito desta categoria, para que possamos ter elementos que nos ajudem a compreender a interpretação que Marilda Iamamoto faz da obra de Marx, na medida em que busca abranger a realidade em que se insere o trabalho profissional de Serviço Social, e aborda com veemência a centralidade da categoria trabalho. Na obra da autora buscaremos apreender a referida categoria, e aqui seguiremos na elucidação desta.

Marx situa o trabalho como central para a compreensão do homem e das relações sociais que envolvem a produção e reprodução da vida. Ele busca compreender a essência do trabalho, uma vez que realiza uma crítica aos economistas políticos que concebem a produção material a partir da existência da propriedade privada e da divisão do trabalho como elementos dados. A compreensão do processo, neste caso não é contemplada, uma vez que o que deveria ser explicado é tido como ponto de partida.

O conceito filosófico de trabalho desenvolvido por Marx abarca o todo da existência do homem, relaciona-se à práxis fundamental da espécie humana, havendo uma união essencial entre homem e objetividade. Este, por meio do trabalho, empreende a construção prática de um mundo objetivo, ao mesmo

tempo em que desenvolve a si mesmo enquanto indivíduo, de tal modo que produz e reproduz sua existência material, vital e espiritual (SANTOS, 2014).

Quanto ao trabalho na sociedade moderna, enquanto categoria da economia política, o clássico autor aponta as limitações daquele em torno da autorrealização do homem. Esta forma social e histórica do trabalho impõe barreiras à realização das potencialidades humanas, de modo a restringir os horizontes do trabalhador meramente à sua sobrevivência, uma vez que limita sua práxis fundamental, o trabalho criativo, e, portanto, configura-se em uma mutilação intelectual e moral, uma desumanização do homem (idem).

Nas sociedades contemporâneas prevalece o modo de organização em que a relevância da produção humana, sob o ponto de vista das classes hegemônicas, pauta-se menos no conteúdo material da riqueza, que confere valor de uso aos produtos do trabalho humano, e mais na forma social que cria o valor de troca, cada vez mais superdimensionado. Isto se dá porque predominam as relações que giram em torno da valorização e acumulação do capital, de modo que a produção não tem como função primeira satisfazer necessidades humanas, mas visa prioritariamente reproduzir o capital.

O trabalho, contudo, é o elemento primordial para o aporte das sociedades, visto que por meio dele torna-se possível o aprimoramento da condição humana. O trabalho se caracteriza como atividade fundamental do ser social, através da qual o indivíduo submete a natureza às suas forças para transformá-la e propiciar condições objetivas de vida em sociedade conforme as vislumbrou na consciência. Tal atividade oportuniza ao homem a transformação de si mesmo, pois o ato criador permite o alcance de conhecimentos e habilidades essenciais ao desenvolvimento humano e social (MARX, 2013).

Situaremos, portanto, os elementos do trabalho que lhe dão sentido enquanto atividade inerente ao gênero humano, que compreendem o fundamento do desenvolvimento humano. Trataremos também dos aspectos do trabalho na sociedade burguesa, advindos da relação social com o capital, uma vez que, a

produção material neste estágio de desenvolvimento das forças produtivas perpassa pela mediação do capital.

Sob o prisma do tratamento ontológico da categoria trabalho, a análise privilegiada é do trabalho como elemento fundamental para o desenvolvimento do ser social, o que atribui à categoria o caráter de importante elemento da condição humano-genérica dos sujeitos sociais. Situiremos inicialmente alguns aspectos a respeito dos fundamentos da categoria trabalho.

Adotando a perspectiva marxiana abordaremos também a análise do trabalho a partir das condições que lhe dão objetividade na sociedade cujo modo de produção é capitalista, a partir das condições materiais de produção e das relações sociais que estão imbricadas no processo de produção de valor. Para tanto, faz-se necessária a observação das relações sociais e econômicas a fim de alcançar a compreensão do processo de valorização do capital, ao qual está submetido o trabalho.

2.1 A dimensão ontológica do trabalho

Verifica-se uma complexa processualidade imbuída ao trabalho, que o identifica, em seu fundamento, como elemento essencialmente humano e social. Ao configurar-se como mediação do metabolismo entre homem e a natureza, realiza as potencialidades ocultas desta última, de maneira que proporciona transformações fundamentais para a humanidade. Portanto, ao mesmo tempo, o trabalho potencializa também o desenvolvimento do homem como ser social, ao aprimorar as relações destes entre si. Ao prosperar o próprio homem, portanto, lhe é possibilitado o desenvolvimento das relações humanas, bem como as condições de desenvolvimento do gênero humano, o que torna o trabalho o elemento central de sociabilidade (ANTUNES, 2011b).

Apesar das múltiplas determinações que lhe conferem a característica de um processo social e histórico, o trabalho é compreendido, em sua dimensão ontológica, como fundamento do desenvolvimento do homem, das sociedades e

das relações que se estabelecem nelas. Apesar de ser transformado pelo próprio movimento histórico, segundo afirma Netto³ o trabalho não é produto da história. Não é o desenvolvimento desta que lhe proporciona a existência, uma vez que o trabalho é inerente ao ser humano. O trabalho vivo, portanto, pode ser compreendido como o fundamento da história por ser o elemento que permite ao homem construí-la. Isso não quer dizer que possamos perder de vista que a dinâmica da história da sociedade traz determinações à forma como o trabalho se consolida em diferentes tempos históricos.

Em sua dimensão ontológica, como elemento próprio do gênero humano, o trabalho transita os períodos históricos, desde os primórdios até os dias atuais. Na modernidade, contudo, possui múltiplas determinações, que advém do modo de produção material e das relações sociais que o envolvem, bem como do grau de desenvolvimento das forças produtivas.

O aspecto central do trabalho na dimensão ontológica, conforme Lukács (2013) é sua caracterização como categoria inerente ao ser social, como atividade que antes de ter um caráter social é uma determinação da espécie humana. Lukács, em sua ontologia do ser social, confere lugar central ao trabalho no que se refere à gênese do ser social, e se apoia na afirmação de Marx de que:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma **condição de existência do homem**, independente de todas as formas sociais, **eterna necessidade natural** de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (apud LUKÁCS, 2013 p. 44 *grifos meus*).

Neste sentido, Lukács compreende o trabalho como determinação do ser social, como a característica presente no homem que o diferencia do ser meramente biológico. Afirma que a categoria trabalho possui um lugar privilegiado no complexo do ser social, por estar intrinsecamente ligado à sua gênese, uma vez que todas as outras categorias que compreendem o complexo concreto da sociabilidade, já tem um caráter social anterior à sua existência. Mas o trabalho,

³ Curso Método em Marx, conferido pelo Professor José Paulo Netto, em 2002, para o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.

ao contrário, é o aspecto central na transição do ser orgânico ao ser humano (LUKÁCS, 2013).

Engels ao tratar deste elemento fundamental do ser humano afirma que o trabalho é mais que fonte de toda a riqueza, é a mediação fundamental entre homem e natureza, resulta da capacidade das mãos em executar o que foi projetado na consciência, em vista da satisfação de necessidades materiais e espirituais de homens e mulheres. É portanto, “a condição básica e fundamental de toda a vida humana” (ENGELS, 2013, p. 13).

Este ato fundamental do ser humano possibilita o desenvolvimento do próprio homem, e como um ato histórico o desenvolvimento do gênero humano, aquele ato primeiro, portanto, fez emergir o ser social. Na medida em que o trabalho se complexifica, uma vez que os homens foram aperfeiçoando seus feitos e executando operações cada vez mais complexas, a linguagem tornou-se necessária, visto que tal aperfeiçoamento envolvia muitas mãos, de modo que esta foi a condição necessária ao desenvolvimento das relações sociais (idem).

O trabalho, então, é um ato individual e social, neste último aspecto trata-se de uma ação que combina vários esforços de um conjunto de seres humanos que se relacionam entre si. Os seres humanos não produzem, portanto, apenas bens necessários à sua existência, mas produzem suas próprias relações sociais (IASI, 2010).

É importante refletirmos sobre a relevância do materialismo, e logo do trabalho, para a satisfação das necessidades materiais e tão logo espirituais, em relação ao surgimento do homem enquanto ser social. Engels (2013) afirma que os homens acostumaram a justificar seus atos por sua consciência, ou capacidade de pensamento, o que explica a concepção idealista sobre a existência do homem e da sociedade. Contudo, o movimento do real nos aponta a explicação com base nas necessidades humanas.

Sobre o materialismo, estruturante para a compreensão das relações sociais, Marx e Engels (2007) justificam que o primeiro pressuposto da história humana

é a existência de indivíduos vivos, e que se constata que por meio da organização corpórea de tais indivíduos se dá a relação com o restante da natureza. Tais indivíduos começam a distinguir-se dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, de modo que os homens produzem sua própria vida material. Tais autores são enfáticos:

O que eles são (os indivíduos) coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX, ENGELS, 2007).

Numa concepção materialista da história humana, portanto, o trabalho é determinante no desenvolvimento do homem e das relações sociais, de modo que a estrutura da sociedade, bem como o Estado, provém do processo de vida de indivíduos determinados. Destes indivíduos tal como atuam, como produzem materialmente, conforme os limites, pressupostos e condições materiais de suas atividades (idem).

Reafirmando o materialismo como fundamento do ser social, em oposição ao idealismo tão presente na filosofia alemã do século XVIII, Marx e Engels (2007) afirmam que os homens são produtores de suas representações, mas tal como são condicionados pelo desenvolvimento de suas forças produtivas, de modo que “a consciência não pode ser jamais outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (p. 93-94). Portanto, o trabalho é o elemento central da ação e consequente desenvolvimento humano, determinante das relações sociais.

Os referidos autores enfatizam:

(...) os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta realidade, seu pensar e os produtos do seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (p. 94).

Relaciona-se ao desenvolvimento do trabalho e da consciência humana a questão da práxis. O trabalho é o modelo de toda a práxis social, na qual sempre são realizadas transformações da realidade precedidas por posições

teleológicas. Isto porque há uma essencial afinidade ontológica entre a práxis e o trabalho, portanto, “*o trabalho pode servir de modelo para compreender os outros pores sócio-teleológicos, já que, quanto ao ser, ele é a sua forma originária*” de objetivação da teleologia (LUKÁCS, 2013 p. 47).

A emergência da questão da práxis social tem origem no desenvolvimento do caráter social do trabalho, quando a cooperação entre os homens torna-se bastante relevante, de modo a proporcionar o surgimento da divisão social do trabalho, independente da existência ou não do valor de troca. Ocorre que o determinante fundamental neste caso é a relação entre os homens com fim de objetivação cooperada de finalidades determinadas (LUKÁCS, 2013).

Quanto à práxis social, no decorrer do desenvolvimento do gênero humano, paralelamente à relação entre homem e natureza, são desenvolvidas inter-relações entre os homens, de modo que emerge a práxis social interativa. Esta se relaciona à persuasão junto a outros seres sociais conforme determinadas posições teleológicas, sendo que o fundamento das posições teleológicas intersubjetivas implica a ação entre os seres sociais (ANTUNES, 2009).

Importa ressaltar a compreensão da práxis social no tocante à sua relação com o trabalho, visto que a primeira é originária do segundo. No entanto, a compreensão dos elementos que a diferem do trabalho são igualmente relevantes, visto que Iamamoto, referência no nosso estudo, dissocia a atividade profissional de serviço social da práxis social e a relaciona ao trabalho, dotado não só de posições teleológicas, mas também de meios, objeto e produtos do trabalho⁴.

É relevante destacar, portanto, que na teoria social de tradição marxista o trabalho é inerente e condição do ser humano genérico, mas na forma social e histórica própria da sociedade moderna, é expressão da atividade alienada no contexto da sociabilidade do capital. Elementos estes que Marx analisa de maneira brilhante, e que na obra de Iamamoto são recuperados.

⁴ Elementos estes que serão trabalhados no capítulo 3, quando nos debruçamos sobre as obras da referida autora, com o objetivo central de apreender a categoria trabalho.

2.2 O trabalho na sociedade burguesa

Importa ressaltar alguns elementos que perpassam o trabalho na sociedade, cujo modo de produção material é fundamentado na relação social do trabalho com o capital. Nesta direção, é preciso resgatar em Marx que o processo de produção capitalista é ao mesmo tempo uma unidade de duas determinações contraditórias, quais sejam: processo de trabalho e processo de valorização.

Ao analisar o trabalho, identifica-se inicialmente que este possui um conteúdo material, oriundo do processo de trabalho, que se identifica essencialmente com a produção de valores de uso, em qualquer período histórico, independente das relações sociais predominantes. Neste aspecto importa a produção que resulta na materialidade conferida pela ação humana transformadora, em condições propícias que incluem meios e objeto de trabalho (CARCANHOLO, 2007; MARX, 2013).

Contudo, o trabalho possui também uma forma social e histórica, que se identifica no capitalismo ao processo de valorização do capital. A partir deste, o produto do trabalho se converte em valores de troca, importa o aspecto da produção que objetiva a valorização do capital, e por consequência sua reprodução ampliada (CARCANHOLO, 2007).

A partir deste ponto de vista, o trabalho impulsiona a reprodução do capital, visto que só esse é capaz de criar valor no processo de produção capitalista, por maior que seja o desenvolvimento das forças produtivas. É fato que o referido desenvolvimento resulta em crescimento no emprego de capital constante, visto que, com o avanço da técnica e da ciência, encontra-se progressivamente potencializada a produtividade do trabalho, o que possibilita que a produção material seja, cada vez mais voltada ao fim de produzir meios de produção, convergindo em maior acumulação de capital (MARX, 2011).

No entanto, este movimento de ampliação do capital não permite ao mesmo abdicar do trabalho vivo, uma vez que é propriedade do trabalho conservar o valor antigo, acrescentando-lhe ao mesmo tempo mais valor. O aprimoramento

dos meios de produção não implica a supressão do trabalho vivo. Sob o ponto de vista da dimensão abstrata do trabalho, este é um elemento preponderante para a realização da acumulação capitalista (MARX, 2013).

Esses elementos, ora situados, nos levam à categoria de trabalho produtivo analisada por Marx, à qual ele atribui inicialmente o aspecto da materialidade oriunda do processo de trabalho. Tal afirmativa encontra-se situada no capítulo V do livro I de *O Capital*, onde o autor, ao tratar o processo de trabalho em abstrato, analisando a relação entre homem e natureza, independente de suas formas históricas, afirma: *“Observando-se todo o processo do ponto de vista do resultado, do produto, evidencia-se que meio e objeto de trabalho são meios de produção e o trabalho é trabalho produtivo”* (MARX, 2013, p.215). Contudo, desde já, sinaliza que tal conceituação não é suficiente para a análise do trabalho no modo de produção capitalista.

Ocorre que o produto do trabalho na sociedade capitalista deixa de ser resultado de uma atividade individual, para tornar-se produto social, oriundo de uma combinação de trabalhadores. O conceito de trabalho produtivo, portanto, amplia-se em virtude do caráter cooperativo do trabalho, ou seja, do trabalho coletivo, sendo que a participação na manipulação do objeto não é mais condição intrínseca do trabalho produtivo. O conceito também se restringe, visto que não basta produzir valores de uso, a produção capitalista implica em produção de mais-valia, de modo que só se configura como trabalhador produtivo aquele que produz mais-valia para o capital, ou seja, é assalariado do capital, servindo assim à sua auto expansão (MARX, 2011).

Ocorre que o trabalho, na sociedade cujo modo de produção é capitalista, encontra-se subordinado ao capital, por isso, do ponto de vista do trabalho social, a produtividade envolve esta relação social predominante. De início tal subordinação era meramente formal, uma vez que a relação entre capital e trabalho era consentida, vinha a se realizar por livre iniciativa entre trabalhador direto e o capitalista. Contudo, na medida em que o capital se apropria de todo um ramo de produção e depois de ramos decisivos da produção da vida material, tal subordinação deixa de ser formal para se tornar uma subsunção real do

trabalho ao capital. E é justamente esta relação entre trabalho e capital que condicionará o primeiro à criação de mais-valia como condição determinante para ser produtivo, em sua relação com o capital (MARX, 2011).

A criação de valor e valor excedente, portanto, é condição determinante do trabalho no modo de produção capitalista, de modo que, uma vez apropriado pelo capital como meio de valorização, o trabalho aparece na sociedade atual predominantemente como força de trabalho. Como elemento de um processo de produção que não pertence ao trabalhador, a parte variável do capital investido, que se configura como um tipo de mercadoria, cujo meio de troca é o salário.

O valor de uso da força de trabalho encontra-se na capacidade de trabalho, que colocada em ação, como parte de um processo de produção capitalista, agrega valor ao objeto de trabalho. Valor este mensurado pela quantidade de trabalho incorporada no produto, determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Ocorre que a análise do trabalho como elemento, de um processo de produção, passível de criação de valor, implica compreendê-lo em sua dupla dimensão, uma vez que não podemos perder de vista a sua capacidade de humanização, como também o aspecto que o subordina ao capital.

Neste sentido, o produto do trabalho é ao mesmo tempo unidade de valor de uso e de valor de troca, do mesmo modo que seu processo de produção é ao mesmo tempo processo de trabalho e processo de valorização. Ocorre que o trabalho possui uma dupla dimensão, que não pode ser compreendida de maneira dissociada. Tal atividade destinada a um fim, na sociedade capitalista, permite a objetivação de finalidades que visam atender necessidades humanas, mas permeada fundamentalmente pela relação com o capital.

Quanto a esta dupla dimensão do trabalho – concreta e abstrata – uma refere-se ao trabalho útil, dispêndio de força de trabalho especificamente adequada a um fim, que visa à produção de valores de uso; a segunda relaciona-se ao dispêndio de força de trabalho no sentido fisiológico, ao *quantum* do trabalho que pode ser empregado para a valorização capital. Neste caso não importa o

conteúdo do trabalho, é indiferenciado no que se refere à função que realiza, nessa condição de dispêndio de força humana abstrata, é medido, em condições sociais médias, pelo tempo empregado para sua realização (ANTUNES, 2011b).

No modo de produção capitalista a dimensão concreta do trabalho, torna-se subordinada à sua dimensão abstrata, que visa à valorização do capital. Deste modo, em relação ao trabalho prevalece a condição de dispêndio de força humana para a produção de valores de troca, em detrimento da produção essencialmente voltada para o atendimento das necessidades humanas. Neste sentido, importa compreender melhor o processo de valorização do capital.

Em virtude de tal valorização, o trabalho é determinado socialmente para criação de mais valor do que o equivalente ao de sua força de trabalho. Tal atividade deixa de ser orientada fundamentalmente para a reprodução das necessidades humanas e cumpre a função de criação de riqueza excedente a ser apropriada por uma pequena parcela de detentores dos meios de produção. Compreende-se a partir daí uma relação social entre capital e trabalho que pressupõe uma transfiguração do fundamento do trabalho a partir das determinações e exigências do capital, em detrimento de sua capacidade de humanização (idem).

Portanto, na sociedade cuja relação predominante perpassa o capital é inegável a subordinação do trabalho ao capital, de modo que, para compreender essa relação social que prevalece na maior parte do mundo, é válido buscar entendimento sobre o processo de valorização do capital. Para tanto refletiremos sobre a criação de valor e mais-valia, nas condições determinadas pelo modo de produção capitalista.

O capitalista tem por objetivo produzir mercadorias que possuam valor de troca, contudo, só faz sentido para ele todo esse processo de produção se as mercadorias produzidas possuírem valor mais elevado que o valor do conjunto de mercadorias necessárias para produzi-las, ou seja, se resultarem em valor excedente, uma vez que sua finalidade é a acumulação de riqueza. Como é o trabalho incorporado à matéria que agrega valor, este será a fonte fundamental de expropriação do mais-valor pelo capitalista (MARX, 2013).

A parte variável do capital, a força de trabalho, possui um valor de troca equivalente à sua produção e reprodução, ou seja, aos meios de subsistência e de manutenção necessários para que aquela possa se reproduzir. Seu valor de uso é o trabalho em ação, que é utilizado pelo seu comprador, uma vez alienado pelo trabalhador, que vende sua capacidade de trabalho no mercado, como uma mercadoria. Assim como os demais vendedores de mercadorias, aliena seu valor de uso e absorve seu valor de troca, o salário. Ocorre que o valor produzido pelo trabalhador e o valor de sua reprodução são duas grandezas distintas, e é justamente o fato de o trabalho produzir mais valor do que custou ao capitalista que torna o processo de valorização do capital realizável (idem).

Para a realização de um processo capitalista de trabalho, o capital investido divide-se em capital constante, que são todos os meios e objetos de trabalho, necessários no processo de produção, e capital variável, aquele que entra no processo de produção com um valor determinado, mas cria um valor maior do que o empregado no início do processo produtivo, aquele que agrega valor – a força de trabalho. A valorização do capital, portanto, não prescinde do trabalho vivo, uma vez que aquela consiste na diferença entre trabalho realizado e trabalho remunerado.

Podemos supor, portanto, uma divisão do tempo de trabalho no processo de produção capitalista. Tal divisão consiste em tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente, de modo que o primeiro refere-se à fração necessária para a reprodução do valor da força de trabalho e o segundo à fração para a produção de valor excedente, apropriado pelo capitalista.

Quanto maior o tempo dedicado à produção de valor excedente mais expropriado é o trabalho. A partir da lógica da acumulação a tendência é o aumento de tal expropriação, o que pressupõe a extensão do tempo de trabalho cedido gratuitamente ao capitalista. O valor excedente é denominado como mais-valia, a qual pode ser extraída de diferentes formas. Se para tal objetivo prolonga-se a jornada de trabalho, ou ainda promove-se o aumento de sua intensidade, de modo a submeter o trabalhador a condições exaustivas a fim de extrair arbitrariamente mais trabalho, realiza-se mais-valia absoluta.

Contudo, com o desenvolvimento das forças produtivas do capital, outros mecanismos são utilizados pela classe burguesa para a extensão do tempo de trabalho excedente, e maior valorização do capital. Em uma jornada dada, faz-se reduzir o tempo necessário para a reprodução da força de trabalho, que equivale à produção do equivalente aos meios de subsistência do trabalhador. Para tanto, não se trata da usurpação de parte dos meios de reprodução necessários, mas da diminuição do valor da força de trabalho, o que pressupõe a redução do valor dos meios de subsistência do trabalhador (MARX, 2013).

Para que ocorram as transformações que fazem alterar o lapso de tempo necessário e excedente é fundamental certa generalização do desenvolvimento das forças produtivas. De modo que, a maior produtividade do capital permita a produção de maior quantidade de mercadorias no mesmo tempo de trabalho, e que tal produtividade atinja os ramos de produção que compõem os itens necessários para a reprodução do trabalhador, podendo ser produzido em menos tempo o valor referente à reprodução da força de trabalho.

De maneira global, produz-se em menos tempo as mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho, em virtude da maior produtividade do trabalho, que pode ser alcançada ao transformarem-se as condições técnicas e sociais do processo de trabalho. A partir deste movimento reduz-se a parte do tempo de trabalho destinada à reprodução da força de trabalho. Quando se generalizam as condições que permitem o aumento da produtividade do trabalho, de modo a alcançar as indústrias que produzem os elementos necessários à reprodução do trabalhador, é possível a redução do valor de reprodução da força de trabalho. Esta forma de extensão da produção de mais-valia denomina-se mais-valia relativa (MARX, 2013).

A crescente expropriação do trabalho é a forma pela qual a classe capitalista aumenta suas possibilidades de reprodução do capital. O valor adiantado no processo de produção, investido em capital constante e capital variável, é reproduzido e acrescido de mais valor, uma vez que o trabalho neste processo conserva o valor do capital constante, produz valor equivalente ao de sua força de trabalho e ainda um valor sobressalente, que nada mais é que trabalho

excedente, a mais-valia. Esta, por sua vez, serve à reprodução da classe capitalista, e ao acréscimo de capital, de modo que a junção de todos os elementos do processo produtivo somados ao acréscimo de capital, ao fim de cada processo produtivo, resulta na reprodução do capital, e assim na reprodução das relações sociais de produção.

O movimento de reprodução ampliada do capital, que resulta deste processo de valorização, culmina na lei geral da acumulação capitalista, e, portanto, na reprodução das desigualdades entre as classes sociais. Trata-se de uma lógica em que, quanto maior o acúmulo de capital, mais subtraído é o trabalho vivo. Este acúmulo, que se refere ao aumento de sua composição orgânica, resulta em maior composição de capital constante, e, por consequência, no aumento relativo da força de trabalho excedente. O movimento de reprodução ampliada do capital, portanto, implica na lei geral de acumulação capitalista, sintetizada por Marx, que observou o processo através do qual o aumento da riqueza, na sociedade burguesa, gera a pauperização da classe trabalhadora.

É notável que o trabalho, mesmo sendo explorado, de modo a dissociar o trabalhador do produto de seu trabalho e, configurar-se em atividade que serve ao atendimento prioritário de necessidades externas ao trabalhador, como atividade alienada, cumpre seu papel na produção da vida material. Nesta forma o trabalho torna-se social pela mediação do valor de troca, atende a necessidades sociais de outros indivíduos, distanciando o trabalhador da possibilidade de realização de uma atividade autocriadora. Cabe, portanto, refletir sobre a centralidade da categoria trabalho no modo de produção atual, conforme o grau de desenvolvimento das forças produtivas e relação dos sujeitos sociais com a referida atividade.

2.3 Trabalho: categoria em crise?

Há um problema central no mundo contemporâneo em relação ao trabalho, o desemprego estrutural, próprio do desenvolvimento do modo de produção

capitalista. Com a crescente exclusão de expressivos contingentes de trabalhadores do mercado de trabalho, torna-se alarmante a pobreza e miséria a que vários segmentos da classe trabalhadora estão submetidos, de modo a infringir direitos sociais e humanos. No entanto, apesar da realidade supramencionada, o acesso ao trabalho assalariado continua sendo o meio de garantia para a sobrevivência da grande massa de indivíduos que se encontra destituída dos meios de produção, os quais se configuram como propriedade privada da classe capitalista (IAMAMOTO, 2004).

O trabalho, em virtude desta crise em torno do trabalho remunerado formal, que envolve uma crescente heterogeneidade do trabalho assalariado, segundo Offe⁵ perdeu sua qualidade subjetiva de elemento central das atividades humanas, e de referência social para o sujeito que trabalha. Contudo, a objeção do autor à “sociedade do trabalho” – a heterogeneidade qualitativa do trabalho – é o que Marx denomina como possibilidade histórica do trabalho abstrato, de qualidade indiferenciada, como mero desgaste de força humana, ou trabalho social em geral (IAMAMOTO, 2004).

Ainda que haja uma redução quantitativa no mundo produtivo, o trabalho abstrato é fundamental para a criação de valores de troca. No modo de organização social mediado pelo mercado a satisfação das necessidades decorre do trabalho, em interação com os meios de produção. A diminuição do capital variável – força de trabalho – em relação ao aumento de capital constante – trabalho morto – não elimina o papel do trabalho coletivo na produção de valores de troca. Portanto, não podemos reduzir a análise da perda da centralidade do trabalho à redução do emprego, em tempos de capitalismo financeiro. Ao contrário do que defendem os autores adeptos do fim da centralidade do trabalho⁶, as tendências em curso na sociedade produtora de mercadorias não permitem concluir pela perda da centralidade da categoria em tela (ANTUNES, 2011a). Muito pelo contrário as

⁵ Ver OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental? Trabalho e Sociedade, v. I. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1991.

⁶ GORZ, A. Adeus ao proletariado. Rio de Janeiro: Forense, 1982; HABERMAS, J. The theory of communicative action: reason and rationalization of society. Londres: Polity Press, v. II, 1992; OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental? Trabalho e Sociedade, v. I. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1991.

transformações no mundo do trabalho têm trazido fortes indícios da tendência crescente de superexploração do trabalho na dinâmica do capitalismo contemporâneo, o que expressa quão imprescindível este é para a organização material da vida em sociedade, logo sua centralidade.

Ocorre que a dita heterogeneidade, que perpassa a redução do tempo físico de trabalho, a redução do trabalho manual e a ampliação do trabalho intelectualizado não negam a lei do valor, quando se considera o trabalhador coletivo como expressão de muitas atividades combinadas. Neste sentido, é necessário diferenciar, conforme a distinção de Marx, trabalho concreto e trabalho abstrato, em virtude da dialética presente em sua forma social (idem).

O trabalho possui de um lado um caráter útil, que advém do intercâmbio entre homem e natureza, como condição para a criação de coisas socialmente úteis e necessárias. De outro possui um caráter abstrato, que advém de sua condição de dispêndio de força humana produtiva, onde se abstrai o trabalho concreto, uma vez que a relevância deste trabalho indiferenciado perpassa a produção de valor, com a finalidade de valorizar o capital.

Levando-se em consideração esta dupla dimensão do trabalho, quando se aborda a crise da sociedade do trabalho é necessário situar a dimensão da qual se está tratando. “A desconsideração desta dupla dimensão presente no trabalho possibilita que a crise da sociedade do trabalho abstrato seja entendida equivocadamente como crise da sociedade do trabalho concreto” (ANTUNES, 2011a, p. 83).

Da desconsideração da dimensão essencial do trabalho, como trabalho concreto, como fundamento do desenvolvimento humano, e única atividade capaz de possibilitar a base material da qual derivam as outras esferas da atividade humana, resulta a compreensão do trabalho como atividade necessariamente alienada. Nesta perspectiva compreende-se que o trabalho movido pela lógica do capital e pela mediação da mercadoria é ineliminável, de modo que não pode converter-se em uma verdadeira auto atividade (idem).

Outra vertente da crise da sociedade do trabalho⁷ recusa o papel central do trabalho, tanto em sua dimensão abstrata, quanto concreta. De modo que desconsidera o papel deste na possibilidade de emergência de uma sociedade emancipada, onde esta atividade pode ser voltada à realização dos sujeitos, sendo dotada de sentido. Afirma-se que a sociedade não seria mais regida pela lógica do capital, mas se configuraria como a sociedade dos serviços, pós-industrial e pós-capitalista. O que se evidencia nesta perspectiva de análise é que o trabalho não é mais uma categoria dotada de centralidade na sociedade contemporânea, nem como trabalho abstrato, nem como fundamento do desenvolvimento humano. (idem)

Antunes (2011) contrapõe as abordagens mencionadas ao relacionar a esfera do trabalho concreto ao “ponto de partida sob o qual se poderá instaurar uma nova sociedade” (idem, p. 87). Neste sentido o desenvolvimento das forças produtivas, impulsionado pelo capital, tem um significado emancipador se aproveitado em benefício das necessidades humanas. Para tanto, as forças produtivas do trabalho devem ser direcionadas para que as necessidades sociais sejam atendidas pelo trabalho necessário, de modo a possibilitar a existência do tempo disponível para que todos os indivíduos possam voltar-se ao seu autodesenvolvimento.

O trabalho enquanto categoria de análise é rico em mediações, que podem nos auxiliar em sua compreensão, tanto na forma social e histórica em que assume neste modelo de sociedade, como em sua forma genérica, como elemento primordial do desenvolvimento humano e da emergência do ser social. É nesta direção que, esta pesquisa visa apreender a categoria trabalho, de modo a capturar tais mediações, na obra de Marilda Iamamoto, visto que a autora é uma referência importante em nosso campo de atuação. A referida autora, na medida em que busca compreender a essência da realidade na qual se insere a profissão de Serviço Social, aborda o trabalho enquanto categoria central em suas análises.

⁷ HABERMAS, J. The theory of communicative action: reason and rationalization of society. Londres: Polity Press, v. II, 1992

Contudo, sua formulação, que presa pelo primado da totalidade, visa à compreensão do significado social da profissão de Serviço Social, bem como do trabalho profissional, em meio às condições objetivas nas quais a profissão e o exercício profissional se inserem. Portanto, na medida em que suas análises tratam da profissão e do trabalho profissional do Serviço Social, buscamos situar no próximo capítulo as determinações históricas que conformam a existência da profissão, onde se destaca a questão social no contexto de emergência do Serviço Social, o Estado e a Política Social como espaço privilegiado de inserção profissional. Trataremos ainda de sua fundamentação teórica que perpassa a aproximação com a categoria trabalho, por meio da apropriação a teoria social crítica de tradição marxista.

3 AS DETERMINAÇÕES QUE CONFORMAM O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

Pensar o significado da categoria trabalho na produção teórica do Serviço Social a partir de Iamamoto exige uma apreensão das determinações do trabalho do assistente social no contexto da sociedade burguesa. Nesta direção, este capítulo tem como objetivo apresentar elementos sobre a constituição do Serviço Social; as determinações que conformam seu lugar na divisão social do trabalho; seu desenvolvimento e profissionalização em um determinado contexto histórico; bem como sua fundamentação teórica.

Importa ressaltar inicialmente que o Serviço Social é fruto do processo histórico de desenvolvimento capitalista, é parte do todo na organização da sociedade, onde o modo de produção material baseia-se na apropriação privada da produção social. Na dinâmica da organização societária, em que prevalece uma relação antagônica entre as classes sociais, o profissional em tela intervém nas manifestações oriundas da contradição fundamental entre as classes, representadas no capital e no trabalho.

A emergência do Serviço Social enquanto profissão está diretamente vinculada ao agravamento da questão social, no contexto do desenvolvimento do modo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas. A questão social se relaciona à formação da classe operária, sua organização e emergência no cenário político, quando passa a requisitar do Estado a implementação de políticas que atendam suas demandas. É a manifestação da contradição entre proletariado e burguesia, que apesar de sua existência anterior, começa a ser reclamada de forma mais organizada pela classe trabalhadora (IAMAMOTO e CARVALHO, 1998).

A atividade que cabe ao Serviço Social compõe a divisão social do trabalho, visto que visa o atendimento de demandas oriundas de relações postas na sociedade, ou seja, compreende as necessidades sociais derivadas da atuação histórica das classes sociais. As demandas postas ao profissional em tela perpassam as

expressões da questão social, cujo cerne encontra-se na contradição fundamental entre o capital e trabalho.

3.1 Questão social: o fundamento da intervenção profissional

O modo de produção orientado pelo capital não somente faz emergir a divisão da sociedade em classes sociais, mas também alimenta um antagonismo entre as mesmas, de modo que a objetivação das finalidades de uma classe somente pode ser alcançada através da expropriação do trabalho da outra classe. Neste ínterim surgem diversas manifestações da relação social entre trabalho e capital, que impactam negativamente nas condições de vida da classe trabalhadora.

Tais manifestações são compreendidas por meio da análise suscitada por Marx de que na ordem do capital – pautada na desvinculação do trabalhador direto dos meios de produção material, na apropriação privada destes últimos e na força de trabalho como mercadoria – a criação de riqueza cria na mesma proporção a pauperização da classe trabalhadora. O segmento crítico do Serviço Social se utiliza do conceito de questão social para explicar os efeitos da relação supracitada, adensando outros elementos oriundos do acirramento da contradição entre capital e trabalho em tempos recentes.

A questão social por sua vez pode ser entendida como a expressão ampliada das desigualdades sociais, está relacionada à emergência e ao desenvolvimento do proletariado e sua inserção no cenário político, quando esse passa a compreender sua condição de classe. Sua origem pode ser remontada desde a acumulação primitiva do capital, quando se criam as condições para a exploração da força de trabalho, em virtude da desvinculação do trabalhador de seus meios de produção. Ao se gestarem as condições para a emergência do modo de produção capitalista, são criadas também as pré-condições para a emergência da questão social.

Naquele período, disponibilidade de mão de obra que servisse para impulsionar o desenvolvimento do modo de produção capitalista era um imperativo, que viria

a se concretizar através da transformação do produtor direto em trabalhador “livre”. Em termos tradicionais essa mudança de condição do trabalhador é entendida como a libertação de sua condição de servidão, que o mantinha vinculado a terra, limitado ao seu território e subordinado ao Estado Feudal. Contudo, esta dita liberdade que se opõe à servidão nada mais é que a desvinculação dos trabalhadores de seus meios de produção (MARX, 2011).

Em fins do século XIV e durante boa parte do século XV uma parcela numerosa da população da Inglaterra era composta por camponeses autônomos, que tinham a posse das terras que ocupavam, qualquer que fosse a formalidade que ocultasse sua propriedade. Todavia, a partir do último terço do século XV inicia-se a dissolução do modelo feudal e vivencia-se a expulsão violenta dos camponeses de sua base fundiária, de modo que *“com a dissolução das vassalagens feudais, é lançada no mercado de trabalho uma massa de proletários, de indivíduos sem direitos”* (MARX, 2011 p. 831).

A partir da consolidação da propriedade privada burguesa o que se observa, então, é uma pauperização crescente de grande massa da população. Ocorre que essa forma de produção pautada na apropriação privada da riqueza é responsável não só pela expropriação dos meios de produção dos produtores diretos, mas também pelo aumento da exploração de sua capacidade de trabalho. Sabemos que as necessidades médias do capital não abarcam toda a massa de trabalhadores disponíveis, o que permite à classe capitalista fazer decair cada vez mais a remuneração do trabalho.

Segundo Netto (2001) o período em que se inicia uso do termo “questão social”, não por coincidência, é o período em que emerge o fenômeno do pauperismo. Este, muito diferente da pobreza generalizada que acompanhou os períodos históricos anteriores, tratava-se de um fenômeno novo, que era parte dos impactos da onda de industrialização que se deu na Inglaterra em fins do século XVIII. Tal condição de pauperismo, gestada no contexto de instauração do capitalismo industrial-concorrencial, aparecia como nova porque se produzia pelas mesmas condições em que se criava maior produção de riqueza.

A utilização do termo “questão social” relaciona-se aos desdobramentos sociopolíticos do contexto social vivenciado na primeira metade do século XIX, quando a classe trabalhadora passou a reivindicar melhores condições de vida e trabalho, momento em que a classe burguesa começou a ver ameaçada a ordem social em que prevalece sua hegemonia.

A década de 1830 marcou um período de importante movimentação política na Europa, uma vez que além da derrota definitiva da aristocracia pelo poder burguês na Europa Ocidental, vivencia-se “*o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente na Grã-Bretanha e na França*” (HOBSBAWM, 1997, p. 129). Este processo vai denotar o reconhecimento pela classe trabalhadora de que as condições de exploração vivenciadas por ela encontrava-se relacionada ao modo de produção orientado pela burguesia capitalista (idem).

A classe trabalhadora começou a demonstrar um descontentamento em relação às condições em que se encontrava frente ao modo de produção material. Naquele período esta já trazia consigo alguma compreensão a respeito das relações que estavam postas entre o trabalho e o capital. Principalmente na França e Grã-Bretanha, um movimento socialista e proletário era visível, e nesta última já se constituía um movimento de trabalhadores pobres “*que via nos reformadores e liberais seus prováveis traidores e nos capitalistas seus inimigos seguros*” (HOBSBAWM, 1997, p. 139).

Apesar do caráter maduro dos movimentos políticos da classe trabalhadora não se encontrar generalizado na Europa Ocidental, ao culminarem nas lutas de 1848, foi possível maior compreensão do cenário político, o que levou ao centro dos debates e do enfrentamento o antagonismo dos interesses de classe, entre trabalhadores e burguesia. Tal movimentação política marcou a transição e o reconhecimento da classe trabalhadora de “classe em si” a “classe para si”, o que denomina a consciência política do proletariado, que perpassa a compreensão de que a “questão social” é inerente à sociedade burguesa, e somente a supressão desta última pode alterar a condição de exploração vivenciada pela grande massa da população (NETTO, 2001).

É neste contexto que se torna evidente a questão social, quando a burguesia percebe que seu poder de classe encontra-se ameaçado, em virtude da organização da classe trabalhadora. A tomada de consciência pelo proletariado, que ameaça romper com a ordem social – fruto da submissão do trabalho ao capital – traz para a ordem do dia as contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

A questão social encontra-se diretamente relacionada ao processo de acumulação capitalista, que produz efeitos significativamente negativos às condições de vida e trabalho do conjunto da classe trabalhadora. Sua gênese está fundamentalmente relacionada à relação social que é a essência do capital, a apropriação privada da riqueza socialmente produzida. É também *“indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais”* (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

No campo do Serviço Social a questão social é compreendida, de maneira hegemônica, com base na lei geral de acumulação capitalista⁸. Perpassa o reconhecimento de que o resultado da contradição entre as classes sociais encontra-se no processo de produção material orientado pelo capital, que ao viabilizar o crescimento de riqueza cria na mesma proporção a pauperização da classe trabalhadora, de modo a produzir profunda desigualdade entre as classes (SANTOS, 2012).

Como dito anteriormente, não se trata de uma novidade a pobreza de grande parte da classe trabalhadora, a diferença em relação à pauperização antes experimentada pela humanidade, é a razão direta entre criação de riqueza e aumento da pobreza. Anteriormente o pauperismo era consequência da escassez generalizada, contudo, o que ocorre a partir da ampliação do desenvolvimento das forças produtivas é o aumento da capacidade de produção de riqueza, que poderia proporcionar o aprimoramento das condições de vida e

⁸ Para aprofundar a compreensão ver Marx em O Capital livro 1, vol. II, capítulo XXIII.

trabalho de toda a sociedade, mas permanece sendo apropriada privadamente pela classe social que detém os meios de produção material.

Pela primeira vez na história presenciou-se o aumento da capacidade de produzir bens e serviços, na mesma medida em que aumentou o contingente de pessoas que além de não ter acesso a tais bens e serviços, perderam as condições materiais de produção (NETTO, 2001).

Mas, o acirramento das condições de exploração do trabalho implicou em uma tomada de consciência pela classe trabalhadora, que passou a se organizar com vistas a reivindicar melhores condições de vida e trabalho, bem como um reconhecimento por parte do Estado a respeito da condição de pauperização da grande massa da população.

3.2 Intervenção do Estado: a via de atuação profissional

Até meados do século XIX, a atuação do Estado burguês em torno dos antagonismos entre as classes, era direcionada com base em antigas legislações punitivas visando o controle da pobreza e a manutenção da submissão dos trabalhadores ao sistema de produção social e material. As estratégias em relação às manifestações pulverizadas de insatisfação dos trabalhadores expropriados dos meios de produção eram a intimidação, a repressão e a punição. Contudo, com o desenvolvimento do proletariado e o alcance da consciência da classe, tais medidas não foram mais aceitas pelo proletariado, que passou a lutar por providências mais amplas de política social (MARTINELLI, 2003).

No período em que eclodiram as manifestações de insatisfação da classe trabalhadora prevalecia o ideário do liberalismo, de modo que a intervenção estatal abarcou de maneira tímida algumas demandas do proletariado, como resposta à questão social. Lembremos que em tal ideário perpassa a noção de que o Estado deve intervir o mínimo possível nas relações sociais, a favor de um curso natural onde prevalece a dinâmica do mercado, uma vez que a busca do

bem-estar individual pode maximizar o bem-estar coletivo, segundo tal preceito (BEHRING e BOSCHETTI, 2006).

Nas primeiras décadas do século XX é notável uma mudança de perspectiva no direcionamento dado ao Estado. Após a segunda guerra mundial são incorporadas orientações socialdemocratas que admitem maior intervenção do Estado na vida social. Mas essa alteração de perspectiva não é por acaso, ou não pauta-se apenas nas demandas oriundas da classe trabalhadora em virtude do acirramento da questão social. A crise econômica vivenciada pelo capitalismo, em fins da década de 1920, exigiu alternativas para sua superação e consequente manutenção do modo de produção instaurado.

Com a grande depressão os pressupostos liberais sofreram uma diminuição de legitimidade, em virtude da maior expressão até o momento da queda tendencial da taxa de lucro, quando puderam ser percebidas as consequências do mercado auto regulável. Com a movimentação política que resultou na revolução socialista de 1917 os pressupostos comunistas se encontravam em alta na disputa por um projeto de sociedade. Era um momento de forte disputa das classes sociais antagônicas por projetos societários, e as alternativas que se apresentavam eram o fascismo, o liberal-reformismo e o socialismo. No decorrer da Segunda Guerra o fascismo foi derrotado, mas a tensão entre o liberalismo e o socialismo permaneceu ao fim da guerra (idem).

A saída para a manutenção do capitalismo, portanto, se deu a partir da socialdemocracia, com base no pacto social entre os segmentos do capital e do trabalho do setor industrial, coordenado pelo Estado, com ampliação dos direitos sociais e atendimento de algumas demandas trazidas pela classe trabalhadora, por via das políticas sociais. As estratégias anticrise basearam-se nas formulações Keynesianas, que em contestação ao liberalismo ortodoxo propunha a intervenção do Estado na economia e em outras dimensões da vida em sociedade (idem).

As políticas anticíclicas como estratégia de reversão da crise e orientadas para reerguer o capitalismo, são organizadas e implementadas, entre as quais o

Welfare State. Naquele contexto da guerra fria, além das questões a serem resolvidas com respeito à crise econômica, para a manutenção do modo de produção então instaurado, a forte disputa de hegemonia demonstrava o momento de efervescência política, de modo que a burguesia precisava fazer concessões à classe trabalhadora para a garantia de sua legitimidade.

Na passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista, a fração de classe hegemônica vinculada ao grande capital, na busca pela legitimação do sistema socioeconômico e político que lhe dá sustentação, apoia a ampliação do Estado. E a partir da noção de democracia, que acompanha a alternativa política então pactuada pelas classes fundamentais, transfere-se a luta social da órbita da sociedade civil para a esfera política e estatal, de modo a institucionalizar as disputas econômicas e reduzir o fator crítico dos movimentos políticos (MONTAÑO, 2009).

Neste contexto de antagonismo entre as classes sociais e sua manifestação condensada na luta de classes, deparamo-nos com a intervenção do Estado por meio das políticas sociais. Parece-nos relevante, portanto, fazer uma reflexão sobre o Estado, em torno de sua natureza e seu aspecto interventor. Na aparência este se constitui como um ente neutro, mediador universal, localizado acima das classes sociais. Contudo, sabemos que existe uma vinculação de classe no Estado moderno, e que o direcionamento das ações é igualmente voltado para interesses de classe.

O Estado na sociedade moderna é o ente regulador das relações sociais, é onde se corporifica o direito, uma vez que a definição das leis, a execução das mesmas e o julgamento delas são executados em seu âmbito, pelos poderes que o compõe. Seu estatuto mantém as relações sociais sob controle por meio da regulação do direito civil, fundamentado no direito individual e na defesa da propriedade privada.

Este aparato, contudo, é um produto da sociedade, constituído em determinada etapa de seu desenvolvimento. Ele se coloca acima da sociedade, como um mediador neutro dos interesses de classes antagônicas, classes estas que

possuem divergências fundamentais, originadas no modo de reprodução das próprias sociedades, que passam pela dominação do trabalho e chegam a interesses econômicos conflituosos (LENIN, 1980).

Ocorre que os referidos interesses são inconciliáveis e este é o ponto crucial para a existência do Estado – o caráter inconciliável das contradições de classe. Decorre deste aspecto a necessidade de um poder que mantenha sob controle o conflito, evite a destruição de uma classe pela outra e que promova a manutenção da “ordem”. Ordem que nada mais é do que a manutenção das relações de produção material e dominação de uma classe pela outra (idem).

O surgimento do Estado relaciona-se à divisão social do trabalho aliada à divisão da sociedade em classes. Uma determinada quantidade de funções que eram exercidas de maneira coletiva pelos membros da comunidade tornam-se restritas a um pequeno número de indivíduos. Adiante se complexifica a função do Estado, que possui o domínio não apenas do exército, da justiça e das finanças, mas também da ideologia, da ciência etc. Ocorre que determinadas funções tornam-se mais autônomas e começam a parecer dissociadas da classe dominante. Contudo, ao observarmos a essência da natureza do Estado, constatamos justamente o contrário (MANDEL, 1977).

O Estado moderno tem em sua origem uma vinculação direta com a classe burguesa, uma vez que seu surgimento esteve diretamente relacionado ao poder financeiro alcançado pela burguesia, que em determinado momento da história, quando generalizado tal poder financeiro, tal classe passou a exigir a instituição de um parlamento, visto serem os seus impostos os grandes financiadores do Estado (MANDEL, 1977).

Marx refere-se ao Estado como uma superestrutura⁹ que se eleva sobre a base material das relações de produção, a estrutura econômica. Esse é o garantidor das condições objetivas de realização e continuidade das relações sociais de produção, é onde atuam os representantes da classe burguesa em favor de seus

⁹ MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo, Expressão Popular, 2008. (Prefácio)

interesses. Uma vez que o processo de vida social, intelectual e política são condicionados pela organização das condições materiais de existência, o Estado cumpre um papel em garantir a manutenção das condições que favorecem as referidas relações, ao legislar e regular em favor das mesmas (HERRERA, 2011).

Conforme argumentam Marx e Engels¹⁰, o direito como forma generalizada de regulamentação das relações nas diversas sociedades, cujo “corpo” é o Estado, ao afirmar a igualdade e liberdade jurídicas dos indivíduos, não apenas nega as relações de classe, que originam as desigualdades sociais, mas impõe a vontade da classe dominante na forma de lei (idem).

Ocorre que a expressão jurídica das relações de produção existentes é a propriedade privada, regulação fundamental para a existência do modo de produção capitalista, e de outros que pressupõe a exploração de uma classe pela outra. Portanto, ao regular de maneira preliminar o direito civil de propriedade, as relações jurídicas têm suas raízes nas condições materiais de existência, e não podem ser explicadas pela razão advinda da consciência humana, como argumentava Hegel. Essas, bem como as formas de Estado, são oriundas do desenvolvimento das relações sociais, com suas bases materiais, de modo que o agente regulador é uma peça fundamental na mediação das relações predominantes (MARX, 2008)¹¹.

Verifica-se a partir de então, que a regulamentação das relações sociais, com fundamento em uma base material, relaciona-se a uma perspectiva de classe. Embora marcada por contradições podemos, desde já, apreender a intervenção do Estado orientada ao fim de atendimento dos interesses de uma classe determinada. Estes elementos nos dão subsídios para interpretar sobre o direcionamento das políticas sociais, e por consequência sobre a funcionalidade do trabalho do assistente social neste âmbito, conforme os interesses burgueses.

¹⁰ Em Manifesto do Partido Comunista, 1848.

¹¹ MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo, Expressão Popular, 2008. (Prefácio)

A intervenção do Estado no processo econômico capitalista não se constitui em novidade. Seu traço intervencionista a serviço dos interesses burgueses remonta àquele período em que essa classe, em ascensão, realiza uma forte pressão para a reformulação do Estado, com base na incorporação de poder não só da nobreza, mas também em torno de interesses dos que acumulavam poder monetário, visto que possuíam parte considerável no financiamento do Estado (NETTO, 2011; MANDEL, 1977).

Nesta direção podemos afirmar que existe uma vinculação orgânica entre o processo de acumulação capitalista e a intervenção estatal, uma vez que o Estado ocupa um importante lugar nas relações sociais de produção, ao atuar não apenas na regulamentação jurídica das condições de exploração, mas também de forma direta no processo de acumulação, orientando seu curso, bem como gestor estatal da força de trabalho, e nos países subdesenvolvidos como interventor no setor produtivo (SALAMA e MATHIAS, 1983).

Na fase monopolista do capital observou-se um alargamento das funções do Estado no processo de acumulação capitalista, inicialmente na Primeira Guerra Mundial, quando o Estado entra na luta de grandes grupos capitalistas, e em seguida por razão da grande crise de 1929, a partir da necessidade de conter os efeitos de tal crise frente ao capital (BEHRING, 2007).

Importante modalidade de intervenção refere-se à ação estatal na reprodução da força de trabalho, merece destaque neste caso o sistema de segurança social, o educacional e cultural. Em determinada etapa do desenvolvimento produtivo condições mais favoráveis à reprodução da força de trabalho foram garantidas, em consonância com novas formas de produção e consumo, bem como de regulamentação da sociedade. Parte da reprodução da força de trabalho que era realizada fora do mercado, passou a se realizar mais por parte do Estado e menos pelo setor doméstico (SALAMA e MATHIAS, 1983).

Estruturou-se, portanto, todo um sistema de proteção social vinculado primeiramente ao trabalho, denominado Estado de bem-estar social, e generalizado na Europa Ocidental a partir do segundo pós-guerra. Registram-se

as primeiras manifestações de política social na Alemanha, em fins do século XIX, quando se instituiu os primeiros seguros saúde que visavam substituição da renda em momentos de perda da capacidade laborativa, destinado a algumas categoriais estratégicas de trabalhadores. Posteriormente, em várias partes da Europa ampliaram-se consideravelmente os recursos e abrangência de políticas sociais (BEHRING e BOSCHETTI, 2006).

No Brasil não foi desenvolvido um sistema de proteção social que se assemelhe ao Welfare State dos países do capitalismo central. No entanto, é verdade também, que, assim como o capitalismo se constituiu no Brasil de maneira bem diferente do capitalismo central, como os demais países periféricos, a política social foi constituída aqui com as marcas dessa particularidade histórica (idem).

O Serviço Social, diretamente relacionado com a intervenção do Estado por meio das políticas sociais, no que tange à sua profissionalização teve a questão social como um de seus determinantes. Contudo, um marco importante para o desenvolvimento desta atividade profissional foi a grande crise econômica pela qual passou o capital em fins do século XIX e início do século XX, com seu ápice em 1929. Foi parte da estratégia de reversão da crise, além da constituição de monopólios e da expansão internacional da produção e do comércio, um Estado intervencionista, que passou a criar e implementar direitos e políticas sociais (MONTAÑO, 2009).

Aquele foi o contexto em que se ampliaram as políticas sociais. Estas não originaram o Serviço Social, mas foram fundamentais para sua expansão e profissionalização. Antes, contudo, houve iniciativas de frações da classe dominante, numa perspectiva reformista e humanitária – logo cooptada pela burguesia, por meio do Estado e com apoio da Igreja – que se voltaram ao estudo de uma possibilidade de reforma do sistema de assistência pública. As estratégias desse grupo de reformistas se mostraram impotentes diante das condições sociais oriundas da Revolução Industrial e do avanço do modo de produção capitalista. Tais iniciativas foram pioneiras na prática de assistência às mazelas sociais. Mas conforme situamos é através da implementação

organizada da Política Social que o Serviço Social se profissionaliza (MARTINELLI, 2003).

É nesta medida que se faz necessária a profissionalização de agentes que têm como objeto de trabalho as contradições que advêm da questão social, ou, o impacto dessas contradições nas condições de vida da classe trabalhadora. Profissionais esses que são chamados a atuar no intuito de minimizar os efeitos do antagonismo entre as classes sociais, e enquanto trabalhadores assalariados são agentes do Estado, das empresas e instituições filantrópicas, chamados tanto para garantir a reprodução das condições de produção material, como para atender as demandas advindas da luta de classes.

Ademais os determinantes conjunturais que conformam a ampliação do Serviço Social, em um período de expansão da economia internacional do setor industrial, a base de fundamentação da profissão é a questão social, e a materialização de sua atividade se dá no âmbito das políticas sociais implementadas pelo Estado, fundamentalmente, mas também no setor privado e no terceiro setor.

Na medida em que o Estado passa a atender algumas demandas da classe trabalhadora, objetivando atenuar as manifestações da questão social por via da racionalização das políticas sociais, o Serviço Social vivencia sua profissionalização, a partir das funções que assume na execução das referidas políticas. O que dá o tom dessa profissionalização é a ampliação da demanda por seu trabalho e o caráter assalariado da atividade.

Os determinantes ora situados – questão social, Estado e Política Social – são elementos que se inter cruzam na determinação do trabalho do Serviço Social. Ocorre que a atividade profissional que temos como o centro da nossa temática, é a mediação política entre a questão social e o Estado, quando este último passa a intervir na primeira (MONTAÑO, 2009). E a Política Social é o instrumento privilegiado para materialização do trabalho em questão, visto que é o meio pelo qual se realiza a intervenção na questão social. Portanto, julgamos relevante situar alguns aspectos referentes aos mesmos, a fim de situar o

Serviço Social no espaço onde se realiza seu processo de trabalho. Foi o que buscamos fazer nas linhas precedentes.

3.3 O contexto de emergência da questão social no Brasil

No Brasil a questão social, assim como nos países de capitalismo desenvolvido, é fruto da contradição fundamental entre capital e trabalho, que perpassa a apropriação privada da riqueza socialmente produzida e a exploração cada vez maior do trabalho. Se expressa nas desigualdades entre as classes sociais e é permeada pela luta de classes. Contudo, a questão social possui particularidades, próprias da forma como se instaura o modo de produção capitalista em nossa formação social.

É importante situar como os determinantes sociais e econômicos no Brasil, que se compõem de aspectos universais do modo de produção capitalista, mas que também possuem características próprias dessa organização social, se refletem tanto na questão social como na forma de seu enfrentamento. Pensar a emergência e o desenvolvimento do Serviço Social envolve compreender o contexto social e econômico em que se desdobram as contradições oriundas das relações entre as classes sociais.

O contexto em que a questão social começa a ser reconhecida na sociedade brasileira está relacionado às transformações no perfil socioeconômico e político desta formação social. Quando uma progressiva industrialização passa a ser fomentada por alguns setores aliados a frações da oligarquia brasileira, a orientação econômica do país sofre alterações significativas. O contexto era de crise no cenário internacional, o que acarretou um impacto negativo na economia agroexportadora, a qual, até a década de 1920 era a principal atividade econômica. Na década de 1930, contudo, ocorreram significativas mudanças no cenário político e econômico do país (IAMAMOTO e CARVALHO, 1998).

Apesar da industrialização no Brasil não ter sido iniciada na década de 1930, não há como negar a importância do período para o desenvolvimento de uma

nova orientação econômica. A crise de 1929 foi de grande impacto no país, visto que a produção brasileira que era orientada para exportação teve seu mercado enfraquecido. Além da dificuldade de escoamento dos produtos agrícolas, o Brasil sofreu ainda com a redução da oferta de bens manufaturados que eram importados para atender a demanda das classes altas, principalmente os setores oligárquicos. Foi então que setores industrialistas uniram-se com frações da oligarquia latifundiária objetivando alterar as relações de poder, bem como a orientação econômica, que se voltou para a de substituição de importações, partindo de uma indústria leve, na referida década e chegando à indústria de base por volta dos anos 1940 (MARINI, 2012).

Num curto lapso de tempo foi firmado um compromisso entre a burguesia e outros setores da oligarquia, de modo que os interesses de ambos eram garantidos de forma recíproca. Na medida em que a capacidade produtiva do sistema agrário era mantido, com o incentivo da aliança supracitada, garantia-se a existência de um mercado imediato para o escoamento das mercadorias produzidas pela burguesia. A convergência de interesses pautava-se em uma perspectiva econômica, o mercado externo estava em baixa e não poderia suprir o escoamento da produção agrícola brasileira, do mesmo modo que a demanda por bens manufaturados da oligarquia latifundiária não podia mais ser atendida pelas importações (idem).

Este compromisso político reflete as relações predominantes no período de aprofundamento do modo de produção capitalista no Brasil, e tem importante influência na formação das classes sociais. A burguesia brasileira não é capaz de alterar por completo as relações sociais de produção, de modo que a economia agrária manteve presença significativa no cenário nacional.

É importante situar a manutenção do padrão de produção baseado no latifúndio como orientação econômica no país, desde o período colonial e no modo de produção capitalista. A atividade agroexportadora, então implementada, relaciona-se com a posição do país na divisão internacional do trabalho, uma vez que os baixos custos de produção possibilitavam o atendimento à demanda dos países do capitalismo central por matérias primas a preços que garantiam sua

alta lucratividade. As condições de produtividade, entre as quais o reduzido valor da força de trabalho, permitia, ainda, à burguesia agroexportadora garantir seus próprios lucros (SANTOS, 2012).

No entanto, a capacidade produtiva do setor agrário deixa de comportar grande número de trabalhadores, que são obrigados a migrar para a cidade com objetivo de vender sua força de trabalho como meio de subsistência. Esta mão de obra não só irá compor a classe operária, como também formará uma massa de desempregados, o exército industrial de reserva, que como sabemos também é funcional ao capital (MARINI, 2012).

As relações sociais então derivadas do contexto que envolve modificações no perfil socioeconômico do país, que perpassam mudanças e continuidades, compreendidas como “modernização conservadora”, fundamentam a formação da classe operária no Brasil. As condições em que era explorada a força de trabalho refletem aquelas relações, bem como, o desenvolvimento da questão social, cujas manifestações eram vivenciadas e reclamadas pela classe em formação.

O modelo econômico baseado no latifúndio foi de grande relevância na formação da classe operária. Aquele era pautado em formas pré-capitalistas de exploração do trabalho, onde as relações de produção envolviam uma dissociação entre produção e consumo, de modo que o viés capitalista dessa organização econômica encontrava-se basicamente no aspecto da mercantilização dos produtos, voltados para o mercado externo. O mercado interno, por outro lado, era completamente negligenciando, não havia um direcionamento da produção para acesso a bens de consumo pela classe trabalhadora, o que possibilitava uma depreciação severa do trabalho assalariado (FERNANDES, 1968).

A este respeito Marini (2011) aprofunda o debate, em sua análise sobre a relação de dependência da América Latina com o capitalismo mundial, onde traz como elemento primordial a superexploração do trabalho. Portanto, centremos por um instante nossa atenção nos elementos trazidos pelo autor, para que possamos compreender de maneira mais ampla a relação da classe trabalhadora no Brasil

com o capitalismo mundial, de maneira a realizar as mediações necessárias para compreender a questão social no Brasil.

Parte-se do entendimento que os países da América Latina relacionam-se com os países do capitalismo central e ocupam um papel no desenvolvimento econômico de tais. Ao se inserirem na divisão internacional do trabalho como produtores de matérias primas e consumidores de manufaturas europeias, desde sua constituição como nações independentes, participam no processo de desenvolvimento do capital em geral. Em relação ao período imediatamente anterior, o colonialismo, criam-se as condições para a reprodução da dependência, ao serem recriadas as relações de produção em função do desenvolvimento do capitalismo central (MARINI, 2011).

Compreender a relação de dependência dos países da América Latina, entre os quais o Brasil, com os países de capitalismo avançado nos ajuda a elucidar a respeito do desenvolvimento das relações sociais então instituídas entre as classes, bem como a emergência e desenvolvimento da questão social, que advém do antagonismo entre as mesmas. A referida análise pauta-se em uma compreensão ampla, não só da relação entre as classes fundamentais de nossa formação social, mas ainda da relação entre as nações do capitalismo central e periférico, que impacta diretamente nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. Portanto, tal análise nos permite compreender o acirramento da questão social no Brasil, e, por conseguinte nos auxilia nas mediações necessárias à compreensão do trabalho do Serviço Social no referido contexto.

As nações da América Latina há muito fornecem alimentos e matérias primas para os países do capitalismo central, mas com aumento quantitativo do conjunto da classe trabalhadora e da produtividade em tais países, a demanda por insumos também aumentou. De tal modo, a continuada participação no desenvolvimento produtivo dos países desenvolvidos, só veio a afirmar o papel das nações de capitalismo periférico na divisão internacional do trabalho (MARINI, 2011).

Tal inserção no mercado mundial, dos países periféricos, propiciou aos países centrais deslocarem o eixo da mera exploração do trabalhador, por via da produção de mais-valia absoluta para a produção de mais-valia relativa. Ocorre que além do aumento de produtividade do trabalho, aqueles obtiveram reais condições de barateamento da força de trabalho, ao adquirir no mercado mundial itens fundamentais de reprodução desta última a baixo custo. Este movimento é possível graças a um processo de troca desigual no mercado mundial, entre o capitalismo central e o periférico (idem).

O intercâmbio de mercadorias produzidas em diferentes condições de produtividade permite a ocorrência de um fenômeno que desvia a plena aplicação da lei do valor, qual seja, a transferência de valor. Assim, as condições de produção das economias mais desenvolvidas, possibilita a estas a regulação dos preços no mercado. Ao possuírem maior produtividade alcançam um preço de produção mais reduzido, e no mesmo movimento fazem depreciação os bens primários abaixo do seu valor, ao forçar o barateamento dos mesmos no mercado. Assim, neste intercâmbio realizado pela via do mercado mundial, os países menos desenvolvidos são obrigados a ceder gratuitamente parte do valor produzido (idem).

Ocorre que ao sofrerem a tendência da queda da taxa de lucro, as economias centrais buscam compensar suas perdas através da troca desigual. Com o movimento de transferência de valor apropriam-se de parte da mais-valia produzida nas nações periféricas. Contudo, estas últimas, em desvantagem, também buscam mecanismos de compensação de suas perdas, e na impossibilidade de acompanhar o desenvolvimento produtivo das nações mais industrializadas, aproximando a relação entre preço e valor recorre ao recurso de maior exploração da força de trabalho.

Encontra-se nesta relação, que advém da desvantagem de produtividade, o fundamental que buscamos apreender a partir da formulação de Marini para analisar o acirramento da questão social no Brasil. Ocorre que a dependência dos países periféricos, em torno do capitalismo central, culmina em um acirramento desmedido da exploração da força de trabalho – a superexploração

do trabalho – em virtude das desvantagens que a relação entre os países com diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas proporciona.

Na impossibilidade de realizar o valor da mercadoria no mercado, nas condições dadas de desenvolvimento produtivo, as nações periféricas para garantir condições de permanência no mercado mundial promovem a exacerbação da exploração de mais-valia. Expropriam mais-valia absoluta de diferentes formas, seja através do aumento da intensidade do trabalho, do aumento da jornada de trabalho, ou ainda pela redução do salário abaixo dos custos da reprodução do trabalhador, ou seja, chegam a expropriar de parte do trabalho necessário à reprodução do trabalhador (MARINI, 2011).

Estes são alguns elementos importantes na análise do contexto brasileiro para compreendermos a emergência e o desenvolvimento da questão social. Esta não está dissociada da relação entre proletariado e burguesia. Mas como pudemos observar houve diferenças na forma de instauração do modo de produção capitalista no Brasil, bem como na formação das classes sociais. De modo que as classes fundamentais em nossa formação social se relacionam com base naquele modo de produção material, mas com peculiaridades que advém da formação e organização das classes sociais por aqui, bem como dos impactos oriundos da relação com mercado mundial.

Santos (2012) considera fundamental relacionar “questão social” e “formação social” quando pretendemos compreender a primeira no âmbito do Brasil. O lugar ocupado pelo país na divisão internacional do trabalho, bem como a constituição ideopolítica e cultural das classes sociais são importantes características que particularizam a inserção periférica do Brasil no capitalismo mundial, que reflete fundamentalmente na conformação da “questão social” vivenciada pela classe trabalhadora brasileira.

A industrialização e urbanização no período ocorreram de maneira intensa, de modo que o sistema arcaico de relações sociais conviveu com o processo de modernização do país. Formou-se, desde então, um contingente de mão de obra excedente, uma vez que fora absorvida a força de trabalho dos imigrantes

europeus e a força de trabalho egressa do escravismo serviu para engrossar o excedente de mão obra às necessidades médias do capital (idem).

A partir das características situadas a respeito da inserção periférica do país no contexto do capitalismo, não é de se admirar que a classe operária subsistisse em condições extremamente precárias no período de desenvolvimento da industrialização. O trabalho permaneceu carregando as marcas do escravismo, um estigma de atividade inferior, voltada aos interesses de uma burguesia oriunda da oligarquia agrária brasileira.

Os trabalhadores ocupavam bairros insalubres com carência de água, esgoto e energia. O poder aquisitivo dos salários era de tal forma ínfima que, mesmo com o trabalho assalariado de vários membros da família, um nível digno de subsistência não era alcançado. Além do mais, o preço da força de trabalho decaía na medida em que aumentava o exército industrial de reserva, proporcionado pela migração dos trabalhadores do campo, que viam reduzidos seus postos de trabalho no setor agrário (IAMAMOTO e CARVALHO, 1998).

A questão social aparece para a sociedade brasileira quando emerge a luta defensiva do proletariado contra a exploração abusiva a que é submetida sua força de trabalho, momento em que ficam amplamente conhecidas suas terríveis condições de existência. Tal movimentação política do proletariado é propiciada pelo aumento numérico da classe operária, bem como a solidificação dos laços de solidariedade política e ideológica (idem).

Na medida em que a ordem pública parece ameaçada a necessidade de controle da exploração da força de trabalho é reconhecida pela burguesia. Neste sentido, inicia-se a intervenção do Estado voltada à mediação da relação entre as classes sociais, no contexto de emergência da questão social, a partir da regulamentação jurídica do mercado de trabalho.

Em 1926 e 1927, no âmbito do Congresso Nacional, são aprovadas importantes legislações relacionadas à “proteção do trabalho”, como férias, acidentes de trabalho, seguro-doença, trabalho feminino e o código de menores. Contudo, tais

legislações não são facilmente implementadas para um amplo contingente de trabalhadores, ao contrário, são limitadas aos setores estratégicos para a agroexportação, como portuários, ferroviários, entre outros (IAMAMOTO e CARVALHO, 1998).

Estas, no que concerne à regulação do trabalho, não passaram de ligeiras melhorias nas condições de exploração da força de trabalho do proletariado, que são concomitantes à crescente miséria relativa desta classe. No que se refere ao essencial da questão social, a relação direta entre o enriquecimento da burguesia e a pauperização da classe trabalhadora, o Estado se recusa a reconhecer a necessidade de intervenção (idem).

Prevaleceram as condições de trabalho desprotegidas para a grande massa de trabalhadores, em especial para os do meio rural, que permaneciam desconhecendo qualquer regulamentação das relações entre trabalhadores e latifundiários, visto que a legislação social voltada à regulação da força de trabalho atingia apenas a alguns setores estratégicos de trabalhadores organizados e urbanos. Prevalecia uma lógica de não acesso aos direitos, em virtude da cultura de subserviência instaurada ao trabalho em nossa formação social. A luta de classes ocorria em meio a regimes políticos antidemocráticos, o que dava o tom das respostas do Estado à questão social (SANTOS, 2012).

Após o marco de 1930, quando medidas sociais relacionadas à regulação do trabalho são implementadas, instaura-se o sindicalismo oficializado, com um viés corporativista, que era fortemente controlado pelo Estado. Pode-se dizer inclusive que havia uma repressão disfarçada, uma vez que o acesso aos direitos da recente legislação do trabalho encontrava-se vinculado à filiação aos sindicatos oficiais, em uma continuada lógica de mandonismo e paternalismo, então presentes na cultura política brasileira (idem).

Este foi o contexto em que emergiu o Serviço Social, contudo sua vinculação inicialmente não era com o Estado, a partir das iniciativas de intervenção social, mas com frações da classe dominante influenciadas pela doutrina social da Igreja. A partir das manifestações da classe operária, abriu-se uma frente para a

intervenção desta instituição na sociedade, uma vez que a mesma objetivava recuperar sua influência ideológica no âmbito da sociedade civil.

3.4 Serviço Social e tradicionalismo no Brasil

Não há como deixar de reconhecer a particular importância que teve a Igreja Católica na estruturação da profissão no país, esta foi responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pela formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros. É verdade que isto se deu em virtude de sua busca pela recuperação do poder e da influência que possuía junto à sociedade, até períodos anteriores à constituição da república no Brasil. Sob o argumento de consolidar a ordem e a disciplina social, a Igreja objetiva estabelecer mecanismos de influência e controle, com apoio das frações dominantes da Sociedade Civil.

Os desdobramentos da ação social implementada pelo movimento laico de tal instituição foram mais amplos do que sua atuação previa, uma vez que a especialização técnica de pessoal na área social foi funcional ao enfrentamento das manifestações da questão social no âmbito do Estado.

Na década de 1920 o movimento laico da Igreja começou a atuar por meio de pequenas organizações, a fim de reconquistar espaço para exercer sua influência social. As primeiras instituições criadas – a Associação de Senhoras Brasileiras (1920) no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas (1923) em São Paulo – são resultado da divulgação do pensamento social da Igreja. Aquelas, diferente das antigas obras sociais, objetivam não apenas o socorro aos indigentes, mas possuíam um caráter preventivo visando desde já atenuar nas sequelas do desenvolvimento capitalista (IAMAMOTO e CARVALHO, 1998).

As pequenas iniciativas de intervenção social se ampliaram, foram organizadas a partir da Ação Social Católica e tomaram forma de apostolado social. Com a necessidade de organizar e tornar mais efetiva as obras sociais já existentes, sob controle da hierarquia, em 1932 é criado o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS). Este tinha por objetivo formar seus membros com base

na doutrina social da Igreja e aprofundar o conhecimento a respeito dos problemas sociais, visando tornar mais eficiente a atuação daquelas mulheres da elite paulista que atuavam como trabalhadoras sociais (idem).

Um marco para a introdução do Serviço Social no Rio de Janeiro, a então capital do país, foi a Primeira Semana de Ação Social realizada por iniciativa da hierarquia e do movimento laico, mas com grande participação de diversas instituições públicas que realizavam atividades de assistência. Nesta ocasião é reconhecida a necessidade de formação técnica especializada na área social, uma vez que as atividades precederam a formação. Diante da dinâmica do processo de industrialização no Brasil, que agrava a relação capital/trabalho, havia uma demanda latente pelo aumento nos quadros de recursos humanos para a prática de assistência no meio católico, como também no âmbito do Estado e do empresariado (idem).

Desde aquele momento tinha-se como público alvo a massa operária, visto que havia a preocupação presente em afastá-la de influências “subversivas”, ou seja, das contestações em torno das condições em que era realizada a exploração da força de trabalho. Com o aumento do proletariado, apesar da cultura de subserviência do trabalho, surgem movimentações orientadas pelo alcance da consciência de classe, lembremos que a classe operária era composta em grande parte por imigrantes europeus, que trouxeram consigo características da classe trabalhadora dos países do capitalismo central.

A partir daquela preocupação o apostolado do movimento laico da Igreja se empenhou em reunificar e recristianizar a sociedade, de modo que voltou esforços para “livrar” o proletariado das influências políticas contestatórias e perturbadoras da ordem, a fim de restaurar os costumes cristãos. Sua ação objetiva não apenas organizar as classes subalternas em torno de um sentimento de resignação, mas também harmonizar as classes em conflito, em busca de um comunitarismo cristão (IAMAMOTO e CARVALHO, 1998).

As intervenções sociais, realizadas junto ao proletariado, passam a ser realizadas por trabalhadoras com formação técnica especializada orientada pela

doutrina social da Igreja. O aprofundamento técnico oriundo dos esforços realizados pelo Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo desdobra-se na fundação da primeira Escola de Serviço Social, em 1936 (idem).

No contexto da década de 1930, o Estado também estava empenhado na manutenção da ordem social. Com o objetivo de regular as tensões entre as classes sociais criou uma série de iniciativas que o permitiam, por meio da administração burocrática, intervir nas manifestações da questão social. Para atenuar as forças sociais em ascensão buscou desmobilizar a organização da classe trabalhadora, através de medidas como a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o salário mínimo e outras de cunho controlador, na lógica das “concessões” do Estado (YAZBEK, 2009).

Com vistas à confluência de interesses Igreja e Estado aliam-se politicamente, visto que possuíam em comum a preocupação de consolidar a ordem e a disciplina social. A primeira em busca de reconquista do seu terreno de influência social e o último objetivando a regulação das relações entre as classes sociais, para fins de manutenção da relação entre capital e trabalho então instaurada. Tais instituições se empenharam em estabelecer mecanismos de controle social em uma conjuntura que envolvia crise de hegemonia entre as frações da classe burguesa e grande movimentação das classes subalternas.

A partir de então os quadros técnicos formados pela Escola de Serviço Social extrapolaram o atendimento da demanda oriunda da ação social católica, e passam a atender também a demanda de instituições estatais pelo serviço técnico voltado à intervenção social. O empreendimento realizado pelo CEAS, em torno da fundação da Escola de Serviço Social, portanto não foi fruto exclusivo do Movimento Católico Laico, visto que já havia uma demanda, real ou potencial, por parte do Estado (IAMAMOTO e CARVALHO, 1998).

No Brasil a institucionalização e legitimação profissional do Serviço Social se realizaram em virtude de ser este um dos instrumentos do Estado e do empresariado, juntamente com as políticas sociais, para o enfrentamento das manifestações da questão social. Nos anos 1930, quando tais manifestações se

intensificam nas condições de vida da classe trabalhadora e adquirem expressão política, a especialização do trabalho social se torna funcional à reprodução das relações entre capital e trabalho (YAZBEK, 2008).

3.5 Ruptura com o tradicionalismo

Com a reorganização do Estado para implantação do modelo desenvolvimentista, a demanda pelo trabalho dos profissionais de Serviço Social se amplia. Ao passo que o desenvolvimento das forças produtivas implica um aprofundamento das relações sociais de produção capitalista. A compreensão deste contexto é importante para analisar a relação entre orientação econômica, Estado e a ampliação da demanda por serviços sociais.

Falamos do período que já vigora o regime autocrático burguês. Netto (1998) argumenta que, apesar das formas tradicionais de atuação do Serviço Social serem funcionais à autocracia burguesa – por reafirmarem a manutenção da ordem social como objetivo da intervenção – o movimento próprio do desenvolvimento profissional impulsionado pelo contexto de mudança na estrutura do Estado implicou em uma reorientação da profissão. Posteriormente tal reorientação tornou-se mais radical com as próprias bases da autocracia burguesa, aquela que possibilitou esse avanço teórico do Serviço Social brasileiro, que acabou resultando em uma aproximação com a teoria social de tradição marxista.

Ocorre que foi necessária uma ampliação quantitativa da força de trabalho do assistente social, visto que a aceleração do desenvolvimento das forças produtivas proporcionou o aumento das contradições entre as classes sociais, e por consequência a exacerbação das manifestações da questão social, que eram administradas crescentemente no aparato estatal via políticas sociais.

O Estado, neste período, passou por um processo de reorganização para gerenciar o desenvolvimento em proveito dos monopólios. Neste íterim os aparatos em que se inseriam os assistentes sociais foram complexificados pela

lógica da burocratização, o que trouxe à tona a necessidade de adequação profissional às novas demandas, agora muito mais racionalizadas (idem).

Por consequência da inserção dos assistentes sociais em estruturas organizacionais mais complexas foi alterada de maneira significativa a postura do profissional frente à tradição confessional que a profissão carregava. A racionalidade burocrático-administrativa que permeou os espaços de inserção profissional demandou uma postura mais moderna que contribuiu para a erosão do Serviço Social tradicional.

Portanto, o desenvolvimento da profissão perpassa sua relação com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização das políticas sociais, em função das novas formas de enfrentamento da questão social. O Estado, portanto, impulsionou a profissionalização do assistente social na medida em que ampliou seu campo de trabalho, numa estreita vinculação ao aprofundamento das relações sociais capitalistas (YAZBEK, 2009).

As alterações no mercado de trabalho, e por consequência no perfil dos assistentes sociais, implicaram em uma reformulação dos moldes da formação profissional, que visava à demanda por um profissional moderno, capaz de atuar com base em uma perspectiva racional, distante das prerrogativas tradicionais.

No decurso da história do Serviço Social verificam-se alterações significativas em sua orientação teórica e na inserção de sua atividade junto a processos de trabalho. Ocorre que a vertente tradicional da profissão é inspirada por correntes positivistas, funcionalistas e idealistas, contudo, a inserção do Serviço Social na Universidade de maneira generalizada possibilita uma reorientação crítica da profissão.

Esse movimento histórico que possibilitou a inserção do ensino de Serviço Social no âmbito universitário aproximou a formação profissional aos conteúdos de disciplinas das ciências sociais, e qualificou substantivamente tal formação. Mas o contexto era de ditadura militar e consequente repressão de conteúdos críticos

e progressistas, aspecto que contribuiu para retardar a aproximação do Serviço Social às análises sociais mais amplas (NETTO, 1998).

O Serviço Social, portanto, passou por um processo de renovação no contexto da autocracia burguesa, a partir principalmente da laicização da profissão. Tal renovação envolveu diferentes perspectivas teóricas e ideológicas, uma vez que esse processo foi além das novas requisições postas à profissão, que visavam à funcionalidade frente ao regime político instaurado. O contexto de desenvolvimento profissional fomentou as primeiras mudanças na órbita da prática e da formação, que abriram possibilidades para a categoria dos assistentes sociais repensarem as perspectivas teóricas e metodológicas que os orientavam (idem).

Neste processo de renovação várias tendências profissionais contribuíram para o desenvolvimento do Serviço Social, de modo que situá-las nos permite alcançar a compreensão do decurso que culminou na aproximação do Serviço Social com o marxismo. E, particularmente com a categoria trabalho, debate central nesta pesquisa. É nesta direção que consideramos tal percurso importante, para debatermos a respeito da apreensão desta categoria teórica que advém da perspectiva marxista, na produção teórica de Marilda Iamamoto.

As tendências que marcaram esse processo de renovação do Serviço Social brasileiro são bem descritas por Netto (1998). A primeira é denominada perspectiva modernizadora, na qual se tem a concepção de um Serviço Social integrador e dinamizador do desenvolvimento capitalista, partícipe da ordem, orientada pela autocracia burguesa. O caráter modernizador encontra-se na busca de aportes teóricos que embasem os procedimentos profissionais, fundamentados no estrutural funcionalismo norte-americano. Nesta perspectiva, os valores e concepções tradicionais não são contestados, apenas “emoldurados” em um viés teórico e metodológico menos retrógrado. Referencia-se em documentos de dois importantes seminários de teorização, quais sejam, Araxá (1967) e Teresópolis (1970).

Na segunda metade dos anos setenta destacam-se outras duas perspectivas teóricas, uma de orientação conservadora, que visava preservar as características tradicionais da profissão, voltadas para uma orientação de ajuda psicossocial, fundamentada na fenomenologia. Tal perspectiva, que é denominada por reatualização do conservadorismo, herdou características que perpassam uma análise microscópica da realidade social, de modo que prevalecem as dimensões da subjetividade, e uma atuação pautada em instrumentos psicologistas. O conservadorismo desta perspectiva vai além dos traços ideoculturais, encontra-se presente também no caráter efêmero de sua orientação científica, em que facilmente, em nome da “compreensão” abdica-se de análises rigorosas e críticas da realidade.

A terceira perspectiva é marcada pelo caráter de crítica ao tradicionalismo do Serviço Social, no que tange aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Esta vertente, no contexto em que se constrói a crítica ao regime da ditadura militar, recorre à tradição marxista para subsidiar suas análises a respeito da realidade social. Porém, não sem dificuldades, nesse contexto essa perspectiva não encontra ressonância na categoria profissional em virtude do marco sociopolítico da autocracia burguesa, de modo que depois de sua emersão inicial estagna-se o seu desenvolvimento por alguns anos. Tal perspectiva é denominada como intenção de ruptura, e esta que nos interessa aprofundar, particularmente pela incorporação no debate teórico da categoria trabalho a partir da apropriação do marxismo no âmbito do Serviço Social.

3.6 Marxismo e Serviço Social: as primeiras aproximações da categoria trabalho nos anos 1980

A referida perspectiva emergiu nos primeiros anos da década de 1970, por iniciativa de um grupo de jovens profissionais da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, cujo objetivo era formular uma proposta de rompimento substantivo com o tradicionalismo no âmbito do Serviço Social, de modo a alterar suas bases teóricas, metodológicas, políticas, ideológicas e interventivas.

Ocorre que não havia espaço para as alterações propostas pela perspectiva em questão no terreno da prática profissional. Esta se encontrava mais diretamente submetida ao controle institucional, em virtude do contexto político em que prevalecia a autocracia burguesa. De modo que, a universidade, mesmo não estando livre do controle da ditadura, apresentava maiores condições para elaborações críticas, em face das possibilidades advindas da pesquisa e da extensão (NETTO, 1998).

Na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, portanto, aquele grupo pioneiro formulou uma alternativa global ao tradicionalismo conhecida como Método Belo Horizonte. Tal formulação se dá a partir de uma crítica em termos ideopolíticos, no que tange a uma aparente neutralidade dos agentes profissionais; teórico-metodológicos, em relação à inexistência de uma teoria que oriente a intervenção de tais agentes, bem como à concepção abstrata e fragmentada da realidade, pautada numa visão microscópica de mundo (idem).

Não há como negar que a formulação em questão foi responsável por importantes avanços no terreno do Serviço Social, visto que trouxe a preocupação com uma fundamentação teórica que embasasse a intervenção profissional, discriminou bases e critérios para tal e problematizou sobre a importância de uma orientação ideopolítica.

Contudo, a formulação apresentou também debilidades, em virtude principalmente, da forma como é apropriado o debate da tradição marxista, por meio de manuais e com uma forte influência positivista. Pode-se afirmar que o Serviço Social se apropriou de um “marxismo sem Marx” desde sua emersão, impulsionada pelo grupo de Belo Horizonte.

As maiores debilidades advêm da superficialidade em que é apropriada a tradição marxista, visto que esta não foi realizada por uma interlocução direta com a obra de Marx, mas por meio de intérpretes e de manuais de divulgação da teoria social em questão. Este fato não se constitui em novidade no campo do Serviço Social até determinado período de sua história, ou seja, a ausência de acesso a fontes originais para a reflexão da realidade social (NETTO, 1995).

Sem deixar de considerar os ganhos alcançados, como a eleição de critérios à atividade interventiva, e a tentativa de articular a prática profissional a uma teoria, o método Belo Horizonte careceu de uma sustentação ontológica e dialética, ao se render a análises simplistas e abrir espaço para uma redução epistemológica da práxis, na tentativa de vincular de forma imediata teoria e prática. O resultado, portanto, foi uma formulação que simplificou indevidamente as mediações entre profissão e sociedade (NETTO, 1998).

Mas o aprimoramento teórico da profissão teve continuidade, no contexto da sociedade brasileira em meados dos anos 1970, que envolveu o adensamento da oposição democrática e a reinserção da classe operária na cena política do país. Assim, esta vertente que estabelece o relacionamento do Serviço Social com a tradição marxista, começa a ampliar sua disseminação acadêmica. Neste período, em que se realiza a consolidação acadêmica da perspectiva marxista no âmbito do Serviço Social, é notável uma abordagem privilegiadamente epistemológica, mas o que marca o desenvolvimento da perspectiva é a ampliação de referências teóricas na perspectiva de Marx (NETTO, 1995).

É notável que a aproximação do Serviço Social ao marxismo se deu primeiramente por uma via político-partidária influenciada pelo contexto em que se discutia a oposição entre ditadura e democracia, quando havia no cenário brasileiro uma efervescência dos movimentos sociais, entre eles o movimento estudantil, que exercia forte pressão política. A vanguarda profissional que impulsionou a perspectiva de intenção de ruptura é legatária do movimento estudantil daquele momento, e é justamente pela aproximação política com o marxismo que a dimensão teórico-metodológica da profissão ficou comprometida, até determinado momento da história quando se torna notável um amadurecimento teórico (QUIROGA, 1991).

É perceptível ainda a herança conservadora da profissão como mais uma razão da tardia aproximação ao debate do marxismo. Ao buscarmos elucidar sobre o movimento que avança criticamente no campo do Serviço Social, nota-se uma ruptura política que não foi acompanhada por uma ruptura teórica com o conservadorismo, por um considerável lapso temporal (idem).

Este ranço conservador foi responsável por uma aproximação enviesada com a teoria social de Marx, com uma nítida influência do viés positivista nos moldes de Althusser. Este autor empregou uma forma de pensar o marxismo com ênfase no aspecto cientificista. A partir da ideia de corte epistemológico ele classificou a obra de Marx em escritos filosóficos e escritos de proposição científica. Os primeiros, segundo sugere, apontavam para a condição humana e os segundos escritos baseavam-se em um entendimento mais estrutural de sociedade, em que prevalecia a determinação econômica (idem).

Entretanto, é no início dos anos 1980, a partir da crise da ditadura e consequente abertura política, que a perspectiva marxista encontra espaço que lhe possibilita o alcance de sua maturidade teórica. Opera-se um maior rigor teórico, por meio de fontes clássicas, apropriando-se inclusive da natureza ontológica do pensamento marxiano (NETTO, 1995).

Neste período, um segmento de intelectuais da profissão colocou-se a estabelecer como foco de suas análises preocupações teórico- metodológicas, na contracorrente da apropriação enviesada da teoria social de Marx. Aquele segmento reconhece que muitos dos equívocos da trajetória profissional advinham da incorporação empobrecida da teoria e do método em questão. Na eminência das demandas postas à profissão, resultantes da nova racionalidade técnico-burocrática e da demanda por profissionais para intervir junto às políticas públicas se fez necessário o aprofundamento teórico da profissão (PONTES, 2009).

Três direções mais relevantes compõem o desenvolvimento da maturidade teórica no âmbito da tradição marxista no Serviço Social, quais sejam: a rediscussão teórico-metodológica, com base em autores marxistas como Gramsci, Goldman e Lukács; a busca pelo resgate da historicidade e do significado social da profissão e, finalmente, o retorno de um olhar para a inserção profissional no campo das políticas sociais e a reflexão sobre a práxis profissional (idem).

Em relação ao referido amadurecimento teórico da profissão, um marco é a primeira produção teórica de peso do Serviço Social brasileiro a partir das fontes

clássicas da teoria marxiana, de Iamamoto e Carvalho de 1982, *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. A referida produção pauta-se na análise da inserção da profissão no contexto mais amplo da produção e reprodução das relações sociais, ou seja, supera o recorrente endogenismo tão presente nas elaborações teóricas da profissão.

Com base nos textos marxianos fundamentais, tais como *O capital* e os *Grundrisse*, a análise de Iamamoto pauta-se pelo rigor teórico e pela congruência crítica. A partir da categoria de produção social recupera a historicidade da ordem burguesa, onde é tangível a processualidade das relações sociais; destaca a devida interação entre produção social e relação entre pessoas e classes sociais; relaciona ainda o capital como relação social determinante com o trabalho assalariado, e retoma a análise das metamorfoses do capital em consonância com a problemática do processo de trabalho (NETTO, 1998).

4. A CATEGORIA TRABALHO NA PRODUÇÃO TEÓRICA DE MARILDA IAMAMOTO

Este capítulo tem por objetivo trazer elementos que nos façam compreender a apreensão de Marilda Vilela Iamamoto, importante autora no âmbito da formação profissional do Serviço Social, a respeito da categoria teórica trabalho. Tal compreensão objetiva ainda apreender a relação entre a categoria teórica em tela e a atividade profissional do Serviço Social na obra da referida autora¹². Trata-se, portanto, de um capítulo central para apreensão do nosso objeto de estudo.

Importa adentrar neste debate, que compreende uma revisão bibliográfica, em virtude da relevância em afirmar a centralidade da categoria trabalho na sociedade, em tempo que se propaga o contrário por adeptos das abordagens baseadas em perspectivas efêmeras e de alcance microsocial. Nesta direção, argumenta-se que os estudos a respeito da realidade social devem basear-se em fragmentos desta mesma realidade, uma vez que uma teoria não seria capaz de articular os aspectos macrossociais em torno de uma categoria central. Mas, no sentido oposto a essa análise, a obra de Iamamoto traz a centralidade da categoria trabalho para a apreensão da realidade contemporânea, uma vez que dissemina o rigor teórico de Marx no campo do Serviço Social, com um caráter de vanguarda, se considerada sua importância histórica no que tange ao amadurecimento teórico da profissão. Cumpre-nos atualizar o debate.

Na busca de alcançar os elementos fundamentais para a análise proposta abordaremos, com base nas obras de Iamamoto, as principais categorias por ela analisadas que se relacionam com a categoria trabalho. Podemos perceber inicialmente, em sua primeira obra, “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”, que a autora parte da

¹² É importante destacar que existe uma polêmica em torno da utilização da categoria trabalho para análise do trabalho profissional, alguns autores que formulam sobre os fundamentos teóricos do Serviço Social relacionam o trabalho profissional à categoria práxis social como fundamento para sua compreensão. Autor de grande expressividade neste debate é o Prof. Dr. Sérgio Lessa (UFAL), com algumas publicações sobre o tema. Cf. Serviço Social: do que se trata? In: Temporalis n. 1 v.1, Brasília, 2000.

categoria produção e reprodução do capital, em uma perspectiva macrosocial, visando compreender o processo social em que se gesta a relação entre capital e trabalho, bem como o significado social do Serviço Social no contexto da sociedade burguesa, em outros termos, o papel da profissão no modo de produção orientado pelo capital. A análise por esta via implica na apropriação de outras importantes categorias para subsidiá-la, entre as quais, valor e mais-valia, processo de trabalho e processo de valorização, trabalho produtivo/improdutivo.

Na obra “Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos” identificamos que a categoria que se relaciona diretamente com o objeto de nossa pesquisa é a categoria divisão social do trabalho, esta contribui para a compreensão da organização do trabalho na sociedade capitalista, e a elucidação sobre como se altera a relação entre o trabalho e os meios de produção. Tal mediação contribui para reflexão sobre a forma social e histórica do trabalho e para a compreensão do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo na divisão social do trabalho.

Em “Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional”, lamamoto afirma que a prática do Serviço Social se insere em processos de trabalho, de modo que se apropria da referida categoria para argumentar a respeito dos elementos que compõem os processos de trabalho nos quais se insere o Serviço Social, seus instrumentos, o objeto sobre o qual incide a ação e a prática como trabalho.

No livro “Trabalho e Indivíduo social” a autora analisa o trabalho do ponto de vista do indivíduo social, a partir de uma análise do trabalho em si, na sua generalidade, como elemento responsável pelo desenvolvimento do indivíduo concreto. Analisa ainda a sociabilidade em torno do trabalho na sociedade burguesa, responsável pelos processos de alienação. Afirma que apesar das condições históricas não desconsidera o sujeito nos processos sociais, ao contrário argumenta que os referidos processos são movidos por momentos de estrutura e ação do sujeito. Portanto, lamamoto apropria-se da categoria sociabilidade para compreender a relação entre causalidade e teleologia na sociedade burguesa.

Na obra intitulada “Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social” a autora traz elementos para a compreensão das relações sociais do ponto de vista do exercício profissional. Discute o trabalho do Serviço Social em sua dimensão assalariada e em sua intencionalidade, e para tanto se apropria das categorias trabalho concreto e abstrato. Tais categorias são a priori abordadas quando a autora trata da compreensão do circuito de produção e reprodução do capital e do trabalho neste contexto. Contudo, na referida obra, ela as aborda na perspectiva do trabalho profissional, uma vez que este está compreendido pelas mediações da forma social do trabalho na sociedade.

É relevante reafirmar que Iamamoto fundamenta sua análise na teoria social crítica, de inspiração marxiana. Ao analisar o significado social da profissão de Serviço Social a autora tem como fundamento o método do materialismo histórico-dialético, de modo que pauta-se em uma perspectiva de totalidade. Busca apreender o movimento do real e a historicidade dos processos sociais e refazê-los ao nível do pensamento, voltando-se fundamentalmente para as relações sociais presentes nas formações sociais cujo modo de produção é orientado pelo capital.

Com base em uma leitura atenta das obras de Iamamoto, é possível observar que a autora evidencia a dupla dimensão do trabalho na sociedade burguesa, dispõe-se a analisar a forma social e histórica do trabalho, uma vez que sem desconsiderar a essência desta ação humana, fundamental a todas as sociedades, traz para a pauta do debate as particularidades oriundas do modo de produção no qual esta atividade encontra-se inserida. Tal nível de abstração é perceptível pela eleição das categorias teóricas que embasam sua análise.

4.1 O trabalho no processo de produção e reprodução do capital: uma análise a partir da primeira obra “*Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*”

Iamamoto afirma inicialmente que a produção de indivíduos isolados é mera abstração, uma vez que a produção dos meios de vida e dos meios de trabalho ocorre em sociedade sendo, portanto, fundamental a relação entre os homens. Tal relação social difere de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas, em condições históricas determinadas, de modo que a análise dos processos sociais no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas perpassa a especificidade da produção capitalista (IAMAMOTO, 1998).

Segundo as formulações de Marx (2008)¹³ na produção da existência as relações sociais são intrínsecas, quanto mais se desenvolvem as forças sociais de produção mais determinantes são as relações sociais em torno desta. Os indivíduos fazem parte de um todo mais amplo, produzem em sociedade, de modo que a produção isolada só seria possível se um indivíduo civilizado, portador das forças da sociedade, fosse acidentalmente extraviado para um meio selvagem, configurando-se, portanto, insensata a ideia de produção isolada. Esta não é isolada, nem tampouco particular, ela envolve um agregado mais ou menos considerável de ramos de produção.

De início já é perceptível que a compreensão da autora em torno da sociedade está ancorada em uma perspectiva ampla de produção da vida, que perpassa necessariamente pela produção material como fundamento da história. Compreensão esta coerente com a matriz marxiana, visto que o autor em questão (MARX, 2009)¹⁴ afirma que a primeira premissa da história humana é a existência de indivíduos, que se distinguem dos animais ao produzir seus meios de subsistência, estes produzem sua própria vida material. Os indivíduos exteriorizam a sua vida por meio do que produzem, e a forma como estes se apresentam, ou o que são depende de suas condições materiais de produção.

Tendo que no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas as relações fundamentais perpassam a especificidade da produção capitalista, a categoria produção e reprodução de capital encontram-se no centro da análise de Iamamoto. Ocorre que em qualquer sociedade as relações mais

¹³ Prefácio de Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

¹⁴ A ideologia Alemã. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

fundamentais vinculam-se à produção dos meios de vida e dos meios de trabalho, e na sociedade burguesa não é diferente. De modo que a categoria ora referida é crucial para a compreensão da forma como se organiza o trabalho nos processos sociais oriundos da referida sociedade. É necessário, portanto, buscar as mediações deste modo de organização para apreender as relações em torno da produção da vida na sociedade moderna.

Neste sentido, em relação ao trabalho a autora preza por considerar sua forma social e histórica, visto que pauta suas formulações no movimento real da sociedade burguesa. É verdade que a forma social e o conteúdo material do trabalho não se dissociam, ou seja, o conteúdo do trabalho é a este inerente, por maior que pareça a alienação proveniente de sua forma social e histórica.

Mas onde se encontra o trabalho no debate de Yamamoto? Ele ocupa um lugar central. Segundo a autora argumenta, o capital é a relação social determinante na sociedade burguesa, mas sendo este uma relação supõe outro polo, que é o trabalho assalariado. Capital e trabalho na sociedade burguesa são uma unidade de contrários, um se expressa no outro, de modo que ambos são elementos centrais nas análises que contemplam a totalidade e a historicidade dos processos sociais neste modo de organização.

Mostra-se fundamental, portanto, relacionar o capital e o trabalho nesta perspectiva. É notório no modo de produção capitalista que o trabalho encontra-se subsumido ao capital, uma vez que desde a acumulação primitiva, com a desvinculação dos produtores diretos de seus meios de produção, a organização da sociedade volta-se para uma subsunção formal do trabalho ao capital. Em seguida, a partir da dominação burguesa de ramos inteiros de produção, processou-se a subsunção real do trabalho ao capital. Daí a importância de compreender a processualidade do capital, e de analisar mais de perto determinadas categorias que orientam a análise da autora.

O capital se expressa na forma de mercadorias, que compreendem os meios de produção e os meios de vida. Aquelas são objetos úteis para a satisfação de necessidades humanas, são produtos de um trabalho concreto, que tem uma

qualidade específica. Mas as mercadorias possuem uma dupla dimensão, visto que se constituem também em um valor que se expressa na forma valor de troca, trata-se da magnitude, da quantificação do trabalho que é contido em determinada mercadoria, é a expressão do trabalho indiferenciado, abstrato (IAMAMOTO, 1998).

Tais mercadorias são, portanto, ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca. O valor de uso pressupõe a utilidade de um objeto, é indiferente à quantidade de trabalho empregada para a sua produção, é determinado pelas propriedades materiais do objeto. “Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social e histórica dela” (Marx, 2013 p. 58). O valor de troca, por sua vez, pressupõe a relação quantitativa de valores de uso de espécies diferentes, na medida em que podem ser trocados, daí a abstração de seu valor de uso em função de uma substância presente na mercadoria, que está alheia à sua utilidade, o valor (idem).

Tal substância se refere à propriedade que possui o produto do trabalho, na forma de mercadoria, que lhe torna passível de ser trocado. Esta propriedade, denominada valor, relaciona-se à quantidade de trabalho socialmente necessária para a produção de determinada mercadoria, cuja unidade de medida é o tempo, apesar da impossibilidade de mensuração do valor real da mercadoria. Ocorre que o valor se expressa no valor de troca e este é relativo no tempo e no espaço.

Em uma sociedade cujo grau de desenvolvimento das forças produtivas pressupõe o trabalho coletivo, dentro da divisão social do trabalho, é comum que o fruto do trabalho privado necessite ser trocado, uma vez que o trabalhador não produz todos os seus meios de vida. Neste contexto, o produto de um trabalho privado é valor de uso para outros, e para o seu produtor é um valor de troca, a utilidade deste trabalho está em sua possibilidade de troca por outro trabalho útil equivalente. Para que seja possível esta troca é necessária a abstração das qualidades que diferenciam os produtos, para que apareça o aspecto comum a todos os tipos de trabalho, o desgaste da força de trabalho necessária para a

produção de tal ou qual mercadoria, o trabalho humano indiferenciado (IAMAMOTO, 1998).

Neste sentido, Iamamoto resgata em Marx que o trabalho está inserido no processo de produção compreendido por um processo de trabalho e um processo de valorização, ao mesmo tempo. Ocorre que o processo de produção capitalista também tem uma dupla dimensão, assim como a mercadoria, que é ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca. Portanto, no processo de produção capitalista produz-se, necessariamente, valor de uso e valor de troca, ainda que a valorização do capital sobreponha-se à criação de objetos úteis.

O valor expressa-se no valor de troca, mas na essência é a propriedade que possui a mercadoria advinda de sua condição de ser fruto do trabalho. Esta possui em si todo o trabalho pretérito incorporado. O valor, portanto, é qualidade comum a todas as mercadorias, no modo de produção capitalista, o que possibilita a equivalência de valores de uso diversos.

No processo de produção capitalista é o trabalho que cria valor, este conserva o valor da matéria-prima, transfere o valor dos meios de trabalho e cria mais valor, ao proporcionar uma nova forma ao objeto, de modo a incorporar no mesmo o trabalho indiferenciado. Portanto, apenas o trabalho vivo produz valor, bem como valor de uso, o que indica sua centralidade em qualquer tipo de organização social, e no modo de produção capitalista não é diferente.

No processo de valorização a qualidade ou o conteúdo do trabalho é subsumido ao seu aspecto quantitativo, o dispêndio da força humana de trabalho. Neste sentido, o objeto e o produto do trabalho assumem uma posição diferente da qual assumem no processo de produção de valores de uso. Objetiva-se da matéria prima a absorção de determinada quantidade de trabalho, do mesmo modo que o produto serve para medir a quantidade de trabalho incorporada, para mensurar o valor produzido (MARX, 2013).

Daí observa-se a inversão dos papéis entre o homem e a mercadoria, na medida em que a relação entre esse e os meios de produção se altera. Do ponto de vista

do processo de trabalho o homem se utiliza dos meios de trabalho para realizar uma transformação no objeto, ele domina o processo. No processo de valorização a relação se inverte, neste o trabalho é meramente meio de valorização de valores criados em processos de trabalho anteriores, valoriza os meios de produção, estando estes e o produto do trabalho dissociados do trabalhador (IAMAMOTO, 1998).

A autora busca sempre elucidar a respeito da relação social que é a essência destas relações mistificadas, e que aparecem como relações entre coisas. Ela argumenta que a lei do valor determina relações entre pessoas que se vinculam por meio das coisas. Nesta perspectiva, a autora refere-se à sociabilidade do capital como um padrão histórico, em que o trabalho se torna social por meio de seu aspecto abstrato, como parte da massa global de trabalho humano indiferenciado, logo indissociável do fetichismo da mercadoria (IAMAMOTO, 2008).

Compreende-se que Iamamoto tem como fundamento norteador de suas formulações a teoria do valor-trabalho. Isto nos permite observar que ela alcança um nível de abstração que coloca o trabalho como o principal elemento do circuito de valorização do capital. O trabalho, portanto, é analisado no seu aspecto abstrato para dar visibilidade à relação social predominante na sociedade moderna, aquela que resulta na apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

A partir da compreensão de que o trabalho possui uma forma social e histórica e um conteúdo material, é notável suas duas dimensões: concreta e abstrata, uma vez que aquele possui um conteúdo qualitativo, necessário à criação de objetos úteis que satisfaçam necessidades sociais, e um conteúdo quantitativo, trabalho indiferenciado cujo objetivo é acrescer valor ao capital no processo de produção. As dimensões concreta e abstrata do trabalho, portanto, são indissociáveis na sociedade burguesa.

No seu fundamento, o trabalho é a atividade essencial do homem, através dele criam-se condições para a satisfação das necessidades humanas. Encontra-se

no processo em que o homem submete a natureza às suas forças e objetiva transformá-la, utilizando seus recursos como meios e objetos de trabalho, a fim de imprimir formas úteis à vida humana. O processo de trabalho tem por objetivo a produção de valores de uso, e para tanto, quanto mais se desenvolvem as necessidades dos homens e o próprio processo de trabalho, maior a exigência de meios de trabalho mais elaborados, de modo que meios e objeto de trabalho tornam-se produtos de um trabalho pretérito (MARX, 2013).

Sabemos que o processo de trabalho antecede ao processo de valorização do capital. Logo é através do processo de trabalho, cuja finalidade é a criação de valores de uso, que o homem se relaciona com a natureza para transformá-la, em benefício de suas condições de vida. Neste processo o homem também transforma a si mesmo, aprimora sua condição humana, ao desenvolver suas habilidades e suas necessidades (MARX, 2013). Entretanto, na dinâmica das relações sociais do modo de produção capitalista há uma complexificação dessa relação entre homem e natureza, onde há uma captura do processo de trabalho que fica subordinado às determinações do capital.

O aprimoramento da condição humana, como um legado do trabalho, tem estreita relação com o instrumental que auxilia a transformação do objeto, que além de impulsionar a produtividade do trabalho, indica o grau de desenvolvimento das forças produtivas. A produtividade do trabalho é determinada pela destreza dos trabalhadores, pelo instrumental de trabalho que é mais ou menos aprimorado conforme o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, pela organização do processo de trabalho, entre outros condicionantes (idem).

Quanto ao desenvolvimento das forças produtivas o modo de organização capitalista tem um papel relevante no seu impulso, uma vez que a classe capitalista está sempre em busca de um aumento de produtividade do trabalho, que possa proporcionar a maior apropriação possível de trabalho excedente. Ocorre que não é possível expropriá-lo apenas com aumento de sua intensidade e extensão da jornada de trabalho.

O aprimoramento dos meios de trabalho é uma maneira de aumentar a aquisição de mais-valia, uma vez que possibilita a compressão do tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho, sendo destinado maior tempo à expropriação do trabalho excedente. Esta maneira de aquisição de mais-valia é denominada por Marx como mais-valia relativa.

A transformação dos instrumentos de trabalho em máquinas e o constante aprimoramento dos meios de produção têm como objetivo o aumento da produtividade do trabalho, para que possa ser reduzido ao máximo o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da força de trabalho, de maneira a expandir cada vez mais o tempo de trabalho excedente, voltado à produção de mais-valia (IAMAMOTO, 2007).

Para que seja possível a alteração na organização do processo de produção com este fim, parte do tempo de trabalho que era voltado para o benefício do trabalhador transmuta-se em tempo de trabalho para o capitalista. Altera-se, em uma jornada de trabalho dada, o tempo voltado à reprodução da força de trabalho e o destinado a produzir o valor excedente. Para se produzir em menos tempo o valor da força de trabalho, ou todos os meios de subsistência necessários à reprodução do trabalhador, é necessário um aumento de produtividade do trabalho, o que exige alteração no instrumental, ou método de trabalho, ou ambos (MARX, 2013).

Iamamoto (2007) enfatiza que o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho é apropriado pelo capital, que por definição potencializa a força produtiva do trabalho. Esta, por sua vez, aparece mistificada como força produtiva do capital, e além de servir ao engrandecimento daquele, aparece como elemento dissociado do trabalho. Contudo, o aprimoramento dos meios de produção é intrínseco ao trabalho, apesar de no modo de organização capitalista atender prioritariamente aos interesses do capital. Ela afirma que é importante fazer distinção entre o caráter civilizador do capital – o impulso ao desenvolvimento das forças sociais do trabalho – e o caráter alienante e destrutivo que assume em virtude da forma de organização da produção.

É necessário, portanto, compreender as determinações da forma social e histórica do trabalho para apreender seu movimento concreto, enquanto categoria. É elementar buscar as devidas mediações entre a produção da vida e a produção e reprodução do capital, considerando que este é o elemento que domina as relações de produção na sociedade moderna.

O capital é composto por meios de produção adquiridos no mercado com a parte do capital dinheiro denominada capital constante, cujo valor é conservado no processo de produção. E é composto também pela mercadoria força de trabalho, comprada com a parte variável do capital, cujo valor altera-se no mesmo processo. Esta parte do capital entra na produção com o valor correspondente à reprodução da força de trabalho e, ao final, seu valor de uso, o trabalho, proporciona a conservação do capital fixo, a reprodução do capital variável e a criação de mais valor.

A transformação do dinheiro em mercadorias que compõem o processo de produção capitalista significa a reunião de produtos do trabalho anterior, os meios de produção, e a mercadoria força de trabalho. Da união entre estes elementos tem-se como resultado a transformação do valor pretérito, trabalho morto, em capital, valor que se amplia.

O processo de produção capitalista pressupõe a transformação da mercadoria em capital, essa condensada em meios de produção é capital em potencial, que se transforma em capital real e efetivo no processo de produção através da incorporação da força de trabalho, que conserva o valor dos meios de produção e cria valor novo. Todo o capital empregado neste processo de produção é assim organizado com o fim de conservação e engrandecimento de seu valor inicial. A produção precisa resultar em maior valor de troca, o que significa mais trabalho do que o contido nos meios de produção e de subsistência do trabalhador. O produto deste processo de produção é o valor excedente, objetiva-se a criação de um valor maior do que o valor adiantado no início do processo de produção. Este sobrevalor é denominado mais-valia (IAMAMOTO, 1998).

A transformação do dinheiro e da mercadoria em capital necessita da existência de força de trabalho disponível no mercado, e tal disponibilidade só é possível devido à organização social na qual a classe trabalhadora encontra-se desprovida de seus meios de produção. O que a leva a necessitar da venda de sua força de trabalho, objetivando produzir sua subsistência (idem).

O trabalho – valor de uso da força de trabalho – contudo, produz muito mais do que a subsistência do trabalhador e de sua família. Sua atividade é dividida em dois momentos fundamentais no processo de produção capitalista. Estes consistem em trabalho necessário à reprodução de sua força de trabalho, que equivale aos meios de subsistência, e trabalho excedente, aquele cuja fração de tempo é dedicada exclusivamente à produção de mais-valia, um valor sobressalente à soma de todos os meios de produção adiantados no processo produtivo.

O processo de valorização do capital desenvolve-se para uma busca incessante por acréscimos de mais-valia, que estimula o acúmulo cada vez maior de capital. Este movimento é viabilizado pelo aumento da produtividade do trabalho, que advém das relações sociais de produção e do desenvolvimento das forças produtivas. Na lógica da produção e reprodução capitalista este movimento desenrola-se no aumento da massa de capital.

Ao realizar na circulação o valor criado no processo de produção, o capitalista transforma parte da mais-valia em novas condições de produção, ampliando a escala do processo produtivo. Este é o processo através do qual o capital se reproduz, não por mera repetição do processo de produção, mas uma continuidade na qual o processo se renova e se recria (IAMAMOTO, 1998).

Como vimos o capital não se reproduz por si só, necessita do trabalho, valor de uso da mercadoria força de trabalho, para reproduzi-lo. Da mesma forma o trabalho assalariado é constantemente reproduzido pelo modo de produção capitalista. Ocorre que o capital e o trabalho se reproduzem mutuamente neste modo de organização, recriando a subsunção deste àquele. Vejamos.

Para que o capital seja reproduzido é necessário que se produza mais-valia, uma vez que esta servirá ao consumo da classe capitalista e ao acréscimo de capital no ciclo produtivo subsequente. Para tanto é necessário que o trabalho conserve o valor do capital fixo, reproduza o valor do capital variável e ainda produza valor excedente, para que possa ser reproduzida a classe capitalista e o capital (IAMAMOTO, 1998).

Por outro lado, o valor de troca da força de trabalho, o salário, reproduz esta última, mantendo-a como ingressou no processo produtivo, servindo à subsistência do trabalhador e de sua família, como consumo improdutivo. O trabalhador, portanto, precisa retornar ao mercado, vender parte de si e continuar garantindo sua própria subsistência e de sua família. Ocorre que o salário, ao reproduzir a força de trabalho divorciada dos meios de produção, reproduz o componente fundamental para a reprodução do capital, como modo de produção predominante (idem).

A produção capitalista, deste modo, extrapola a produção de valor e mais-valia num processo de produção material, aquela transcende à produção do capital num sentido amplo, como relação social que se produz e reproduz por meio de uma consciência alienada que permite a continuidade do modelo de sociabilidade predominante (IAMAMOTO, 2008).

Esta mutualidade entre capital e trabalho, reproduz condições materiais, mas reproduz também, e, fundamentalmente, as relações sociais capitalistas, estas é que permitem que o ciclo do capital se reproduza. Tais relações são relações entre classes sociais, relações de dominação mistificadas em formas jurídicas igualitárias, que preconizam o direito de propriedade e de liberdade dos indivíduos para enfrentarem-se no mercado (IAMAMOTO, 1998).

O trabalhador, portanto, “cria e recria as condições de sua própria dominação” (IAMAMOTO, 1998 p. 55) em virtude da mistificação que envolve as relações sociais predominantes. Uma expressão disto é a inversão de poder entre o homem e a coisa material. No processo de produção e reprodução do capital o produto do trabalho humano aparece como ente dotado da capacidade de

exercer poder sobre o trabalhador e as relações sociais possuem a aparência de relação entre coisas.

Na obra ora situada Iamamoto formula, no âmbito da produção teórica do Serviço Social, sua tese da produção e reprodução das relações sociais de produção. Ao buscar compreensão sobre o significado social da profissão, em uma sociedade dividida em classes sociais, onde predomina a apropriação privada da riqueza socialmente produzida, ela compreende a produção e reprodução do capital em sentido amplo. Este processo de produção e reprodução envolve necessariamente a reprodução do modo de vida, que perpassa relações sociais mistificadas, onde a coisa material domina o trabalho humano. E neste processo muitos trabalhos de diversas especialidades voltam-se à reprodução das relações sociais capitalistas.

Em torno daquelas relações mistificadas se desenrola o trabalho alienado. Primeiro o trabalhador encontra-se em uma posição em que o produto do seu trabalho é algo alheio, dissociado deste que o produz, e ainda parece exercer poder sobre ele. Desta relação deriva, ainda, a manifestação do trabalho como algo externo ao trabalhador, como uma atividade na qual este último não se afirma, mas que pelo contrário nega o trabalhador como agente transformador da natureza, capaz de satisfazer suas necessidades, e configura-se em um meio de satisfazer necessidades estranhas a ele (IAMAMOTO, 1998).

A mistificação do capital envolve a subsunção do trabalho àquele, fazendo parecer que todas as forças produtivas sociais do trabalho são forças do capital, oriundas do trabalho materializado que enfrentam e dominam o trabalhador como coisas alheias a ele. O poder do capital, que subjuga o trabalho e o trabalhador é "o poder do trabalho materializado sobre o trabalho vivo" (IAMAMOTO, 2008, p. 68).

É notável a centralidade do trabalho no processo de produção capitalista, assim como em qualquer modo de produção, ao transformar as condições de vida humana com a produção de valores de uso, apesar da aparente supremacia do capital constante, através do imponente acúmulo dos meios de produção. Esta

aparente predominância do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo é aceita e reproduzida socialmente em virtude da relação social imposta pelo capital.

Neste contexto, as relações de produção são reproduzidas, bem como o próprio capital, de modo que no seu ciclo o processo é constantemente reiniciado com parte da mais-valia capitalizada e um aumento constante no volume do capital, resultando no aumento da escala produtiva.

A reprodução ampliada do capital, em virtude do movimento de acumulação, que implica necessariamente o aumento da massa de capital, desenvolve-se com base na elevação da produtividade do trabalho, que aparece como produtividade do capital. Este aumento perpassa, nestes últimos séculos, o desenvolvimento das forças produtivas, a partir do aprimoramento técnico e científico, que incorporado ao processo de produção, resulta na elevação da composição técnica do capital.

Esse movimento de constante incorporação de novas tecnologias na organização da produção material implica em aumento da composição orgânica do capital e por consequência a redução de sua parte variável. A elevação do capital constante no processo de produção reflete-se numa redução da massa de trabalho vivo frente à massa dos meios de produção. Reduz-se o capital investido em força de trabalho de maneira relativa, se comparado ao emprego de capital constante. Esse decréscimo relativo de capital variável expressa um crescimento absoluto da população trabalhadora, ante as necessidades médias do capital, configurando uma superpopulação relativa. Portanto, o aumento da produtividade realizada pelo trabalhador empregado cria as condições para a existência de uma população excedente para as necessidades de produção do capital (IAMAMOTO, 1998; 2001).

Daí depreende-se que o movimento geral do capital proporciona a reprodução das desigualdades entre as classes sociais. Conforme já discorremos anteriormente, a maior composição de capital constante é responsável pelo aumento relativo da força de trabalho excedente. Este movimento de reprodução

ampliada do capital resulta na lei geral de acumulação capitalista, sintetizada por Marx no Capítulo XXIII do Livro I de *O Capital*, que observou o processo através do qual o aumento da riqueza, na sociedade burguesa, gera a pauperização da classe trabalhadora.

Os elementos até aqui abordados visam situar o debate da autora sobre a produção e reprodução do capital, bem como das relações sociais de produção, para apreender sua compreensão da categoria trabalho. As categorias ora abordadas em sua primeira obra, esta reconhecida no campo do Serviço Social como marco do amadurecimento teórico, nos elucida a respeito de sua opção pela crítica da economia política para compreender o movimento da sociedade, e o significado social que possui a profissão em tela.

Mas, fundamentalmente, nos proporciona importantes elementos para compreender como ela apreende a categoria trabalho, considerando sua historicidade e a forma social em que se apresenta, em virtude da sua relação com o capital. Mostra-nos que sua análise leva em consideração o grau de desenvolvimento das forças produtivas para compreender os processos sociais, o que nos indica a coerência com a matriz marxiana, no que tange à totalidade e à centralidade da categoria trabalho.

O método da Economia Política envolve a abstração a partir de categorias econômicas para que possa ser reproduzida a realidade concreta no nível do pensamento. Aquelas são determinações de existência, que existem tanto na consciência do sujeito que analisa, como na realidade. Portanto, um aspecto fundamental da realidade concreta é a existência de uma produção determinada em todas as formas de sociedade, o que parece ser o ponto de partida das análises nesta perspectiva (MARX, 2008).

Como afirma Marx (2008)¹⁵ quando se trata de produção é necessário abordá-la a partir de um grau determinado de desenvolvimento social, visto que o desenvolvimento expressa o diferencial das sociedades produtivas. É verdade

¹⁵ Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo, Expressão Popular, 2008. (Introdução)

que a abstração da produção em geral é importante para identificar o caráter comum à produção de todas as sociedades, determinações sem as quais não se poderia conceber nenhuma produção. Contudo, o grau de desenvolvimento social permite capturar elementos fundamentais à análise da realidade social. É possível compreender, portanto, que Iamamoto parte deste pressuposto, da análise da realidade social a partir de uma determinada época histórica.

Neste sentido, Iamamoto parte da categoria produção e reprodução de capital, que envolve necessariamente as categorias capital e trabalho como centrais no estágio de desenvolvimento produtivo que a sociedade se encontra, a sociedade burguesa moderna. Em seguida relaciona as demais categorias que são necessárias à análise, como a mercadoria, o valor de uso, o valor de troca, o processo de trabalho, o processo de valorização, a alienação e a reificação.

O trabalho é categoria central na análise da autora, uma vez que a sua fundamentação pauta-se na teoria do valor. Neste aspecto, o capital e trabalho são elementos fundamentais para a análise da realidade social. Para compreender o significado do Serviço Social ela parte de uma perspectiva macrossocial em que o trabalho e o capital encontram-se no centro das relações sociais predominantes.

É notável, como indicamos inicialmente, que tal análise contém as mediações necessárias que advém do modo de produção em voga na sociedade moderna, para compreender o trabalho em sua forma social e histórica. Nesta perspectiva, a referida atividade, que na essência é humanizadora, torna-se alienada, permeada por relações sociais reificadas, a partir das quais o que é o fundamento da humanização do homem aparece como atividade subjugada a coisas materiais, determinadas pela lógica da acumulação capitalista. Estas últimas aparecem dotadas de poder, o que é denominado por Marx como fetiche da mercadoria.

Importa em sua análise, portanto, a relação social entre o trabalho e o capital. A autora afirma que “o trabalho cria e recria as condições de sua própria dominação” (IAMAMOTO 1998, p. 55) na medida em que reproduz o capital e

contribui para que aumente cada vez mais a imponentia daquele sobre o trabalho, na medida em que o trabalho morto, materializado, aparece como elemento dominante em relação ao trabalho vivo.

Decorre desta relação social a subsunção real do trabalho ao capital, uma vez que as condições de produção encontram-se na forma de propriedade privada da classe capitalista, e o trabalho encontra-se desvinculado dos meios de produção. O capital, apropriando-se do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, já dominou ramos inteiros e decisivos da produção da vida material, de modo que a produção dissociada do capital, em meio às relações sociais predominantes, é mera abstração.

A formulação da autora tem como fundamento a obra de Marx, desde seus escritos filosóficos, mas fundamentalmente no que tange à crítica da economia política, incluindo os escritos não publicados, como o capítulo VI (inédito). Tal influência pode ser afirmada visto que é perceptível o elevado nível de abstração na condução de sua formulação.

Prosseguindo na análise da apreensão da categoria trabalho pela autora, sintetiza-se do primeiro capítulo da obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: um esboço crítico” que o processo de produção e reprodução do capital reproduz o modo de organização social em que a produção pressupõe expropriação de trabalho excedente, recriando os antagonismos entre as classes sociais. Este modo de organização, pautado na igualdade jurídica e desigualdade econômica, fundamenta a apropriação privada do trabalho social. Em outros termos, são reproduzidas as relações sociais que sustentam o trabalho alienado e seus antagonismos (IAMAMOTO, 1998).

4.2 A divisão social do trabalho no modo de produção capitalista: uma leitura a partir da obra “*Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*”

Ao prosseguir sua análise a respeito do significado social da profissão de Serviço Social a autora adentra as categorias trabalho coletivo e divisão social do trabalho. Afirma: “Um dos veios analíticos, inaugurados na década de 1980, considera o Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social do trabalho (...)” (IAMAMOTO, 2004, p. 83).

Marx situa a categoria trabalho coletivo, trazendo à luz a dimensão histórica da categoria trabalho. Mostra-nos que o produto do trabalho na sociedade burguesa moderna não é mais fruto de trabalho individual, ao contrário, o produto do trabalho é social, é comum a uma combinação de trabalhadores que participam direta ou indiretamente na manipulação do objeto sobre o qual incide o trabalho. Portanto, os trabalhadores partícipes da criação de valor estão dispersos no tempo e no espaço, e a execução de trabalho a partir deste nível de abstração não perpassa a manipulação do objeto de trabalho, necessariamente. (MARX, 2011).

Este aspecto do trabalho relaciona-se à cooperação de muitos trabalhadores em um mesmo processo produtivo, uma vez que a primeira transformação que o processo de trabalho experimenta ao subordinar-se ao capital é este caráter cooperativo. O ponto de partida da produção capitalista é o pressuposto da cooperação, e de maneira recíproca é necessária certa concentração de meios de produção para que seja possível a conversão de muitos processos isolados em um processo de trabalho combinado (MARX, 2013).

A divisão do trabalho na sociedade perpassa o desenvolvimento da produção material, conforme se desenvolvem as relações sociais de produção e reprodução de vida. Esta compreende a troca de valores de uso entre os indivíduos da sociedade, reafirmando o trabalho como uma atividade fundamentalmente social. Contudo, a noção de divisão social do trabalho perpassa também relações de produção e diferencia-se conforme o grau de desenvolvimento das forças produtivas. Pode-se afirmar que apreender a historicidade da categoria ajuda a elucidar sobre a compreensão da categoria trabalho, uma vez que é no contexto da divisão do trabalho que se desenvolvem as relações sociais em torno do trabalho, relações estas que se alteram

conforme o grau de desenvolvimento das forças produtivas e o modo de organização e divisão do trabalho.

A diferença essencial entre a divisão do trabalho na sociedade e a divisão do trabalho na manufatura, esta prosseguida pela indústria, é que a primeira perpassa a produção independente de mercadoria, por maior que pareça conexa a produção de algumas delas, como por exemplo, a produção de couro e de sapatos. Já a segunda caracteriza o seu produtor como trabalhador parcial que não produz nenhuma mercadoria, mas faz parte de um processo fragmentado em que só se produz mercadoria coletivamente, em uma cooperação de muitos trabalhos parciais (MARX, 2013).

Na sociedade orientada pelo capital a divisão do trabalho pressupõe, desde a manufatura, a fragmentação do processo de trabalho, ao reunir diversos trabalhadores para a produção de uma mesma classe de mercadorias. O produto do trabalho passa a ser comum de uma coletividade de trabalhadores parciais, que não se reconhecem no resultado desse processo de trabalho. Tal modo de organização do trabalho faz com que o trabalhador comece a perder a capacidade de dominar o processo de trabalho em toda a sua extensão (IAMAMOTO, 2007).

A divisão do trabalho, neste ínterim, permeia o interior dos processos de trabalho e fragmenta-o em diversas fases, de modo que envolve diversos trabalhadores. Estes deixam de dominar a produção como um todo, visto que dominam cada uma uma fase específica do processo, a produção passa a ser otimizada e mediada pelo capital.

Na sociedade determinada pelo valor de troca, a divisão social do trabalho é uma pré-condição. Nesta abdica-se da concepção de troca de valores de uso em função da realização do valor de troca. É na circulação que este valor se realiza ao ser convertido em equivalente geral, o dinheiro, que pode *a posteriori* realizar-se em qualquer outro trabalho de qualidade distinta. Trata-se de uma forma específica de divisão do trabalho, orientada pelo elemento social do valor de troca, na qual o indivíduo é determinado pela sociedade e o trabalho privado passa a constituir-se em uma parte do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 2007).

O trabalho coletivo, por sua vez, relaciona-se àquele caráter cooperativo do trabalho, no qual os meios de produção encontram-se concentrados em um mesmo espaço, ou em mãos do mesmo capitalista, visando à ampliação do processo produtivo. Reúne, portanto, muitos trabalhadores em um mesmo processo de trabalho, os quais participam neste de maneira fragmentada. Desta reunião de trabalhadores tem-se, além do alcance de maior eficiência do capital constante, a eminência de uma nova força produtiva.

Em virtude da forma em que o processo de produção é organizado, mediado pelo capital, cria-se uma nova força produtiva, força produtiva do trabalho desenvolvida pelo trabalhador à medida que é submetido a determinadas condições de trabalho. Contudo, esta é apropriada pelo capital e aparece como força produtiva inerente a este. Esta nova força produtiva advém do trabalhador coletivo, mas reduz a força produtiva do trabalho individual, na qual o trabalhador dominava todas as fases da produção (IAMAMOTO, 2007).

Esta força social é fruto do trabalho combinado, força coletiva, uma vez que o emprego simultâneo de muitos trabalhadores é mais eficiente que o mesmo número de jornadas, tanto quanto de trabalhadores, se realizada por um único trabalhador individual. Ocorre que a jornada coletiva move maior potência mecânica do trabalho, mobiliza muito trabalho em um momento crítico. Imprime um cunho de continuidade, realiza muitas operações ao mesmo tempo, poupa os meios de produção, entre outros impulsos, o que aumenta a produtividade do trabalho, ao reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de um efeito útil (MARX, 2013).

A produtividade da jornada coletiva, que tem origem na cooperação, é força produtiva social do trabalho. Mas os membros do organismo que exercem o trabalho representam uma forma de existência do capital, motivo pelo qual, apesar de o trabalhador se desenvolver como trabalhador social, ao criar a força produtiva social do trabalho, de acordo com as condições dadas em que se realiza o trabalho, a produtividade fomentada é produtividade do capital, serve aos interesses deste (idem).

No fluxo do desenvolvimento do processo de produção capitalista, ao se desenvolver o processo de produção manufatureira aprimoram-se os instrumentos de trabalho, que até aquela fase do desenvolvimento capitalista dependiam do manuseio do trabalhador com emprego de força e habilidade. Ao progredir o desenvolvimento dos instrumentos de trabalho, são criadas as bases da grande indústria, com a introdução de um sistema de máquinas que supera o trabalho manual no processo produtivo (IAMAMOTO, 2007).

É verdade que na organização da produção com base em um sistema mecanizado o indivíduo não precisa empregar toda sua habilidade e força, mas a máquina, por seu turno, não substitui o trabalho vivo, pelo contrário, necessita do mesmo para a execução das funções repetitivas de seu mecanismo automatizado. A máquina necessita do trabalho humano, mas esvazia o trabalhador do conteúdo do trabalho.

Desaparece, portanto, o aspecto subjetivo da divisão do trabalho, uma vez que o trabalhador depara-se com um sistema objetivo na produção como condição dada. Neste contexto os homens tornam-se apêndices das máquinas, seus movimentos são orientados por um sistema mecânico, de modo que veem depauperada sua atividade muscular e confiscada a sua atividade intelectual. O trabalho objetivado, portanto, domina o processo produtivo, apresenta-se em proporções maiores e aparece mistificado como dotado de poder que domina o trabalho, mas o trabalho vivo conserva sua importância fundamental no fato de ser o único capaz de conservar o valor do capital empregado e criar valor adicional (IAMAMOTO, 2007).

A divisão do trabalho, no referido desenvolvimento histórico, consolida uma força produtiva que multiplicada pela cooperação de muitos indivíduos com suas atividades sociais fixadas não se configura como poder de todos unidos, mas como uma força alienada, exterior aos mesmos. Tal força social consolida o produto do trabalho como uma força objetiva, acima do trabalhador, que escapa ao controle deste, assim como o desenvolvimento das forças produtivas, que

independe da vontade e do esforço dos que compõem a divisão do trabalho (MARX, ENGELS, 2009)¹⁶.

No grau de desenvolvimento das forças produtivas que corresponde aos últimos estágios de avanço e domínio do capital a divisão do trabalho implica em uma condição de alienação do trabalho frente ao capital. Envolve uma relação social em que o trabalhador perde o domínio do processo de trabalho, depois de já haver perdido os meios de produção. As condições de produção material, que se relacionam à produção e reprodução da vida, encontram-se aquém do domínio da grande massa trabalhadora.

É perceptível a apreensão deste aspecto histórico do trabalho pela autora, que situa a relação entre a divisão do trabalho a partir da manufatura e a alienação do trabalho, na medida em que o trabalhador é transformado em trabalhador parcial e perde o domínio do processo de trabalho. Este perde a capacidade de produzir um valor de uso de forma independente, visto que o processo de produção é de domínio do capital e o processo de trabalho cada vez mais exige a mediação daquele.

Neste contexto se desenvolvem contraditoriamente as necessidades humanas, que são oriundas do aspecto ontológico próprio do gênero humano, e desenvolvem-se também as necessidades de ampliação e reprodução do capital. Estas últimas perpassam, além do engrandecimento daquele em volume, a ampliação da divisão do trabalho, uma vez que diversas especialidades participam de maneira ampliada no circuito de produção e reprodução do capital. A este respeito podemos compreender a importância de muitas especialidades que não participam diretamente na produção de valor, e nem mesmo indiretamente, mas que são fundamentais para a organização do modo de produção que preconiza a criação e realização de valor. O aspecto produtivo do capital está diretamente relacionado com as condições advindas do caráter cooperativo do trabalho, que torna possível a existência do trabalhador coletivo.

¹⁶ A ideologia Alemã (introdução). São Paulo, Editora Expressão Popular, 2009.

É relevante, portanto, situar o lugar do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais, uma vez que esta profissão se configura como uma especialização do trabalho coletivo na divisão social do trabalho. Na forma específica de divisão do trabalho concernente à sociedade do capital muitos trabalhos compõem de maneira coletiva a produção de valor e mais-valia. Mas fazem parte também do trabalhador coletivo aqueles que trabalham em prol das condições facilitadoras para a manutenção do modo de produção que reproduz o capital. O Serviço Social encontra-se no rol destas atividades, visto que um polo desta atividade, dadas as condições objetivas em que se insere sua profissionalização, atende à funcionalidade do capital.

4.3 O significado social do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais – em “*Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*”

A compreensão das relações sociais mais amplas, que permeiam a produção e reprodução das relações de classe na sociedade moderna, onde a centralidade encontra-se na relação entre capital e trabalho, no raio de análise da autora ajuda a fundamentar a compreensão da profissão de Serviço Social neste contexto. Na medida em que as relações sociais fundamentais envolvem necessariamente o trabalho na sociedade, compreender o significado da profissão no circuito mais amplo do capital envolve relacioná-la às classes sociais, representadas pelo capital e pelo trabalho, bem como compreendê-la como especialidade inserida na divisão social do trabalho, uma vez que se trata de uma necessidade social oriunda do modo de organização capitalista.

No segundo capítulo da obra citada a autora objetiva capturar o significado social da profissão na sociedade capitalista, identificar quais são as implicações sociais deste trabalho especializado na sociedade atual. Afirma sua inserção como uma profissão historicamente situada, peculiar à sociedade industrial e a compreende como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classe (IAMAMOTO, 1998).

Analisar o trabalho do Serviço Social, nesta perspectiva da reprodução das relações sociais, envolve compreender que esta perpassa tanto a reprodução material, que envolve a reprodução da força de trabalho e dos meios de produção, quanto a reprodução das formas de consciência social, ou seja, trata-se da reprodução da totalidade do processo social. De tal modo a autora reconhece a inserção do trabalho especializado do Serviço Social na dimensão objetiva e subjetiva da vida social, em outros termos, na reprodução material e ideológica do modo de organização social.

E nesta direção, vale destacar o caráter contraditório dos serviços sociais no contexto da sociedade burguesa. Pois se por um lado estes são expressão concreta dos direitos sociais frente às pressões da classe trabalhadora, por outro carregam os interesses do capital em garantir as condições de sua produção e reprodução. Os serviços sociais são previstos em políticas sociais que só existem por serem fruto da luta de classes, expressões de conquistas da classe trabalhadora, que são ratificadas pela legislação social e trabalhista. São atividades, portanto, que possuem uma dimensão concreta, atendem a necessidades sociais que perpassam o cotidiano da classe trabalhadora, necessidades fundamentais dos trabalhadores cujo rendimento é insuficiente para um padrão médio de subsistência (IAMAMOTO, 1998).

Os sujeitos profissionais atuam com uma intencionalidade, visto que realizam um trabalho de qualidade determinada que objetiva uma transformação no objeto sobre o qual atua. Mas este mesmo trabalho é dotado de um significado social que advém das condições objetivas, conforme conjunturas históricas, sendo que é parte da organização de uma sociedade permeada de antagonismos entre classes sociais distintas.

Esta é a análise privilegiada pela autora, na tentativa de apreender o significado da instituição Serviço Social na sociedade do capital, sua contribuição no circuito de produção e reprodução do capital, que envolve necessariamente a reprodução das relações sociais capitalistas. De tal modo, apesar de não tratar do trabalho especificamente, mas do lugar que a profissão ocupa no cenário

mais amplo da sociedade, nos fornece elementos para compreendê-lo como trabalho abstrato, inserido no circuito do valor.

Apreender o trabalho em sua dupla dimensão, ao considerar seu valor de uso voltado ao seu aspecto qualitativo; bem como seu valor de troca oriundo de sua forma social que envolve a relação com o processo de produção e reprodução do capital, compreende pensá-lo como trabalho concreto e abstrato. Importa admitir que estas dimensões são indissociáveis e fundamentais para que se possa apreender a categoria trabalho em sua totalidade.

Quanto a estas, sabemos que a dimensão concreta do trabalho compreende o aspecto útil de determinada atividade produtiva, aquela destinada a um fim, que produz valores de uso para a satisfação das necessidades humanas. A dimensão abstrata, por sua vez, compreende o dispêndio de força humana em geral, uma vez que ao se por de lado suas qualidades particulares, torna-se visível seu aspecto indiferenciado, cuja importância deriva da quantidade e não da qualidade do trabalho. O trabalho sob este ponto de vista é a substância do valor (MARX, 2013).

Na perspectiva da dimensão abstrata do trabalho do Serviço Social Iamamoto (1998) nos fornece elementos para reflexão. Afirma que a profissão não se inscreve, predominantemente, entre as atividades que se encontram diretamente ligadas ao processo de criação de valor, mas que nem por isso está alijada do processo de produção social em sentido amplo. Em geral sua atividade é denominada trabalho improdutivo. Contudo, essa atividade se relaciona às condições de funcionamento da força de trabalho, uma vez que as atividades que compõem os serviços sociais são partícipes na reprodução daquela. Tais atividades estão inscritas em políticas sociais, e funcionam como salários indiretos ao atender necessidades de reprodução do trabalhador que o preço da força de trabalho não paga.

O Serviço Social neste processo, portanto, é uma especialidade dotada de funcionalidade junto ao capital, que advém de sua dimensão abstrata. Quando pensado no circuito de produção e reprodução do capital, aquele trabalho, no

âmbito das políticas sociais, pode contribuir para a reprodução do capital de maneira ampliada.

Referimo-nos às atividades que mesmo não sendo necessariamente produtivas, contribuem decisivamente para a reprodução do capital, ao encontrarem-se inseridas no circuito do valor, a fim de reduzir o limite negativo colocado à valorização do capital. Portanto, o Serviço Social não está alijado da produção social em sentido amplo, uma vez que participa da “criação de condições indispensáveis ao funcionamento da força de trabalho, à extração de mais-valia” (IAMAMOTO, 1998 p. 86).

Do ponto de vista do capital os serviços sociais, ao serem medidas que contribuem para sanar parte dos custos de reprodução da força de trabalho, tornam-se “um reforço para a garantia dos elevados níveis de produtividade do trabalho exigidos pela elevação da composição orgânica do capital”, e contribuem para o controle da classe trabalhadora, evitando focos de tensão que ameacem a produtividade (IAMAMOTO, 1998 p. 101).

Tal perspectiva da autora, que parte da compreensão do trabalho do Serviço Social como partícipe no circuito amplo de valorização do capital, como um trabalho que tem como uma dimensão do seu produto a participação na reprodução da força de trabalho, e, portanto, uma especialização que é parte do trabalhador coletivo, foi e ainda é passível de críticas. A divergência se encontra principalmente na compreensão de um segmento profissional que compreende esta atividade como práxis. Portanto, um debate polêmico é a identificação do Serviço Social como trabalho, predominantemente improdutivo, mas ainda assim, como parte do circuito amplo de produção e reprodução do capital. Cabe, portanto dissertar sobre a categoria de trabalho produtivo.

4.3.1 A categoria trabalho produtivo e o Serviço Social

Marx se utiliza do termo trabalho produtivo em algumas passagens para se referir à produção em geral, para tratar aspectos comuns da produção em qualquer

forma social, do ponto de vista do resultado do processo de trabalho. Mas a produção, além de possuir aspectos gerais, comum a qualquer forma social, possui características diversas oriundas do modo de organização social do trabalho. A produção é histórica, orienta-se pelo trabalho acumulado tanto de forma objetiva, como subjetiva, ou seja, os próprios meios de produção são fruto de trabalho pretérito, bem como a natureza humana é fundamentalmente transformada pelo desenvolvimento do trabalho (COTRIM, 2012).

Como categoria econômica o trabalho produtivo transcende à produção material de valores de uso, refere-se ao trabalho socialmente determinado pelas relações sociais advindas do capital. O aspecto que o caracteriza como produtivo relaciona-se à capacidade de valorizar o capital, uma vez que no modo de organização capitalista o trabalho é orientado prioritariamente para este fim.

Segundo formula Marx (2011), ao trazer para o debate o aspecto da forma social e histórica da categoria de trabalho produtivo, esta se amplia na medida em que o produto torna-se social, comum de um trabalhador coletivo, ou seja, de um conjunto de trabalhadores que cooperaram para a produção da mercadoria. O processo de trabalho tornou-se fragmentado, e passou a envolver diversas especialidades, muitas das quais não possuem aproximação direta com o objeto a ser transformado. O trabalho produtivo, contudo, também se restringe, visto que a produção capitalista implica em produção de mais-valia, de modo que só se configura como trabalhador produtivo aquele que produz mais-valia para um capitalista, ou seja, é assalariado do capital, servindo assim à sua autoexpansão.

O trabalho produtivo cria valor e mais-valia, é dele que se origina toda a riqueza produzida pelo trabalho na órbita do capital, donde se originam os lucros, os juros, as rendas de todo tipo, bem como a remuneração do trabalho improdutivo. Aquele, na sociedade dominada pelo capital é trabalho que produz valor de uso, mas não só, precisa produzir valor, de modo que deve ser assalariado do capital. O trabalho improdutivo, por sua vez, pode produzir valores de uso, mas sem estar subsumido diretamente ao capital, como é o caso de muitos setores do serviço público e dos trabalhos que têm seus produtos trocados por renda (CARCANHOLO, 2007).

O determinante para que um trabalho seja produtivo é que esteja organizado de forma compatível com a produção capitalista, seja trocado por capital e sirva à produção de mais capital. Em outras palavras, importa que a forma social do trabalho seja compatível com a relação predominante entre capital e trabalho, na qual se emprega capital variável que se reproduz e engrandece o valor inicial. Refere-se ao trabalho empregado pelo capital na fase da produção (IAMAMOTO, 2008).

O trabalho improdutivo, por sua vez, participa no conjunto do processo de produção e reprodução do capital, ao garantir condições necessárias ao desenvolvimento daquele. Neste conjunto encontram-se uma gama de atividades indispensáveis para o ciclo do capital. E, particularmente, com o avanço da divisão do trabalho surgiram especializações que embora não produzam valor "tornam mais eficiente o trabalho produtivo, reduzem o limite negativo colocado à valorização do capital" (IAMAMOTO, 1998, p. 86).

Estas atividades improdutivas contribuem significativamente para o funcionamento geral do processo produtivo, são necessárias à esfera produtiva, mas indiferentes à produção do valor de uso, visto que não participam do processo que cria a mercadoria. As atividades de contabilidade e gerência são exemplos que nos ajudam a elucidar sobre a classe de trabalhos improdutivos fundamentais ao processo de produção (COTRIM, 2012).

Por outro lado, os serviços e trabalhos imateriais podem ser produtivos, uma vez que o que determina esse caráter do trabalho é a relação social que advém da propriedade dos meios de produção e se servem ao objetivo de propiciar a criação de mais-valia. De modo que, o trabalho que valoriza um capital independente de sua forma material pode ser considerado produtivo. Esta relação pode ser percebida a exemplo do professor que trabalha na rede privada de ensino e propicia lucro ao detentor de seus meios de produção, a cantora que tem sua música produzida por uma grande gravadora ou o escritor que enriquece uma editora (idem).

Conforme situado, nem todo trabalho necessário ao processo de produção capitalista pode ser considerado produtivo, de modo que a cooperação do trabalho, seu aspecto coletivo, envolve trabalhos produtivos e improdutivos. Ao relacionar o trabalho produtivo à categoria de trabalhador coletivo, Marx refere-se à ampliação do primeiro, mas quanto a esta última categoria, compreendemos que envolve todas as especializações que participam de maneira ampliada do circuito de produção e reprodução do capital.

Neste sentido, Iamamoto compreende o significado do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, que é parte da divisão social e técnica do trabalho, uma vez que é expressão das necessidades sociais oriundas da organização social e histórica da sociedade, que perpassa relações entre classes sociais, no ato de produção e reprodução da vida por meio do trabalho (IAMAMOTO, 2007).

Dadas às determinações do trabalho na sociedade cuja produção material volta-se prioritariamente para a produção de valor excedente, em detrimento dos valores de uso voltados às necessidades sociais, embora essa seja uma dimensão da mercadoria, as diversas especializações do trabalho são direcionadas para a satisfação das necessidades do capital. Com o Serviço Social não é diferente, uma vez que ao analisá-lo em sua essência, compreende-se que este atende às necessidades do capital e do trabalho.

Essa especialização do trabalho é legatária dos embates entre as classes sociais e destas com o Estado, em virtude do enfrentamento da “questão social” sob a égide do capitalismo monopolista e com o avanço das políticas sociais do Estado. O que significa ser esta uma profissão socialmente determinada pelas condições históricas objetivas (IAMAMOTO, 2007).

Ao ser fruto das necessidades sociais, a autora compreende a profissão como uma especialização necessária ao modo de organização da sociedade mediada pelo capital, cujo grau de desenvolvimento das forças produtivas envolve muitas especialidades que são partícipes da divisão social do trabalho, sendo aquela configurada como parcela do trabalho coletivo.

Como vimos a divisão do trabalho não perpassa somente a troca de valores de uso de qualidade diversa, mas envolve grande cooperação em um mesmo processo de trabalho, na medida em que este encontra-se fragmentado em diversas especialidades, separadas no tempo e no espaço. O Serviço Social, como as demais especialidades, existe devido a sua necessidade social no modo de organização que preconiza a criação de valor voltado à ampliação do capital. A participação do Serviço Social no processo de produção e reprodução social em sentido amplo significa que, como outras profissões, esta cria condições necessárias ao conjunto do processo de produção e reprodução do capital, atendendo necessidades oriundas do modo de organização capitalista.

Ocorre que a produção e reprodução da força de trabalho, ou seja, os elementos necessários à formação e subsistência da mesma advêm de sua venda no mercado, cujo valor de troca é o salário. Contudo, na medida em que o capital é ampliado e a força de trabalho é reduzida às necessidades médias do capital, frente ao capital fixo, verifica-se o constante rebaixamento dos salários, de modo a reduzir os itens da cesta de consumo da classe trabalhadora ao mínimo necessário.

O Estado, por sua vez, cumprindo o papel de mediador das relações de classe, assume parte da reprodução da força de trabalho, por meio da prestação de serviços básicos regulados por intermédio das políticas sociais. Os serviços sociais derivados dessas políticas, por meio de seus agentes, tornam-se meios de reduzir os custos de reprodução da força de trabalho, na medida em que estes são socializados com o Estado (IAMAMOTO, 1998).

Mas como isso ocorre? Como estes serviços ingressam no processo de reprodução da força de trabalho? Do ponto de vista do trabalhador o consumo daqueles serviços é parte dos seus meios de sobrevivência e de sua família, mas do ponto de vista do capital os mesmos serviços servem para reproduzir o trabalhador como fonte de riqueza, elemento fundamental do processo produtivo, único capaz de agregar valor aos meios de produção. Tais serviços atendem as necessidades de manutenção do trabalhador que deveriam ser garantidas pela parte variável do capital, os salários, uma vez que o valor da

força de trabalho corresponde, ou deveria corresponder, à sua produção e reprodução. Embora o caráter subsidiário destes serviços, os mesmos contribuem para a produção e reprodução do meio de produção indispensável ao processo produtivo, o trabalhador. E fazem mais, sob a ótica da reprodução das relações sociais de produção, contribuem para a reprodução do trabalhador como trabalhador assalariado, divorciado dos meios de produção, de maneira que precisam voltar ao mercado para vender parte de si, ampliando o capital e reproduzindo seu ciclo (idem).

Outro fator preponderante para a reprodução do capital, em que colaboram os serviços sociais mantidos pelo Estado, é a manutenção do exército industrial de reserva, uma vez que a existência da superpopulação relativa, gerada pelo próprio movimento de expansão do capital, é uma condição à existência do regime capitalista de produção. A participação na reprodução da força de trabalho dessa parcela da classe trabalhadora responde a interesses da classe capitalista, no sentido de garantir permanente oferta de força de trabalho a baixo custo, garantindo também desta forma os níveis de produtividade do capital (idem).

Estes são os aspectos apresentados por Iamamoto para argumentar a respeito da inserção do Serviço Social enquanto especialidade do trabalho coletivo no ciclo de produção e reprodução do capital, que participa na criação de condições para manutenção deste modo de organização do trabalho, contribuindo de maneira objetiva e subjetiva para o ciclo reprodutivo em seu conjunto.

Sabemos que o objetivo principal do modo de produção capitalista é a valorização do capital, e para tanto participam diversos trabalhos distribuídos conforme a divisão do trabalho que reparte cada vez mais os processos de trabalho, visando um aumento de produtividade que possa proporcionar o alcance do objetivo almejado. Entre essa diversidade de trabalhos alguns criam valor, como parte do trabalhador coletivo, que assalariado do capital participa direta ou indiretamente da produção de mercadorias. E outros não participam na produção de riqueza, mas participam de maneira ampliada no circuito de

produção e reprodução do capital, uma vez que respondem a necessidades sociais criadas por este modo de produção instaurado.

Iamamoto problematiza a inserção social da profissão no circuito do valor, admitindo que quando assalariado do capital este trabalho especializado tem muita proximidade com a produção de valor, uma vez que, ao participar na reprodução da força de trabalho reduz diretamente o limite negativo colocado à valorização do capital, e desonera os custos de reprodução do elemento mais fundamental ao circuito de valorização, a força capaz de criar valor.

A autora admite ainda que no âmbito do Estado este trabalho cumpre o papel de redistribuição da mais-valia produzida pelo setor produtivo. Deste lugar o Serviço Social também participa na redução do limite negativo colocado à valorização do capital. Mas mediado por outro tipo de relação, o faz de maneira indireta, uma vez que, é parte das funções do Estado, as quais não são direcionadas para a criação de riqueza. Contudo, ela não afirma diretamente que esta atividade seja produtiva em quaisquer dos espaços em que esteja inserida, Iamamoto apenas provoca a categoria para o debate, além de afirmar que esta especialização do trabalho contribui, junto a tantas outras, para a reprodução das relações sociais de produção.

Ao dar prosseguimento ao estudo da inserção do Serviço Social na sociedade moderna, depois de argumentar sobre sua participação no ciclo de produção e reprodução do capital, Iamamoto relaciona a atividade em questão à categoria processo de trabalho, para fundamentar sua natureza como trabalho.

4.4 O Serviço Social inserido em processos de trabalho – em “*Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*”

Iamamoto (2004) afirma a necessidade de relacionar a prática do Serviço Social com a categoria trabalho, uma vez que é por meio do trabalho que o homem se afirma e dá respostas às suas necessidades. Por meio daquele o homem é capaz de projetar em sua mente o resultado desejado e criar instrumentos para

alcançá-lo, afirmando, portanto, sua condição humana pelo trabalho. Nesta direção, a autora argumenta que o trabalho é o elemento constitutivo do ser social, de modo que dispõe de centralidade na vida dos homens. Por meio dele os homens satisfazem e criam necessidades, uma vez que agem conscientemente e se afirmam como ser social, aprimorando, portanto, o gênero humano.

Segundo a autora o exercício profissional não deve ser identificado meramente como prática profissional, ou compreendido como práxis social, uma vez que esta última se relaciona à prática da sociedade de maneira geral. O que é comumente chamado de prática corresponde a um dos elementos do processo de trabalho, a ação destinada a um fim, por meio da qual, com o auxílio dos meios de trabalho, opera-se uma transformação no objeto.¹⁷

A forma social assumida pelo trabalho do assistente social demonstra que sua interpretação como prática profissional é insuficiente, uma vez que esta é compreendida como atividade em si mesma, dissociada das relações sociais mais amplas. Uma compreensão mais madura desta atividade a identifica como uma necessidade social no modo de organização mediado pelo capital, inscrita em processos de trabalho. Estes, por sua vez, compreendem uma ação destinada a um fim, os meios e o objeto de trabalho.

Ao estabelecer uma relação destes elementos do processo de trabalho com o Serviço Social, Iamamoto apreende que quanto ao objeto sobre o qual incide a ação do Serviço Social pode-se afirmar a questão social, em suas múltiplas expressões, como sua matéria-prima. Essa em sua essência não pode ser modificada pela ação profissional, mas suas expressões exigem alguma intervenção, uma ação que implique em alteração de alguns impactos que atingem as condições de vida da classe trabalhadora. Em seu cerne a questão social é intrínseca ao modo de produção capitalista, visto que é uma consequência da organização da sociedade em determinado momento histórico.

¹⁷ A autora neste debate se apropria da elaboração de Marx sobre processo de trabalho, em O Capital: crítica da economia política, livro I, volume 1.

A questão social é o objeto do trabalho profissional e se relaciona diretamente à existência do Serviço Social na história da sociedade moderna. Os serviços sociais, por sua vez, têm sua ação direcionada para as expressões da questão social, por meio das políticas sociais públicas ou privadas. Estas se configuram em respostas privilegiadas à questão social, mas a existência das mesmas, assim como a própria profissão em tela, é consequência da existência da questão social. Esta última, por meio de suas expressões, cria a necessidade da ação profissional (IAMAMOTO, 2004).

As manifestações da questão social são vivenciadas cotidianamente por indivíduos que compõem a classe trabalhadora. Os assistentes sociais, portanto, intervêm nestas manifestações por diversos recortes, que delimitam seu campo de atuação: precarização da saúde, violência, desemprego, entre outros. Contudo, é fundamental a compreensão não apenas de algumas de suas manifestações, mas da questão social como a gênese das desigualdades sociais em um contexto de acumulação do capital, e elemento que impulsiona a luta de classes. É no conhecimento desta realidade que estão ancorados os componentes fundamentais do exercício profissional (idem).

O profissional em questão insere-se no mercado de trabalho por meio de uma relação de compra e venda de sua força de trabalho especializada, afirmando-se como um trabalhador assalariado. O referido exercício profissional se concretiza com base nestas relações em virtude de o assistente social não dispor dos meios e condições necessárias para a realização do seu trabalho, os quais são fornecidos pelas instituições empregadoras (IAMAMOTO, 2004).

Portanto, o profissional de Serviço Social encontra-se na condição de trabalhador "livre" destituído de seus meios de produção, proprietário apenas de sua força de trabalho qualificada, que é absorvida no mercado na condição de mercadoria. Ao trocá-la por um salário o profissional concede o seu valor de uso ao empregador, durante uma jornada estabelecida. No decorrer desta jornada deve trabalhar em prol de objetivos estabelecidos pela instituição empregadora, em conformidade com as políticas, diretrizes e recursos da instituição

empregadora. Contudo, este trabalho possui também uma dimensão criativa, e certa autonomia, fundamentada em seus preceitos éticos (idem).

A atuação profissional é mediada pelas instituições empregadoras, as quais detêm parte das condições e dos meios de trabalho desse profissional, quais sejam os meios técnicos, financeiros e humanos que são necessários ao exercício profissional. Além dos recursos materiais são direcionadas as prioridades a serem alcançadas e a definição de papéis no cotidiano profissional, de modo que a instituição empregadora organiza o processo de trabalho no qual se encontra inserido o assistente social (idem).

Contudo, em virtude de sua qualificação profissional os assistentes sociais dispõem de uma autonomia relativa em torno de seu trabalho. Aqueles possuem algumas técnicas através das quais podem executar seu trabalho, tais como entrevistas, reuniões, visitas domiciliares, encaminhamentos, entre outras, mas fundamentalmente detêm o conhecimento da realidade como instrumento de seu trabalho. Este oriundo das bases teórico-metodológicas proporciona a realização de uma leitura da realidade e o direcionamento da ação. Portanto, o conhecimento da realidade não é um mero acessório do trabalho, mas é um meio necessário à condução do mesmo (idem).

Quanto a este, o trabalho, é o terceiro elemento do processo de trabalho. É o trabalho vivo que tem a possibilidade de transformar o objeto com a mediação dos instrumentos de trabalho, transforma valores de uso em potencial em valores de uso reais e efetivos, se utiliza de produtos de trabalho pretérito para criar novos elementos úteis à vida humana. Contudo, no modo de produção capitalista o valor de uso torna-se a dimensão subordinada da mercadoria, mero substrato material do valor de troca. E neste aspecto da quantificação do trabalho materializado na mercadoria, o trabalho configura-se como trabalho indiferenciado, abstrato (idem).

Essas determinações da sociedade mediada pelo capital nos permitem analisar o trabalho do serviço social sob dois ângulos, que corresponde ao seu conteúdo material, ou a produção de valores de uso, e a sua forma social e histórica, ou a

relação que possui com a produção de valor. Seu valor de uso perpassa a utilidade dos serviços prestados que pode ser compreendida do ponto de vista da população usuária de tais serviços. Estes atendem a demandas reais da classe trabalhadora que objetivamente acessa direitos sociais ou benefícios, os quais impactam diretamente em suas condições de vida. Quanto à relação do trabalho do Serviço Social com a produção e reprodução do capital observam-se implicações ao nível do circuito do valor de maneira ampla.

O trabalho do Serviço Social tem um efeito nas condições materiais e sociais dos indivíduos, membros da classe trabalhadora, que são usuários dos serviços sociais. Estes estão previstos em políticas sociais nas áreas de saúde, educação, assistência social, condições habitacionais, previdência social, entre outras. Sua relevância enquanto trabalho concreto, que o condiciona como socialmente necessário, está em que interfere nas condições de sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora. Aqueles viabilizam acesso não só a recursos materiais, mas também incidem sobre as condições de sobrevivência social dos usuários dos serviços. Ocorre que o trabalho do Serviço Social incide também no campo do conhecimento, dos valores e comportamentos, ao possuir uma dimensão socioeducativa (idem).

Iamamoto ao analisar o trabalho do Serviço Social não se furta de pensá-lo em sua dimensão abstrata, no circuito da produção de valor e mais-valia e/ou de sua distribuição. Ela situa tal atividade no âmbito da reprodução da força de trabalho e da reprodução sociopolítica dos indivíduos sociais. Ao viabilizar direitos e benefícios sociais que perpassam as necessidades de sobrevivência material e social dos indivíduos, membros da classe trabalhadora, os serviços sociais executados pelo profissional competente participam na reprodução da força de trabalho daquela classe. Ocorre que o valor de uso da força de trabalho - o trabalho em ação - é o único capaz de criar valor e, portanto, valorizar o capital, de modo que, a participação na reprodução desta força de trabalho significa a inserção no circuito amplo do valor (IAMAMOTO, 2004).

Contudo, a participação desta especialização do trabalho no circuito amplo de produção do valor depende da inserção em um tipo específico de processo de

trabalho do qual participam os assistentes sociais. Trata-se do processo de trabalho levado a cabo nas empresas capitalistas, nestas o profissional atua diretamente com o trabalhador, elemento vital do processo de produção. Configurando-se como parte do trabalhador coletivo, uma especialidade em meio a uma combinação de trabalhos na divisão técnica do trabalho. O profissional de Serviço Social é parte do trabalho cooperativo que em conjunto faz crescer o capital investido e, apesar de não produzir diretamente valor e mais-valia, proporciona um impacto no circuito do valor de maneira ampla. Não fosse essa especialização uma necessidade social, a mesma não seria contratada no âmbito do capital (idem).

O mesmo serviço que na órbita do capital, quando executado por uma combinação de trabalhadores, entra no circuito do valor, quando executado na esfera do Estado cumpre um papel na redistribuição da mais-valia criada pelo setor produtivo. No campo da prestação de serviços sociais oriundos das políticas sociais públicas o trabalho profissional possui outro significado, uma vez que o processo de trabalho neste âmbito não visa à criação de riqueza. O Estado se apropria de uma parte da riqueza social na forma de tributo e impostos que formam o fundo público, e redistribui parcela da mais-valia através das políticas sociais (idem).

Na esfera do Estado, bem como nas organizações não governamentais cuja finalidade é pública, os processos de trabalho não estão organizados na perspectiva da criação de riquezas, mas são voltados para a coletividade cuja razão é sociopolítica. "O que não implica desconhecer que o Estado representa a condensação de forças presente na sociedade, dispondo de um nítido caráter de classe" (idem, p. 103).

Os processos de trabalho em que estão inseridos os assistentes sociais compreendem também os que incidem no campo dos comportamentos e valores e que interferem em aspectos sociais da vida dos sujeitos, tais como criar um comportamento produtivo, um consenso em torno dos programas de qualidade total ou saber conviver com o desemprego, elementos estes que reforçam a dinâmica do capital e são cotidianamente sujeitos a crítica diante da perspectiva

teórica crítica que o Serviço Social assume. Os assistentes sociais também têm ocupado os espaços dos conselhos de políticas sociais, contribuindo para a formação de outras formas de consenso, distinto das formas dominantes, mas reforçando interesses da classe trabalhadora. Nesta perspectiva, se por um lado o Serviço Social é contratado por instituições públicas ou privadas para reforçar a hegemonia vigente, por outro lado o resultado do trabalho do Serviço Social pode incidir na mudança de comportamentos e valores que, segundo Iamamoto (2004), podem sinalizar para a construção de uma contra-hegemonia. Nestes casos as ações não resultam em coisas materiais, mas possuem uma objetividade social.

É relevante pontuar que os assistentes sociais podem se inserir em diversos processos de trabalho, estes podem situar-se nas empresas, nas ONG's ou na esfera estatal. Estes espaços, contudo, não são exclusivos do assistente social, este participa, conforme suas atribuições em processos de trabalho compostos por outros profissionais, os quais são organizados pelo empregador, sendo que o referido profissional se coloca na condição de trabalhador assalariado (idem).

Nesta obra podemos afirmar que a autora contribui para dar “materialidade” ao trabalho profissional do Serviço Social. Onde se conclui que este profissional insere-se em processos de trabalho, cujos produtos são a participação na reprodução da força de trabalho e na criação de consensos, seja reforçando a hegemonia vigente, seja contribuindo na mudança de comportamento da classe trabalhadora na perspectiva de criação de uma contra-hegemonia.

4.5 A sociabilidade pelo trabalho na órbita do capital – em “Trabalho e Indivíduo Social”

Em Trabalho e Indivíduo Social Iamamoto (2006) afirma a relevância da teoria social de tradição marxista para a análise da sociabilidade que advém do trabalho na sociedade burguesa. Ocorre que existem restrições no campo da sociologia do trabalho em torno de tal perspectiva, uma vez que esta muitas vezes é acessada por meio de versões de cunho economicista ou estruturalista,

de modo que relegate o sujeito a segundo plano. Neste sentido, Iamamoto destaca que a perspectiva marxista é passível de crítica no campo da sociologia do trabalho no que tange ao primado da totalidade. Esta perspectiva é acusada de não dar conta das particularidades, da subjetividade e dos fragmentos, conforme a perspectiva em voga legatária da “crise dos paradigmas da modernidade”, a perspectiva pós-moderna (IAMAMOTO, 2006).

Ao abordar a dinâmica do modo de organização e produção da sociedade moderna, que perpassa a produção e reprodução do capital, visto que a estrutura da sociedade envolve necessariamente a produção da vida material, Iamamoto preza por contemplar também um olhar a partir do sujeito social. Ocorre que o modo de organização da sociedade, que perpassa a produção e reprodução das relações sociais de produção, produz uma forma específica de sociabilidade, a do capital.

Nesta perspectiva é reconhecida a compreensão de que no conjunto da reflexão marxiana há uma articulação entre estrutura e ação do sujeito, em outros termos entre causalidade e teleologia. Neste sentido, na análise histórica as ações humanas são condicionadas por elementos externos aos indivíduos, mas envolvem necessariamente a intencionalidade humana (COUTINHO, 1990 apud IAMAMOTO, 2006). Ao tempo em que existem condições objetivas que independem dos indivíduos singulares, as quais perpassam necessariamente o modo de produção da vida material, é necessário considerar a produção de indivíduos sociais que são ao mesmo tempo produtos e criadores da história.

Ao tratar do tema trabalho e indivíduo social a autora contempla a noção de trabalho em si, que tem no ser social uma vinculação intrínseca. Assim, o homem enquanto ser natural é o pressuposto do trabalho, aquele interage com objetos da natureza ao passo que visa transformá-la para satisfazer suas necessidades. Por meio desta atividade vital específica do homem são produzidos valores de uso que satisfazem necessidades humanas. Da referida atividade deriva o universo humanizado, legado de gerações precedentes, de objetivações anteriores. O trabalho concreto, portanto, é condição da vida humana, é a

atividade fundamental do homem, atributo de liberdade e consciência (IAMAMOTO, 2006).

São características distintivas do trabalho a dimensão teleológica, o uso e criação de instrumentos e a emergência de novas necessidades. Quanto à dimensão teleológica é o que diferencia a atividade humana de outras realizadas pelos demais seres naturais, a capacidade de projetar antecipadamente o resultado a ser alcançado pelo trabalho. Em relação aos instrumentos estes são meios que se interpõem entre o homem e o objeto, são veículos para o alcance das finalidades, nos quais estão expressas as necessidades e formas de atividade humanas. O trabalho por sua vez é a atividade pela qual o homem domina as forças da natureza em seu favor, de modo a elevar suas próprias capacidades, o que resulta na criação de novas necessidades (idem).

Tal desenvolvimento pelo trabalho é fundamental ao desenvolvimento da própria humanidade, nos termos da autora:

A criação de novas necessidades, por meio do trabalho, se traduz na criação do homem com ricas e múltiplas faculdades, com sentimentos profundos, dotado de curiosidade científica, aspirações religiosas, estéticas, do conhecimento prático cotidiano. O trabalho (e a linguagem, enquanto *exterioriza* os resultados da produção intelectual), objetivação de forças essenciais humanas (faculdades e necessidades), cria, pois, a possibilidade permanente de evolução humana: *a própria história* (IAMAMOTO, 2006, p. 42).

O trabalho como atividade concreta determina o ser social, enquanto ser genérico, visto que o próprio ato do trabalho é essencialmente histórico-social. Tal atividade só se realiza por meio do legado de gerações anteriores, o que atesta seu caráter social. Portanto, o trabalho é realizado na relação com outros homens, de modo que determina o indivíduo concreto como um produto histórico-social. A história, por sua vez é produto da atividade humana, mas ao mesmo tempo é a partir desta que o homem se forma e se transforma (idem).

A partir deste desenvolvimento social emerge a divisão do trabalho, de modo que o trabalho torna-se cada vez mais social. Mas por outro lado, a divisão do trabalho caracterizada pela emergência da propriedade privada implica em um

modo de organização do trabalho permeado pela desigualdade. Neste cenário, o indivíduo que trabalha não se apropria de suas objetivações, situa-se como parte do trabalhador coletivo, juntamente com muitos outros indivíduos, entre os quais é dividido por vezes o mesmo processo de trabalho (idem).

A noção de indivíduo social supramencionada, com base em elementos mais abstratos, carece dos elementos provenientes das determinações históricas particulares da sociedade burguesa, a fim de buscar articulação entre estrutura e ação do sujeito social.

Na sociedade burguesa a forma de produtividade humana é uma forma histórica particular, que envolve, como as demais formas de produção material, um desenvolvimento humano universal, mas também é tributária da alienação dos indivíduos sociais. Seu diferencial é o caráter social assumido pelo trabalho como valor, e a forma social do trabalho – a forma mercantil (idem).

Como vimos o trabalho é o elemento central de sociabilidade humana. Contudo, em uma sociedade onde o valor é um imperativo, e tem-se como sua forma de manifestação o valor de troca, que se autonomiza, dada a sua predominância, ocorre uma transmutação das relações sociais no fetiche das relações entre coisas sociais, resultando em um amplo processo de reificação. Este nexos social faz submergir o sujeito na medida em que prevalecem as coisas como objetos dotados de poder, resultando em um estranhamento do produtor em relação às suas próprias objetivações.

Neste modo de organização o trabalho não é diretamente social, de modo que a relação pelo trabalho passa a ser estabelecida por via das coisas materiais com a mediação do mercado. Ocorre que o indivíduo produz valores de uso para outros, atendendo a necessidades sociais com produtos universais, visto que estes devem ter a capacidade de serem trocados por qualquer outro. Neste contexto o trabalho é carente de individualidade, apresenta-se como trabalho abstratamente geral (idem).

O caráter social do trabalho, portanto, advém de duas dimensões, quais sejam: da sua dimensão concreta, responsável pela produção de objetos úteis, na perspectiva de um trabalho qualitativamente distinto que cria valores de uso e atende a necessidades sociais; e da dimensão abstrata, que iguala o trabalho como dispêndio de força humana, na perspectiva da produção de valor, um atributo da mercadoria que visa à satisfação das necessidades sociais pela mediação do valor de troca.

No modo de organização no qual prevalecem relações mercantis a satisfação das múltiplas necessidades sociais se dá na medida em que os produtos do trabalho possam ser trocados por qualquer outro, de modo que devem ser dotados da substância valor. O que torna possível que as mercadorias sejam dotadas de valor, uma objetividade puramente social, atributo da mercadoria, é o fato de serem expressão de uma mesma unidade social, o trabalho humano (IAMAMOTO, 2006).

Na medida em que o trabalho assume a forma mercantil as relações em torno deste tornam-se mistificadas, uma vez que a mercadoria, produto do trabalho humano, aparece como produto autônomo, dotado de poder. Este é o elemento pelo qual os indivíduos se relacionam, o qual encobre as características próprias do trabalho, uma vez que seu atributo, o valor, é proveniente do aspecto indiferenciado do trabalho, mas sua aparência é de objeto independente da atividade humana.

A relação social fundamental na sociedade, que advém do trabalho, uma vez que as necessidades sociais de todos os indivíduos são sanadas por meio deste, aparece como relação entre coisas. Estas, na forma de mercadoria ofuscam a relação social entre os indivíduos produtores, em um contexto em que prevalece o fetiche da mercadoria.

No modo de produção mercantil esta forma reificada, na qual se expressa o trabalho humano, é inerente. Encontra-se arraigada ao caráter social do trabalho que produz mercadorias, visto que o intercâmbio entre os homens, a reciprocidade necessária à produção e reprodução da vida, apresenta-se como

algo alheio aos indivíduos, como coisas materiais. Nesta forma histórica de individualidade os homens parecem independentes entre si, e dependentes apenas das coisas materiais. Livres para enfrentarem-se no mercado, enquanto proprietários de si e de seus produtos. Condição esta que não passa da aparência, visto que pode ser compreendida pela abstração das condições de existência da mercadoria (IAMAMOTO, 2006).

Esta forma de organização social, mediada pelo valor de troca, baseia-se em relações de troca. Estas, por sua vez são relações jurídicas entre possuidores de mercadorias, que conformam o intercâmbio mediado pelo equivalente geral do valor – o dinheiro. Como manifestação necessária da medida do valor, o dinheiro, além de tornar a mercadoria comensurável, se autonomiza, na medida em que se desenvolve a circulação. Torna-se expressão da riqueza universal, mas além de representante material da riqueza, torna-se um fim em si mesmo (idem).

A autonomização do valor de troca expressa no dinheiro, no seio das relações sociais capitalistas, “fazem com que o indivíduo particular seja separado da representação do ser genérico, reificado no dinheiro e no capital dinheiro, fonte das alienações” (IAMAMOTO, 2006, P. 59). Importa que para compreender as determinações do indivíduo social, na sociedade capitalista, é necessária uma análise a partir da totalidade das relações sociais em que os indivíduos concretos estão imersos (idem).

Dada as condições objetivas em que se dá a produção da vida, interessa para a autora uma análise a partir do sujeito que se encontra imerso em relações sociais em torno de sua atividade vital. Neste contexto a referida atividade volta-se para o atendimento de necessidades alheias ao sujeito que trabalha, onde, assim como as objetivações do trabalho, a própria atividade é mediada pelo valor de troca. O trabalhador produz coisas alheias para a sociedade, apropriada pela classe capitalista, e para si produz o salário, o valor de sua reprodução enquanto trabalhador assalariado, mediado pelo equivalente geral.

Nas condições sociais do trabalho o indivíduo experimenta a exteriorização de sua atividade, a objetivação de capacidades, e vivencia a subjetivação da realidade sócio-histórica, ou seja, forma sua individualidade por meio das relações estabelecidas em seu trabalho. Portanto, se para o capitalista o trabalho é fonte de valor, para o sujeito esse é também possibilidade universal da riqueza como atividade (IAMAMOTO, 2006).

A relação que se estabelece para o trabalhador no processo produtivo, contudo, é de sua atividade como algo alheio, que pertence ao detentor de sua capacidade de trabalho pelo tempo contratado, e é meio de valorização de valores criados anteriormente, as quais subordinam o trabalho vivo. O trabalho como substância criadora nesta forma de organização pertence ao capital, gerando uma relação de estranhamento vivenciada pelo trabalhador (idem).

A alienação proveniente da forma social do trabalho tem sido enfrentada pelos trabalhadores no decorrer da história, o que não significa que estes tenham conseguido se livrar totalmente das amarras da alienação. Mas em luta por seus interesses coletivos, pelos direitos atinentes ao trabalho, contra a dilapidação da força de trabalho, a luta dos trabalhadores passou pelo reconhecimento jurídico por parte do Estado, em torno das legislações trabalhistas. “A rebeldia do trabalho manifesta-se desde conflitos parciais e momentâneos, até serem explicitamente assumidos através das coligações dos trabalhadores (...)” (idem, p. 79). Afirma-se, portanto, a presença do sujeito na construção da história, mas conforme condições dadas, que perpassam relações sociais dominantes, as quais resultam na condição de alienação em torno do trabalho, sob o ponto de vista do sujeito.

Iamamoto argumenta, portanto, que sua análise da estrutura econômica em torno das relações sociais capitalistas não perpassa um determinismo economicista, uma vez que não se desconsidera as potencialidades do sujeito. Pelo contrário, acredita-se na possibilidade do alcance de uma consciência de classe que seja capaz de possibilitar a transformação da sociedade, em uma sociedade onde a dimensão humana prevaleça sobre a dimensão econômica.

É nesta direção, visando contribuir para a construção de uma sociabilidade humana em oposição à sociabilidade do capital, que o Serviço Social tem como direção o Projeto Ético Político profissional. Neste aspecto identificamos na obra de Yamamoto importantes contribuições sobre as dimensões concreta e abstrata do trabalho que perpassam também o trabalho do Serviço Social.

4.6 Trabalho assalariado e Projeto Ético Político: as dimensões abstrata e concreta do trabalho de Serviço Social - a partir da obra “*Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*”

Ao levar em consideração a totalidade da vida social em suas análises, Yamamoto (2008) reafirma sua tese da reprodução das relações sociais de produção, uma vez que o capital apreende todas as dimensões da vida na sociedade moderna, de modo a subordinar a organização desta aos seus fins de valorização. Em vista desta relação social predominante são fortalecidas as mistificações, obscurecendo as relações de exploração do trabalho pelo capital e aumentando a invisibilidade em torno daquele cuja centralidade parece ser escamoteada.

A reprodução das relações sociais de produção vai além da reprodução da força de trabalho e dos meios materiais de produção, trata-se de um processo complexo que envolve a reprodução das contradições de maneira ampliada. No essencial perpassa as relações de produção e propriedade, e impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas. Contudo abarca ainda todo o conjunto da sociedade, uma vez que esta se encontra subsumida ao capital (LEFEBVRE e FINELLI apud IAMAMOTO, 2008).

Em meio às diversas contradições que envolvem a reprodução das relações sociais, a vinculação entre o trabalho e o capital é o elemento central para a reprodução do modo de vida subsumido ao capital. Neste sentido, a autora recorre a um elevado nível de abstração para desvendar as determinações daquela relação social predominante, e inclui o Serviço Social na condição de

especialização do trabalho coletivo, situando as dimensões indissociáveis do trabalho na sociedade moderna, as dimensões concreta e abstrata.

Quando se reconhece a centralidade da mercadoria, universo categorial da crítica da economia política, com base nas relações sociais que se encontram em torno do trabalho, é fundamental considerar as relações históricas que compreendem a produção da vida material nesta sociedade mercantil. Tais relações sociais e históricas em torno do trabalho contribuem para que seja apreendida a totalidade das relações sociais no modo de produção atual, uma vez que na sociedade burguesa o valor de uso é subsumido ao valor de troca, e o trabalho torna-se social pela mediação deste último. Sendo o mercado o lugar privilegiado para a satisfação das necessidades humanas.

A primeira parte desta obra da autora, que compreende as publicações *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* e *Renovação e Conservadorismo: ensaios críticos*, contempla as mediações necessárias para a compreensão da lógica em que se insere o trabalho na sociedade, traz elementos para compreender inclusive a inserção do trabalho do Serviço Social no circuito do capital e suas implicações na órbita do valor (IAMAMOTO, 2008).

Esta incorporação teórica, pautada na obra de Marx, especialmente apoiada na teoria do valor, foi fundamental para compreender o caráter contraditório do exercício profissional. Mas Iamamoto não tratou especificamente dos processos de trabalho em que se inserem o Serviço Social, não partiu do ponto de vista do exercício profissional para compreendê-lo dentro da lógica do mercado e suas relações com o capital. O nível de abstração mais amplo então utilizado para a compreensão do trabalho e da instituição Serviço Social na lógica do capital foi fundamental para que se pudesse realizar uma análise que parte do trabalho dentro da sociabilidade do capital (idem).

Partir da análise do exercício profissional, ou seja, do trabalho em si, contudo, não indica a restrição da abordagem ao processo de trabalho. Pelo contrário, a autora admite como um problema a redução de muitas análises em torno do

trabalho em sua dimensão concreta, aquele de qualidade determinada, voltado à produção de valores de uso para o atendimento de necessidades sociais. Ocorre que não se deve esvaziar a categoria de sua historicidade, que enquanto trabalho abstrato é indissociável dos processos de alienação.

Iamamoto (2008) também faz uma crítica contundente às análises que reduzem o trabalho em Marx ao trabalho material, segmentado das relações sociais que estão em torno deste, em uma sociedade que possui as particularidades oriundas de relações sociais específicas. Argumenta que é necessário considerar que o modo de produção capitalista é, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, a forma em que se desenvolve a produção da vida material para a satisfação das necessidades humanas.

Em torno da categoria trabalho é fundamental reter seu fundamento e sua forma social, uma vez que obscurecer as relações sociais que estão em torno desta atividade essencial, como se a mesma fosse autônoma, pode reduzir a análise ao aspecto mistificado das coisas como elementos predominantes da produção. Não se trata de menosprezar a dimensão do valor de uso do trabalho, mas abordá-lo independente de sua determinação formal, que envolve a historicidade das relações sociais, impede a mediação entre o trabalho e a reprodução das relações sociais na sociedade capitalista (idem).

Nesta obra a autora destaca que no campo do Serviço Social a literatura privilegiou historicamente a análise das particularidades da profissão, enquanto trabalho concreto. Pouco se investiu em torno das determinações relacionadas ao aspecto mercantil que envolve essa força de trabalho na sociedade. Portanto, segundo Iamamoto a literatura recente não contemplou as múltiplas determinações do trabalho do Serviço Social, careceu de relacionar os fundamentos utilizados para compreender a realidade social ao trabalho cotidiano (IAMAMOTO, 2008). Nos termos da autora:

O que não dispõe de centralidade nesta mesma literatura é a identidade do trabalho do assistente social, enquanto trabalho abstrato, como trabalho social médio: como parte da alíquota do trabalho total socialmente produzido. As implicações do trabalho do assistente social no circuito do valor – da produção e distribuição do valor e da mais

valia – não são tratadas, como se a “forma valor fosse mero cerimonial” na sociedade do capital fetiche (Iamamoto, 2008, p 418).

Ocorre que a identificação da referida atividade profissional na divisão social e técnica do trabalho ultrapassa o aspecto do valor de uso dos serviços prestados, a qualidade de seu trabalho diferenciado. Tal divisão do trabalho implica o trabalho social médio, e é determinada pelo valor de troca. Portanto, a referida atividade possui também uma dimensão abstrata, enquanto trabalho humano indiferenciado, que pode ser analisado na ótica da quantidade, como parte do trabalho geral produzido na sociedade (idem).

Como sabemos o trabalho responde a uma necessidade social, em qualquer sociedade, mas na sociedade subsumida ao capital este o faz pela mediação do valor de troca, e na divisão do trabalho comum a este modo de organização o valor de troca é o elemento que torna o trabalho social. Entretanto, o aspecto comum a todas as mercadorias, que proporciona a equivalência de produtos distintos, é o trabalho humano indiferenciado – o trabalho abstrato – uma abstração que permite que o trabalho torne-se social, substância do valor, que se expressa no valor de troca.

Nesta sociedade o trabalho é social uma vez que seu produto não é valor de uso para o produtor, mas responde às necessidades sociais de outros indivíduos que produzem em outra esfera da produção capitalista para o restante da sociedade. O produto torna-se universal, carente de individualidade. A objetividade do produto do trabalho é social, pautada na dimensão de seu valor, o que supõe a abstração de sua forma concreta (IAMAMOTO, 2008).

Pensar a dimensão abstrata do trabalho significa ainda compreender que o trabalho humano geral mede-se pela força de trabalho simples, uma medida histórica. O trabalho especializado, por sua vez é um trabalho complexo, compreendido como trabalho simples potenciado, ou seja, é necessariamente convertido na unidade de medida geral do trabalho (MARX, 2013).

A compreensão de Iamamoto do trabalho do Serviço Social como trabalho social médio, refere-se à sua identificação com o trabalho humano indiferenciado, sua

dimensão abstrata, uma vez que na condição de trabalho assalariado configura-se como força de trabalho, mercadoria que possui um valor de troca. A atividade está inserida no reino do valor por sua qualidade de mercadoria, e como atividade assalariada possui valor de uso, que se configura como uma necessidade social, e possui valor de troca, expresso no salário, sendo que este reproduz aquela força de trabalho especializada.

Nesta perspectiva a obra de Iamamoto traz elementos importantes para pensar que o trabalho do Serviço Social é como tantos outros na sociedade do capital uma unidade contraditória de trabalho concreto e abstrato. Tais dimensões se expressam nas particularidades de seu exercício profissional tanto na dimensão de seu valor de uso, quanto nos constrangimentos atinentes ao seu estatuto assalariado que o caracterizam como trabalho alienado, conforme as contradições próprias do modo de organização capitalista, apesar de sua dimensão criativa (IAMAMOTO, 2008).

O debate em torno dos aspectos qualitativos do trabalho do assistente social é de fato de extrema relevância, fundamental no âmbito da formação profissional. Uma vez que, compreende a dimensão do trabalho profissional, pautado no compromisso com a classe trabalhadora e com a luta por direitos sociais, na perspectiva de um projeto de profissão, que possui aspectos éticos e políticos, que se contrapõem a dinâmica da sociabilidade do capital.

A condição de trabalhador assalariado, contudo, como trabalhador “livre” que necessita da venda de sua força de trabalho, em troca do equivalente geral – o dinheiro – na forma de salário, coloca o assistente social diante das mesmas determinações que afetam a coletividade dos trabalhadores, envolto nos dilemas da alienação. Este trabalhador enquanto elemento da divisão social do trabalho, a qual neste modo de organização perpassa relações capitalistas de propriedade, encontra-se imerso nas relações sociais que compreendem o trabalho social (idem).

A partir da referida divisão do trabalho as necessidades sociais são mediadas pelo mercado, o que determina que os trabalhadores se vinculem a uma

atividade profissional específica, na medida em que o trabalho se torna social. Neste contexto, o processo de trabalho assume a forma da cooperação de muitos trabalhadores, de modo a fragmentar o processo de trabalho, e por consequência o trabalhador vê roubado o conteúdo de seu trabalho. O trabalho humano, portanto, torna-se “expressão da atividade humana num contexto de alienação” (IAMAMOTO, 2008, p. 420).

Partindo do pressuposto da forma social e histórica do trabalho na sociedade burguesa, identifica-se o trabalho do assistente social como uma força de trabalho assalariada do Estado, do capital, ou das organizações da sociedade civil. Sua força de trabalho quando adquirida no mercado é dotada de um valor de uso que se relaciona à condução de respostas às expressões da questão social, uma vez que estas compreendem a uma necessidade social, em virtude do acirramento das contradições entre as classes sociais.

Seu estatuto assalariado, contudo, tem implicações referentes às condições históricas de apropriação do trabalho pela via do mercado, que implica em seu uso durante uma determinada jornada para a realização de um trabalho específico, conforme os objetivos do empregador. Neste contexto o empregador define o recorte do trabalho profissional, fornece seus meios, como recursos materiais e humanos, e estabelece prioridades de atuação do profissional, conforme as necessidades institucionais. Tais requisições interferem no conteúdo do trabalho, visto que delimitam possibilidades e impõem limites (idem).

As demandas profissionais, portanto, oriundas das necessidades sociais dos sujeitos impactados pelas expressões da questão social, são reelaboradas na perspectiva dos empregadores, uma vez que eles fornecem as condições para o processamento da ação e projetam resultados, conforme interesses de sua perspectiva de classe (idem).

Nesta perspectiva, podemos afirmar que o Serviço Social realiza-se pela mediação do trabalho assalariado, e nesta condição submete-se aos ditames do trabalho abstrato, uma vez que se encontra condicionado por determinações

externas e socialmente objetivas, em uma sociedade cujo imperativo perpassa a valorização do capital. Estes elementos comprometem o alcance do trabalho de qualidade particular e o impregna dos dilemas da alienação, interferindo na autonomia do assistente social em torno da condução do projeto profissional coletivamente construído.

Esta problematização a respeito do trabalho do Serviço Social, em sua dimensão abstrata, como trabalho assalariado envolto nos dilemas da alienação, conforme as condições objetivas que proporcionaram sua profissionalização é apenas um pólo de sua dimensão contraditória. Visto que, do ponto de vista do seu valor de uso, a dimensão concreta desta atividade, atende a demandas da classe trabalhadora com vistas à melhoria relativa de suas condições de vida, abarcando direitos sociais que em sua intensa maioria foram fruto da luta de classes.

Para tanto, o assistente social não se exime de fazer uma leitura macrossocial da realidade, do mesmo modo que não se abstém de trabalhar na perspectiva do alcance por direitos sociais voltados à classe trabalhadora, apesar de compreender que atende, pela mesma atividade interesses do capital e do trabalho. Ao contrário, a leitura de Iamamoto nos dá elementos para compreender que o profissional está inserido na dinâmica das relações entre as classes sociais, mas almeja alcançar um horizonte mais amplo, onde apreenda a dinâmica da sociedade e as necessidades sociais dela derivadas, para extrair dos processos sociais possibilidades de atuação que contribuam para o alcance e consolidação do projeto profissional do Serviço Social (IAMAMOTO, 2008).

Entretanto, a consideração unilateral das relações históricas que envolvem a profissão e a condicionam à funcionalidade na reprodução do modo de produção capitalista não é suficiente para compreendê-la. É necessário considerar a relativa autonomia, condicionada pela direção ético-política que a profissão assume a partir da apreensão dos fundamentos teórico-metodológicos que o profissional possui na condução de seu trabalho. A autora utiliza uma clássica frase de Marx para chamar atenção à dimensão criativa do trabalho em questão, qual seja: “(...) os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como

querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX apud IAMAMOTO, 2008, p. 219).

Há que se considerar as condições macrosocietárias que formam o terreno sócio-histórico onde se exerce a profissão de Serviço Social para pensar o projeto profissional, uma vez que os limites e possibilidades da ação profissional advêm dessas condições históricas. Foram estas que impulsionaram um movimento de renovação crítica neste campo, que se desdobram em alterações na perspectiva teórica, ética e política da profissão, responsáveis pelo abandono da perspectiva confessional e conservadora que aquela trazia arraigada (idem).

O projeto profissional do Serviço Social é fruto das lutas pela democratização do Estado brasileiro, do contexto de ascensão dos movimentos sociais, quando a sociedade brasileira estava mobilizada em torno do movimento constituinte e pela defesa do Estado democrático de direito. Neste momento, de efervescência política, a categoria é chamada a se posicionar politicamente diante das forças sociais antagônicas que disputavam projetos societários no cenário brasileiro. É neste campo, marcado por tensões e conflitos de classe que o Serviço Social persiste na defesa de um projeto profissional em sintonia com um projeto de sociedade onde os interesses da classe trabalhadora seja a referência.

Conforme Netto (apud Iamamoto, 2008), os projetos profissionais são indissociáveis dos projetos societários, que balizam os valores orientadores dos objetivos coletivamente construídos. Ocorre que os requisitos para o trabalho profissional, as normas de comportamento, ou os preceitos éticos, entre outros elementos que constituem essa formulação orientadora, perpassam valores compartilhados pelos sujeitos políticos que direcionam tal orientação, esta não está dissociada da perspectiva hegemônica da categoria profissional.

No caso do Serviço Social o que materializa o projeto profissional é a legislação profissional, composta pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93); o Código de Ética Profissional (1993) e a proposta de Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social (ABEPSS, 1996; MEC-

SESu/CONESS, 1999), bem como as manifestações coletivas da categoria, através das entidades representativas, a articulação política entre as entidades do Serviço Social, como o conjunto CFESS/CRESS e a ABEPSS, e a formação universitária (IAMAMOTO, 2008).

O Serviço Social brasileiro construiu democraticamente sua normatização, baseada em valores radicalmente humanistas, expressos no Código de Ética profissional de 1993 com caráter de obrigatoriedade, entre os quais: o reconhecimento da liberdade como valor ético central; a defesa dos direitos humanos, defesa da cidadania e da democracia, da equidade e da justiça social, empenho na eliminação de todas as formas de preconceito entre outros (idem).

O referido projeto, não possui um caráter corporativo, voltado aos interesses específicos da categoria profissional, ainda que abarque a defesa das prerrogativas profissionais ele as ultrapassa. Aquele possui uma dimensão de universalidade voltada à luta no campo democrático por direitos sociais e fundamentalmente a luta junto às forças populares por uma nova ordem societária, onde o homem prevaleça sobre as coisas. Isto significa a aliança de parcela hegemônica da categoria profissional com forças sociais progressistas que almejam o alcance de interesses da classe trabalhadora (idem).

Contudo, esta perspectiva profissional não se identifica com um viés idealista, mas envolve o reconhecimento de que o alcance da projeção profissional perpassa as condições sócio-históricas nas quais se inscreve o trabalho em questão. Não há, portanto, uma identificação imediata entre intencionalidade e objetivação da ação planejada, e esta é a razão para que se realize uma leitura macrossocial da realidade, que vise identificar os limites e possibilidades da ação profissional.

A obra de Marilda Iamamoto nos fornece importantes elementos para compreender a categoria trabalho na sociedade mediada pelo capital, tendo que a relação social predominante que envolve o trabalho e o capital compreende todos os aspectos da vida social. Os referidos elementos são fundamentais para situar o papel que cumpre o Serviço Social, cuja emergência está relacionada às

contradições advindas das relações sociais predominantes, na sociedade em que o trabalho torna-se social pela mediação do valor de troca. Primordiais, portanto, são os referidos elementos para a compreensão do trabalho profissional, com sua dimensão criativa a alienada. E mesmo com a clareza das tensões e contradições entre os interesses de classe, a apreensão da categoria teórica trabalho na obra de Yamamoto, nos impulsiona a pensar o quão fundamental torna-se esse debate junto aos assistentes sociais. E neste sentido acreditamos que nossa formulação pode contribuir para a reflexão do trabalho enquanto categoria teórica central para pensar a realidade atual, além de nos subsidiar na compreensão do trabalho profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltemos às perguntas orientadoras de nossa análise. Quais são os fundamentos que perpassam a análise da categoria trabalho na obra de lamamoto? A partir da compreensão da autora a respeito da categoria trabalho, como se apropria da mesma para pensar o trabalho profissional do Serviço Social? Tais perguntas puderam ser respondidas, contudo, o que foi mais enriquecedor foi a visão da obra inteira de uma autora tão relevante para a formação profissional de Serviço Social. A partir desta visão podemos afirmar que a autora é muito fiel à matriz marxiana na análise que faz da realidade na qual se insere o Serviço Social.

Primeiramente buscamos apreender em suas cinco obras publicadas no Brasil o debate em torno da categoria trabalho, através de categorias chaves que se relacionam àquela. Tal percurso pôde ser realizado de maneira clara na medida em que nos possibilitou identificar que a autora aborda a categoria trabalho em todas as referidas obras. É possível notar que sua compreensão a respeito do trabalho perpassa a centralidade da categoria em meio às relações sociais dominantes, assim como nas demais formas de sociedade.

Tivemos a oportunidade de perceber que lamamoto parte da categoria produção e reprodução do capital para compreender as relações sociais na sociedade burguesa, em meio às quais se insere o Serviço Social. Argumenta que o capital é a relação social dominante na qual o trabalho é o outro pólo, sendo estes uma unidade de contrários.

Nesta relação o trabalho se encontra subsumido ao capital, uma vez que, além da concentração dos meios de produção na forma de propriedade privada da classe capitalista, ou seja, das condições de realização do trabalho estarem dissociadas do trabalhador, as relações de produção mediadas pelo capital perpassam a dominação de ramos inteiros de produção, os quais são fundamentais para a produção da vida em sociedade.

Percebe-se, que a compreensão da autora em torno do trabalho perpassa a ideia de que a produção da vida na sociedade burguesa é subordinada ao trabalho excedente, sendo este predominante em detrimento do trabalho que satisfaz as necessidades dos trabalhadores, as quais são baseadas na reprodução daquele como trabalhador destituído das condições de produção. A lógica de produção da riqueza material não visa à satisfação das necessidades de toda a sociedade, mas à valorização do capital apropriado privadamente pela classe capitalista, com vistas à sua acumulação.

A produção material da vida, portanto, encontra-se subordinada ao modo capitalista de produção, o qual compreende uma dupla dimensão, é ao mesmo tempo processo de trabalho e processo de valorização. Produzem-se, portanto, mercadorias que se configuram como valor de uso e valor de troca, este último como forma de manifestação do valor, a substância social presente na mercadoria. Ocorre que a referida substância presente na mercadoria se tornou a finalidade do processo de produção capitalista, sob o ponto de vista das relações dominantes.

A autora observa o processo por meio do qual as relações entre os homens realizam-se por meio das coisas, no entanto, são mistificadas como relações entre coisas. Há uma inversão de papéis entre o homem e a mercadoria, que pode ser observada na relação entre aquele e os meios de produção. No processo de trabalho o homem utiliza os instrumentos para manipular o objeto com a finalidade de transformá-lo, ele domina o processo. No processo de valorização o trabalho é meio de valorização de valores criados em processos de trabalho anteriores, com a finalidade de ampliar o capital, estando o trabalhador dissociado do produto do trabalho e das condições de produção.

O trabalho como fundamento do desenvolvimento humano é central para a emergência e desenvolvimento do ser social, mas não é central apenas sob este nível de análise, é central em qualquer forma de sociedade. Na forma social e histórica que prevalece na sociedade burguesa, aquele é o elemento primordial para a valorização do capital, que se configura o objetivo primeiro do processo de produção capitalista. Portanto, o capital não se reproduz por si só, este

necessita do trabalho. Para que o capital seja reproduzido é necessário que se produza trabalho excedente, cuja função é o consumo da classe capitalista e o acréscimo de capital no ciclo produtivo.

Por outro lado, ou como face da mesma moeda, o capital também reproduz o trabalho, o reproduz como trabalho assalariado, visto que o salário é suficiente para reproduzir esta última dissociada dos meios de produção. De tal modo, o trabalhador precisa retornar ao mercado, e vender parte de si mesmo para continuar garantindo sua subsistência e de sua família. Portanto, o salário, ao reproduzir a força de trabalho divorciada dos meios de produção, reproduz o componente fundamental para a reprodução do capital.

A autora conclui que as relações sociais mistificadas são reproduzidas ao passo que se reproduz o capital. Com tal ciclo de reprodução a referida mistificação, que envolve a subsunção do trabalho, faz parecer que todas as forças produtivas sociais do trabalho são forças do capital, oriundas do trabalho materializado que enfrentam e dominam o trabalhador como coisas alheias a ele. A produção capitalista extrapola a produção de valor e mais-valia, transcende à produção do capital num sentido amplo, como relação social que se produz e reproduz, permitindo a continuidade do modelo de sociabilidade.

Iamamoto aborda a divisão do trabalho na sociedade e a divisão do trabalho na manufatura e na indústria. Afirma que a partir da manufatura a divisão do trabalho adentra o processo de trabalho, o fragmenta, de modo que o trabalhador perde a dimensão do processo de trabalho como um todo. O produto do trabalho passa a ser comum de uma coletividade de trabalhadores parciais, que não se reconhecem no resultado do trabalho.

Esta forma de divisão do trabalho é partícipe no processo de alienação, o qual se acirra na divisão do trabalho na indústria, propiciada pelo desenvolvimento dos instrumentos de trabalho e pela introdução de um sistema de máquinas. Ocorre que o trabalhador depara-se com um sistema objetivo como condição dada, e neste contexto os homens tornam-se apêndices das máquinas, de modo que vêm depauperada sua atividade muscular e confiscada a sua atividade

intelectual. O trabalho objetivado, portanto, domina o processo produtivo, apresenta-se em proporções maiores e aparece mistificado como dotado de poder que domina o trabalho.

Este modo de organização do trabalho, contudo, cria uma nova força produtiva. Força produtiva do trabalho desenvolvida pelo trabalhador à medida que é submetido a determinadas condições de trabalho, oriundas da cooperação. Mas a referida força produtiva é apropriada pelo capital e aparece como força produtiva inerente a este. Ocorre que o conjunto dos trabalhadores organizados a partir do trabalho coletivo representa uma forma de existência do capital, e conforme as condições dadas em que se realiza o trabalho, a produtividade fomentada é produtividade do capital, serve aos interesses deste.

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, portanto, é apropriado pelo capital, e além de servir ao seu engrandecimento, aparece como elemento dissociado do trabalho. Contudo, o aprimoramento dos meios de produção é intrínseco ao trabalho, apesar de no modo de organização capitalista atender prioritariamente aos interesses do capital. Iamamoto afirma que é importante fazer distinção entre o caráter civilizador do capital, que advém do impulso ao desenvolvimento das forças sociais do trabalho, e o caráter alienante e destrutivo que assume, em virtude da forma de organização da produção.

Assim a autora apreende a forma social do trabalho, que perpassa um modo de organização com base na divisão social do trabalho, como trabalho fragmentado sob o aspecto da cooperação propiciada pelo capital. Iamamoto reconhece que desta forma de organização é legatária a alienação, que perpassa um processo de reificação, até a ausência de identificação entre o trabalhador e a objetivação de seu trabalho. Reconhece ainda que o grau de desenvolvimento das forças produtivas na sociedade moderna é resultado do avanço do capital.

É notável o alto nível de abstração, em consonância com a matriz marxiana, realizado pela autora para compreender o modo de organização da sociedade, bem como as relações sociais que se estabelecem nela. Iamamoto parte do primado da totalidade para fazer uma análise macrossocial visando apreender o

que há de mais expressivo na estrutura da sociedade, e depara-se com a categoria trabalho como elemento central na sociedade cujo modo de organização perpassa o capital. Contudo, a autora não deixa de considerar o trabalho como fundamento de emergência e desenvolvimento do ser social.

É neste sentido que lamamoto aborda também o trabalho do ponto de vista do indivíduo, visa apreendê-lo de maneira genérica, e também abordá-lo na perspectiva da sociabilidade do indivíduo, conforme é vivenciado no modo de organização da sociedade burguesa. Portanto, é possível apreender na análise da autora a categoria trabalho no circuito mais amplo de produção e reprodução do capital, mas sem desconsiderar o sujeito no processo de produção, que é dotado de capacidade teleológica, de modo a não estar totalmente determinado pela estrutura social.

lamamoto afirma que do trabalho deriva o universo humanizado, legado de gerações precedentes, de objetivações anteriores. O trabalho concreto, portanto, é condição da vida humana, é a atividade fundamental do homem, atributo de liberdade e consciência. Contudo, argumenta também que na sociedade burguesa a forma de produtividade humana é uma forma histórica particular, que envolve um desenvolvimento humano universal, mas também é tributária da alienação dos indivíduos sociais. Seu diferencial é o caráter social assumido pelo trabalho como valor, e a forma social do trabalho baseada em relações mercantis.

Em uma sociedade onde o valor é um imperativo ocorre uma transmutação das relações sociais no fetiche das relações sociais entre coisas, resultando em um amplo processo de reificação. A forma social em que está imersa o trabalho faz submergir o sujeito na medida em que prevalecem as coisas como objetos dotados de poder, resultando em um estranhamento do produtor em relação às suas próprias objetivações.

O trabalho, neste contexto, não é diretamente social, uma vez que a relação pelo trabalho passa a ser estabelecida por via das coisas materiais com a mediação do mercado. Ocorre que o indivíduo produz valores de uso para outros,

atendendo a necessidades sociais com produtos universais, e o trabalho torna-se carente de individualidade, apresenta-se como trabalho abstratamente geral. Nesta forma de sociabilidade a relação social fundamental, que advém do trabalho, aparece como relação entre coisas. Estas, na forma de mercadoria ofuscam a relação social entre os indivíduos produtores, em um contexto em que prevalece o fetiche da mercadoria.

Esta forma reificada, na qual se expressa o trabalho humano, é própria do caráter social do trabalho que produz mercadorias, visto que o intercâmbio entre os homens, a reciprocidade necessária à produção e reprodução da vida, apresenta-se como algo alheio aos indivíduos, como coisas materiais. Nesta forma histórica de individualidade os homens parecem independentes entre si, e dependentes apenas das coisas materiais.

A autora vem afirmar que a análise do capital como relação social predominante não se prende a um determinismo econômico, mas envolve uma sociabilidade alienada que tem origem naquela relação social dominante. Então, do ponto de vista do indivíduo o elemento central de sua sociabilidade, o trabalho, é permeado por relações sociais mistificadas, legatárias de uma consciência alienada.

A partir da apreensão da categoria trabalho em Marilda Iamamoto, o que dizer do trabalho profissional do assistente social? A autora visa compreender primeiramente o significado do Serviço Social no modo de produção capitalista, seu papel no circuito de produção e reprodução do capital. Afirma que este atua em meio a uma contradição fundamental, que perpassa o antagonismo entre as classes sociais, pois se por um lado os Serviços Sociais são expressão concreta dos direitos sociais frente às pressões da classe trabalhadora, por outro carregam os interesses do capital em garantir as condições de sua produção e reprodução. Os serviços sociais podem, portanto, atender pela mesma atividade interesses do capital e do trabalho.

Os sujeitos profissionais atuam com uma intencionalidade, visto que realizam um trabalho de qualidade determinada que objetiva uma transformação no objeto

sobre o qual atua. Mas este mesmo trabalho é dotado de um significado social que advém das condições objetivas, conforme conjunturas históricas. De modo que os serviços sociais contribuem decisivamente para a reprodução do capital, na medida em que estes se encontram inseridos no circuito do valor, ao reduzirem o limite negativo colocado à valorização do capital.

Deste modo Iamamoto compreende o significado do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, parte da divisão social e técnica do trabalho. Assim, o compreende, visto que é expressão das necessidades sociais oriundas da organização social e histórica da sociedade, as quais perpassam a contradição fundamental entre classes sociais, que se expressam na questão social. Os serviços sociais atuam nas expressões da questão social. Do ponto de vista do trabalhador o consumo de tais serviços é parte dos seus meios de sobrevivência, mas do ponto de vista do capital os mesmos serviços servem para reproduzir o trabalhador como fonte de riqueza, elemento fundamental do processo produtivo, único capaz de agregar valor aos meios de produção.

Iamamoto argumenta que o Serviço Social enquanto uma especialidade do trabalho coletivo encontra-se inserido em processos de trabalho, que compreendem uma ação destinada a um fim, meios e objeto de trabalho. Quanto ao objeto sobre o qual incide a ação, afirma-se a questão social em suas refrações. Seus meios de trabalho compreendem o conhecimento da realidade, oriundo das bases teórico-metodológicas, meio fundamental que proporciona a realização de uma leitura da realidade e o direcionamento da ação através de algumas técnicas, tais como entrevistas, reuniões, visitas domiciliares, encaminhamentos, entre outras.

Quanto ao trabalho do Serviço Social seu valor de uso perpassa a utilidade dos serviços prestados que pode ser compreendida do ponto de vista da população usuária de tais serviços. Estes atendem a demandas reais da classe trabalhadora que objetivamente acessa direitos sociais ou benefícios, os quais impactam diretamente em suas condições de vida. Quanto à relação do trabalho do Serviço Social com a produção e reprodução do capital observam-se implicações ao nível do circuito do valor de maneira ampla. Ocorre que ao

viabilizar direitos e benefícios sociais que perpassam as necessidades de sobrevivência material e social da classe trabalhadora, os serviços sociais executados pelo profissional competente participam na reprodução da força de trabalho daquela classe, contribuindo assim para a reprodução do capital.

Iamamoto, portanto, contempla primeiramente na totalidade da sua obra, as mediações necessárias para a compreensão da lógica em que se insere o trabalho na sociedade, entre os quais o trabalho do Serviço Social, sua inserção no circuito do capital e suas implicações na órbita do valor. Posteriormente, aborda os elementos que expressam as particularidades do exercício profissional: a dimensão concreta do trabalho, contida no projeto ético-político profissional, bem como os constrangimentos atinentes ao seu estatuto assalariado que o caracterizam como trabalho alienado, conforme as contradições próprias do modo de organização capitalista, apesar de sua dimensão criativa.

A autora argumenta que é necessário considerar as relações históricas em que o trabalho profissional encontra-se inserido, apreender os aspectos que o submete aos ditames do trabalho alienado, uma vez que se encontra condicionado por determinações externas e socialmente objetivas, em uma sociedade cujo imperativo perpassa a valorização do capital. Contudo, é necessário considerar sua relativa autonomia, condicionada pela direção ético-política, visto que, nunca é demais reinterar: “(...) *os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado*” (MARX apud IAMAMOTO, 2008, p. 219)

Conclui-se que em torno da categoria trabalho Marilda Iamamoto apoia-se nos textos filosóficos de Marx e na crítica da economia política para compreendê-la. Considera o trabalho como elemento fundamental do desenvolvimento humano, mas privilegia a análise da forma social e histórica do trabalho na sociedade burguesa.

Esta pesquisa que por hora se encerra foi capaz de apreender em meio às inúmeras contribuições da autora, em torno da compreensão ampla de sociedade, seu entendimento a respeito do trabalho como categoria central, que fundamenta as relações sociais em qualquer sociedade, e que na sociedade burguesa tem como mediação o capital, o qual escamoteia a humanização proveniente da atividade fundamental do homem. Por fim, pesquisar a categoria trabalho na obra de Marilda Iamamoto também nos possibilitou estabelecer as conexões para pensar o trabalho profissional do Serviço Social na perspectiva da utilidade dos serviços em torno das demandas da classe trabalhadora, bem como no aspecto da funcionalidade que assume diante do capital.

6 REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011a.

ANTUNES, R. Trabalho uno ou omni: a dialética entre o trabalho concreto e o abstrato. **Revista Argumentum**, Vitória – ES, v.2 n. 2, p. 09-15, jul/ dez. 2011b.

BARROCO, M. L. S. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2005.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, E. R. **Política Social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 2007.

CARCANHOLO, R. A. **A categoria marxista de trabalho produtivo**. In: XII Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política. São Paulo, 2007.

COTRIM, V. **Trabalho produtivo em Karl Marx**: velhas e novas questões. São Paulo: Alameda, 2012.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. (org.) **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

HERRERA, Rémy. Alguns Aspectos filosóficos e políticos da teoria de Estado em Marx e Engels. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 3, n.2, p. 71-93, jul./dez. 2011.

HOBBSBAWM, E. J. **A era das revoluções**: Europa 1789 – 1848. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: **Revista Temporalis**, ano II, nº 3. Brasília: 2001.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Trabalho e indivíduo social.** São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

IASI, M. L. Trabalho: emancipação e estranhamento? In: SANT'ANA, R. S. (org.) et al. **O avesso do trabalho II:** trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LENIN, V.I. **O Estado e a revolução.** In: Obras Escolhidas, Vol. 2. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social 2.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MANDEL, E. **Teoria marxista do Estado.** Lisboa: Antídoto, 1977.

MARINI, R. M. **A dialética da dependência.** In: TRASPADINI, R., STEDILE, J. P. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução.** Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: Identidade e alienação.** São Paulo: Cortez, 2003.

MARX, K. ; ENGELS, F. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. 1818 – 1883 **A ideologia Alemã:** a crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O capital:** crítica da economia política. Livro I, v. 2 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **O capital:** crítica da economia política. Livro I, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MATHIAS, Gilberto e SALAMA, Pierre. **O Estado super-desenvolvido:** das Metrópoles ao Terceiro Mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social:** um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade”, e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão de seu ensino. **Cadernos ABESS**, n. 4, Cortez, São Paulo, 1991.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil: pós-64. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Revista Temporalis**, ano II, nº 3. Brasília: 2001.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PONTES, R. N. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. São Paulo: Cortez, 2009.

QUIROGA, C. **Invasão positivista no marxismo**: manifestações no ensino da metodologia no serviço social. São Paulo: Cortez; 1991.

SANTOS, J. S. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, K. Trabalho como conceito filosófico. In: **Revista Conhecimento Prático Filosofia**. São Paulo: Escala Educacional, n. 42, p. 24-35, 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

YASBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.